

ROTEIRO PARA CORREIÇÃO

INFORMAÇÕES INICIAIS

1 – Unidade Judiciária: Comarca de Parauapebas

2- Data da Instalação: 10/05/1991 – **Data da reinauguração:** 27/05/2011

3- Endereço, telefone, fax, e-mail, etc.:

Rua C, Quadra Especial, S/N, Bairro Cidade Nova, CEP. 68.515-000.

Tel.: (94) 3346-4506/3346-5890 – Fax Protocolo: 3346-6861- Fax Sec. do Fórum: 3346-5753

E- mail: tjepa040@tjpa.jus.br

4 - Período de Correição: 14/05 a 18/05 de 2012

ADEQUAÇÕES DAS INSTALAÇÕES FISÍCAS

5- Situação jurídica do imóvel onde o Fórum está instalado: O prédio é próprio, tendo o terreno doado pela Prefeitura Municipal de Parauapebas, por meio da Lei nº 3.384/98 de 04/05/98, registrado no Cartório do Único Ofício, Matrícula 1.575 a 1.581, Fls. 1 livro 2 do Registro Geral.

Reformado e Ampliado em 27/05/2011

6- Verificar a disponibilidade de salas e sua utilização:

- 1(uma) recepção
- 6 (seis) secretarias uma para secretaria do Fórum, uma para 1ª Vara, 2ª Vara, 3ª Vara, 4ª Vara e uma para Juizado Especial.
- 5 (cinco) gabinete de juiz, com subdivisões em ante sala, sala de audiência e banheiro.
- 1 (uma) sala de oficiais de justiça
- 1 (uma) sala onde funciona o Protocolo
- 1 (uma) sala onde funciona o Setor de Distribuição
- 1(uma) sala para Equipe Interprofissional
- 1(uma) sala onde funciona a UNAJ
- 1(uma) sala de conciliação
- 1 (uma) sala da Defensoria Pública
- 1 (uma) sala do Ministério Público
- 1 (uma) sala da OAB/PA
- 1 (uma) sala para reconhecimento
- 1(uma) sala de Informática
- 1(uma) copa com uma lavanderia.
- 2 (duas) salas para testemunhas
- 4 (quatro) banheiros pão uso dos funcionários do Fórum
- 3 (três) banheiros para o uso do público em geral
- Salão para sessão do Júri, com 1 (uma) sala de sentença com banheiro, com 3 (três) celas.
- 6 (seis) arquivos um para cada secretaria
- 1(um) deposito de armas
- Depósito de Veículos (não tem)

7 – Condições estruturais (verificar problemas porventura existentes na instalação predial):

	NÃO	SIM
Reforma ou manutenção do telhado		X
Reparos no reboco e pintura das paredes		X
Ampliação e/ou adaptação de espaços		X
Reforma ou manutenção das instalações elétricas		X
Reforma ou manutenção das instalações hidráulicas		X
Necessidade de incremento de dispositivos de segurança	X	
Observações Gerais:		
<ul style="list-style-type: none"> - O telhado do piso térreo precisa de uma nova manutenção, pois o mesmo tem infiltrações. - As paredes precisam de reparos na pintura interna. - Infiltração na secretaria da 4ª Vara que deve está vindo do banheiro do 1º piso. 		

8 – Limpeza e Higiene Local:

	Ruim	Regular	Bom	Excelente
Forro do teto		X		
Paredes externas		X		
Paredes internas		X		
Piso		X		
Muro externo		X		
Portas			X	
Janelas			X	
Banheiros			X	
Móveis			X	
Equip. Informática		X		
Pátio/ Jardim			X	

Observações Gerais:

9- Condições do mobiliário (verificar a necessidade de ampliação ou renovação do mobiliário existente – mesas, cadeiras, armário, estantes, arquivos, quadros de avisos, etc.):

A condição do mobiliário encontra-se em regular situação, alguns setores necessitam de ampliação e outros de renovação.

- Gab. da 1ª Vara precisa de 1(uma) cadeira digitador com rodízio e braço
- Sec. da 2ª Vara 1 (uma) mesa grande.
- Sec. da 3ª Vara precisa reposição de algumas cadeiras que estão quebradas.
- Sec. da 4ª Vara precisa de 2 (duas) mesas pequenas para apoio.
- Sec. do Juizado Especial precisa de 2 (duas) cadeiras digitador com rodízio e braço e 5 (cinco) cadeiras pé fixo sem braço.
- Gabinete Juizado Especial precisa de (02) duas cadeiras digitador com rodízio e braço
- UNAJ precisa de (01) armário alto c/02 portas com chave mad. aglom
- Distribuição precisa de 1 (uma) cortina persiana
- Sec. da Direção do Fórum precisa de 1 (uma) escada
- Copa Precisa de reposição 6 (seis) de cadeiras pé fixo sem braço.

Necessidade de Equipamento de informática:

- Gabinete da 1ª Vara precisa de 1 (uma) impressora
- Sec. da 1ª Vara precisa de 1 (uma) impressora
- Sec. da 2ª Vara precisa de (02) dois computadores completos
- Sec. da 3ª Vara precisa de reposição de todos os computadores, 1 (uma) impressora, 1(uma) scanners.

- Secretaria do Fórum um computador completo
- Gabinete Juizado Especial precisa 1 (um) computador completo.
- Sec. do Juizado Especial precisa 2 (dois) computadores e 1 (um) scanner.
- Protocolo 1 (um) computador completo
- UNAJ precisa de 1 (uma) scanner
- Sala de oficiais de justiça 1 (um) computador e 1 (uma) scanner

10- Considerações do Juízo:

O prédio foi reformado e ampliado recentemente, sendo sua reinauguração em 27 de maio de 2011. Hoje, podemos dizer que os magistrados e servidores trabalham em condições adequadas. Contudo, ainda faltam alguns ajustes, tais como: instalação do elevador para pessoas com dificuldade de locomoção e climatização do local de espera. Recentemente a Prefeitura de Parauapebas doou um prédio ao Tribunal de Justiça que fica ao lado do Fórum, onde poderá ser feita ampliação, já que, apesar do prédio ter sido ampliado recentemente, já não comporta a expansão pretendida pelo TJ, pois não tem espaço para a instalação de novas Varas.

11- Conclusão/ Recomendação:

O prédio do Fórum foi recentemente inaugurado, seguindo o novo padrão do judiciário e proporcionando condições dignas e adequadas para os funcionários. Entretanto, falta a instalação de um elevador destinado aos portadores de necessidades especiais, bem como a instalação de condicionadores de ar no hall de espera localizado no andar superior do prédio. Ademais, ficou consignado que a Comarca necessita de alguns equipamentos de informática, tais como:

- Gabinete da 1 Vara precisa de 1 (uma) impressora
- Sec. da 1ª Vara precisa de 1 (uma) impressora
- Sec. da 2ª Vara precisa de (02) dois computadores completos
- Sec. da 3ª Vara precisa de reposição de todos os computadores, 1 (uma) impressora, 1(uma) scanners.
- Secretaria do Fórum um computador completo
- Gabinete Juizado Especial precisa 1 (um) computador completo.
- Sec. do Juizado Especial precisa 2 (dois) computadores e 1 (um) scanner.
- Protocolo 1 (um) computador completo
- UNAJ precisa de 1 (uma) scanner
- Sala de oficiais de justiça 1 (um) computador e 1 (uma) scanner

Ante as considerações, faz-se necessário expedir ofício à Secretaria de Administração, para que tome conhecimento das necessidades do Fórum e assim possa adotar as providências que entender cabíveis.

TECNOLOGIA EMPREGADA NA ATIVIDADE JURISDICIONAL

12- Equipamentos de Informática: () Suficiente (X) Insuficiente () Outra observação

13- Pontos de rede: () Suficiente (X) Insuficiente () Outra observação

Necessidade de instalação de pontos de rede:

- Gabinete da 2ª vara necessita de 1 (um) ponto de rede, assessoria 1 (um) ponto de rede, Sala de audiência 2 (dois) pontos de rede.
- Secretaria da 1ª Vara necessita de 2 (dois) pontos de rede
- Secretaria da 3ª Vara necessita de 2(dois) pontos de rede
- Juizado Especial necessita de 2 (dois) pontos de rede
- Protocolo necessita de 1 (um) ponto de rede

14- Internet:

(X) Sim () Não

15- Sistema de Gestão de Processos:

(X) LIBRA () SAPXXI (X) PROJUD () Outra Observação:

16 – Verificar se a Unidade Judiciária utiliza o serviço de comunicação eletrônica (e-mail oficial).

(X) Sim () Não () Outra Observação:

17- Alimentação dos Sistemas Informatizados de Informações relacionados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html>.

(x) Todas Unidades Judiciárias estão em dia

() Algumas Unidades Judiciárias estão em dia. Neste caso, relacionar as Unidades Judiciárias Inadimplentes, o sistema e os períodos.

18- Considerações do Juízo:

Considerando a demanda de trabalho nesta Comarca, necessita-se um apoio constante de técnico em informática.

19- Conclusão/ recomendação:

Observou-se que a Comarca possui um fluxo grande de processos, logo, a alta demanda de trabalho desenvolvido na Unidade Judiciária faz com que os problemas no que tange a informática ocorram com mais frequência, logo, há a necessidade de se ter constantemente pelo menos um técnico de informática.

Ante a conclusão, faz-se necessário encaminhar ofício à Secretaria de Gestão de Pessoas para que tome conhecimento da carência da Comarca quanto a um Técnico de Informática e assim, tome as providências que entender cabíveis.

INFORMAÇÕES DA COMARCA

20- Juiz Diretor do Fórum: Dr. Everaldo Pantoja e Silva

21- Servidor designado para Secretaria do Fórum: Patrícia Viana Costa

22- Quantidade de Unidades Judiciárias por competência:

Cível	Criminal	Agrária	JEspCiv	JEspCrim	Outras
3	1	0	1	0	

23- Quadro Geral de Servidores (discriminação por órgão de origem e lotação):**SERVIDORES DO TJE/PA**

Nome	Origem	Lotação
1 -Andréa do Carmo Maciel Neves de Souza	TJE/PA	Equipe Interprofissional
2- Allison de Sousa Ximenes	TJE/PA	Gabinete da 4ª Vara Cível
3-Ana Gláucia de Souza Martins	TJE/PA	Gabinete da 4ª Vara Cível
4-Antonio Pereira de Sá Júnior	TJE/PA	Setor de Mandatos
5-Eliete Vitoriano Vasconcelos dos Santos	TJE/PA	Secretaria da 2ª Vara Cível
6-Grisleine Cristina Renosto Rech	TJE/PA	Setor de mandatos
7-Gilmar Afonso Taborda	TJE/PA	Setor de mandatos
8-Hallman Cirelo de Araújo	TJE/PA	Sec. da 3ª Vara Criminal

9-Irisneide Santana	TJE/PA	Diretora Sec.2ª Vara Cível
10-Joselma Gomes Bastos	TJE/PA	Chefe da UNAJ
11- Juliana Lima Souto	TJE/PA	Gabinete da 4ª Vara Cível
11-Luciana Alves de Melo Nabiça	TJE/PA	Gabinete 2ª Vara Cível
12-Luís Carlos Coelho de Oliveira	TJE/PA	Setor de Distribuição
13-Luis Coelho da Silva	TJE/PA	Diretor Sec. da 3ª Vara
14-Marcos Vinícios Lobo	TJE/PA	Setor de Distribuição
15-Michela Dantas do Nascimento Steffen	TJE/PA	Setor de Mandatos
16-Nailor Afonso Taborda	TJE/PA	Setor de Mandatos
17-Patricia Alessandra Nava Abreu	TJE/PA	Gabinete da 1ª Vara Cível
18-Sandra Ribeiro Cunha	TJE/PA	Equipe Interprofissional
19- Talita Valeria Trindade de Souza	TJE/PA	Secretaria da 3ª Vara Crim.
20-Vera Lúcia Peres Lima	TJE/PA	Diretora Sec. da 4ª Vara Cível
21-Viviane de Alcântara Alves de Melo	TJE/PA	Diretora Sec. 1ª Vara Cível

SEGURANÇA PATRIMONIAL EMPRESA TERCERIZADA (VIDICON)

1- Cledvan Romualdo	TJE/PA/VIDICON	Segurança Patrimonial
2-Edriano Pereira de Souza Pires	TJE/PA/VIDICON	Segurança Patrimonial
3-Luis Araújo Nunes Junior	TJE/PA/VIDICON	Segurança Patrimonial
4-José Marcio Souza	TJE/PA/VIDICON	Segurança Patrimonial

SERVIDORES CEDIDOS PREFEITURA

Nome	Origem	Lotação
1-Adão Pereira da Silva	Prefeitura Municipal	Gabinete da 3ª Vara Cível
2-Ana Carolina de Oliveira Melo	Prefeitura Municipal	Equipe Interprofissional
3-Cléia de Abreu Nascimento	Prefeitura Municipal	Equipe Interprofissional
4-Celia Maria da Silva Castro	Prefeitura Municipal	Sec. da 2ª Vara Cível
5-Cid Cleiton Sousa Milhomem	Prefeitura Municipal	Vigilante
6-Daline Mendes da Silva	Prefeitura Municipal	Sec. da 2ª Vara Cível
7-Debora da Silva Oliveira	Prefeitura Municipal	Gab. da 2ª Vara Cível
8-Denir Vitorino da Silva	Prefeitura Municipal	Gab. Juizado Especial
9-Divino Ferreira Santos	Prefeitura Municipal	Protocolo
10-Edilene Campos de Melo	Prefeitura Municipal	SEC. DA 1ª VARA
11-Evaldina de Sá	Prefeitura Municipal	Protocolo
12- Eliane Alves M. Camargo	Prefeitura Municipal	Distribuição
12-Elisangela Bezerra de Oliveira	Prefeitura Municipal	Secretaria 1.ª V. Civil
13-Elizângela da Silva Luz	Prefeitura Municipal	Secretaria da 4ª Vara
14-Elton Marques Maia	Prefeitura Municipal	Secretaria 2ª Vara
15-Eunice Paes de Lima	Prefeitura Municipal	Serviços Gerais
16-Gabriel Magalhães Castro	Prefeitura Municipal	Secretaria da 3ª Vara Cível
17-Gislene Francisca Santos	Prefeitura Municipal	Secretaria da 3ª Vara

		Cível
18-Irismar Sousa Castro	Prefeitura Municipal	Secretaria da 1ª Vara Cível
19-Ivanilde Carlos Silva e Silva	Prefeitura Municipal	Secretaria da 4ª Vara Cível
20-Jairon Cardoso Leite	Prefeitura Municipal	Fórum
21-Jeanny Cristina Figueira Silva	Prefeitura Municipal	Sec. da 3ª Vara Criminal
22-Joaneth Caetano de Sousa	Prefeitura Municipal	Sec. da 3ª Vara Criminal
23-João Ribeiro da Cunha Neto	Prefeitura Municipal	Sec. da 3ª Vara Criminal
24-Joaquim Rodrigues Santos	Prefeitura Municipal	Vigia do Fórum
26-Kaciani Gomes Barbosa	Prefeitura Municipal	Sec. da 3ª Vara Criminal
27-Lucia de Nazaré Souza Silva	Prefeitura Municipal	Sec. da Vara Criminal
28-Luciane Linhares dos Santos	Prefeitura Municipal	Sec. da 2ª Vara Cível
29-Luana Thamiris Sousa da Conceição	Prefeitura Municipal	Sec. da 2ª Vara Cível
30-Lucyléia Delbem Cazarini	Prefeitura Municipal	Gab. da 2ª Vara Cível
31-Marta Ribeiro da Silva	Prefeitura Municipal	Sec. da 4ª Vara Cível
32 -Maria Augusta de S. Silva	Prefeitura Municipal	Copa
33 -Maria Angélica Miranda dos Santos	Prefeitura Municipal	Sec. da Direção
34-Marcia Raquel Rabelo de Sousa	Prefeitura Municipal	Equipe Interprofissional
35-Maria Augusta de S. Silva	Prefeitura Municipal	Copa
36-Maria Celia e Silva Moraes Lemos	Prefeitura Municipal	Gab. da 1ª Vara Cível
37-Maria de Fátima M. Santos	Prefeitura Municipal	Copa
38-Maria Rubenita de S. Mota	Prefeitura Municipal	Copa
39-Maria do Socorro Souza Silva	Prefeitura Municipal	Copa
40-Meirelande P. S. Conceição	Prefeitura Municipal	Protocolo
41-Maria de Fátima M. Santos	Prefeitura Municipal	Copa
42-Monalisa Odonay Rego da Silva	Prefeitura Municipal	Distribuição
43-Mônica Monelly R. Gomes	Prefeitura Municipal	Sec. da 4ª Vara Cível
44-Patricia da Silva Oliveira	Prefeitura Municipal	Sec. da 1ª Vara Cível
45-Poliane da Silva Guimarães	Prefeitura Municipal	Sec. da 4ª Vara Cível
46-Samara Araújo Soares	Prefeitura Municipal	Sec. da 3ª Vara Cível
47-Rayane Eliara de S. Alves	Prefeitura Municipal	Sec. da 4ª Vara Cível
48-Raimundo Nonato Rocha Santos	Prefeitura Municipal	UNAJ
49-Raimundo Lopes dos Santos	Prefeitura Municipal	Jardinagem
50-Valdirene Ramos dos Santos	Prefeitura Municipal	Distribuição
51-Vanete da Veiga Assunção	Prefeitura Municipal	Sec. da Direção

SERVIDORES CEDIDOS CÂMARA

1-Alberoniza de Sá Cruz	Câmara	Gab. da 2ª Vara Cível
2-Maria Benvinda Pereira Neta	Câmara	Sec. da 2ª Vara Cível
3-Mariza Carla Couto	Câmara	Sec. da 2ª Vara Cível
4-Patricia Viana Costa	Câmara	Sec. do Fórum

5-Silvana Góis Silva	Câmara	Gab. da 2ª Vara Cível
----------------------	--------	-----------------------

VEÍCULOS

24- Relacionar os veículos disponíveis da Comarca com a respectiva destinação: 1 (um) Carro marca modelo FIAT/PALIO ELX FLEX – destinado para atender a Equipe Interprofissional fazendo visitas diárias, correios, visitas carcerárias, para atender as necessidades da Secretaria do Fórum como levar folhas de pontos dos servidores cedidos, compras para consumo do Fórum em fim atendendo o as necessidades do Fórum; 1 (uma) Moto HONDA/CG 125 FAN – destinado para atender os oficiais de justiça quando há necessidade, e para atender as necessidades do Fórum em geral.

Obs.: Moto paralisada, em virtude da necessidade de manutenção.

25- Conservação: Na Comarca não existe manutenção para os veículos, quando surgem problemas, é solicitado para o Setor de Manutenção de Veículos em Belém. É valido ressaltarmos, que apesar das solicitações feitas através de email e inúmeros contatos telefônicos com o respectivo setor e não obtivermos retorno, permanecendo a manutenção dos veículos pendentes. Tais como: **Carro** – Troca de óleo do motor com filtro, alinhamento e balanceamento dos pneus, troca do filtro do ar condicionado, troca das borrachas do limpador de para brisas, reparos do vidro dianteiro do passageiro que não abre concerto do para choque dianteiro que está quebrado, ou seja, revisão geral. Reposição de quatro pneus 185/60 R.14 – Prella ou anfireston. **Moto** – Revisão geral e reposição dos dois pneus.

26- Considerações do Juízo:

Necessita-se de um maior apoio do setor de manutenção de veículos do TJ.

27- Conclusão/Recomendação:

A Comarca possui uma estrutura considerada grande para os padrões do interior do nosso Estado, logo, o uso dos veículos oficiais usados para o cumprimento de diligências bem como outros serviços relacionados ao Fórum é deveras intenso, o que requer uma maior atenção quanto a manutenção de tais veículos. Desse modo, considerando que ficou consignado nesse relatório de correição que o serviço de manutenção nos veículos oficiais da Comarca é deficitário, sobretudo quanto as tentativas infrutíferas de solicitação frente ao Setor de Manutenção de Veículos localizados em Belém, que não estaria respondendo os e-mails tampouco os contatos telefônicos realizados, permanecendo os veículos sem a devida manutenção, que seja encaminhado ofício ao referido setor, para que o mesmo possa se dignificar a esclarecer as reclamações feitas pelo Juízo, bem como se há a possibilidade de se ter naquele município, uma oficina conveniada para atender a Comarca.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

INFORMAÇÕES INICIAIS	
1 - Unidade Judiciária: Comarca de Parauapebas	2 - Data da Instalação: 10/05/1991 (ultima reforma em 27/05/2011).
3 - Endereço, telefone, fax, e-mail, etc.: Rua C, Quadra Especial, S/N, Bairro Cidade Nova, CEP. 68.515-000. Tel.: (94) 3346-4506/3346-5890 – Fax Protocolo: 3346-6861-	4 -Período da Correição: 15/05/2012 a 18/05/2012

Fax Sec. do Fórum: 3346-5753
E- mail: tjpa040@tjpa.jus.br

ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

5 – Situação jurídica do imóvel onde o Fórum está instalado:

O prédio é próprio, tendo o terreno doado pela Prefeitura Municipal de Parauapebas, por meio da Lei nº 3.384/98 de 04/05/98, registrado no Cartório do Único Ofício, Matrícula 1.575 a 1.581, Fls. 1 livro 2 do Registro Geral.

Reformado e Ampliado em 27/05/2011

6 – Verificar a disponibilidade de salas e sua utilização:

- 1(uma) recepção
- 6 (seis) secretarias uma para secretaria do Fórum, uma para 1ª Vara, 2ª Vara, 3ª Vara, 4ª Vara e uma para Juizado Especial.
- 5 (cinco) gabinete de juiz, com subdivisões em ante sala, sala de audiência e banheiro.
- 1 (uma) sala de oficiais de justiça
- 1 (uma) sala onde funciona o Protocolo
- 1 (uma) sala onde funciona o Setor de Distribuição
- 1(uma) sala para Equipe Inter-profissional
- 1(uma) sala onde funciona a UNAJ
- 1(uma) sala de conciliação
- 1 (uma) sala da Defensoria Pública
- 1 (uma) sala do Ministério Público
- 1 (uma) sala da OAB/PA
- 1 (uma) sala para reconhecimento
- 1(uma) sala de Informática
- 1(uma) copa com uma lavanderia.
- 2 (duas) salas para testemunhas
- 4 (quatro) banheiros para uso dos funcionários do Fórum
- 3 (três) banheiros para o uso do público em geral
- Salão para sessão do Júri, com 1 (uma) sala de sentença com banheiro, com 3 (três) celas.
- 6 (seis) arquivos um para cada secretaria
- 1(um) depósito de armas
- Depósito de Veículos (não tem)

7 – Condições estruturais (verificar problemas porventura existentes na instalação predial):

	SIM	NÃO
Reforma ou manutenção do telhado	X	
Reparos no reboco e pintura das paredes	X	
Ampliação e/ou adaptação de espaços	X	
Reforma ou manutenção das instalações elétricas	X	
Reforma ou manutenção das instalações hidráulicas	X	
Reforma ou manutenção das instalações sanitárias	X	
Necessidade de incremento de dispositivos de segurança		X

Observações Gerais:

- O telhado do piso térreo precisa de uma nova manutenção, pois o mesmo tem infiltrações.
- As paredes precisam de reparos na pintura interna.
- Infiltração na secretaria da 4ª Vara que deve está vindo do banheiro do 1º piso.

8 – Limpeza e higiene do local:

	Ruim	Regular	Bom	Excelente
Forro do teto		X		
Paredes externas		X		
Paredes internas		X		
Piso		X		
Muro externo		X		
Portas			X	
Janelas			X	
Banheiros			X	
Móveis			X	
Equip. Informática		X		
Pátio/Jardim			X	

Observações Gerais:

- Nenhuma observação a ser feita.

9 – Condições do mobiliário (verificar a necessidade de ampliação ou renovação do mobiliário existente – mesas, cadeiras, armários, estantes, arquivos, quadros de avisos, etc.):

A condição do mobiliário encontra-se em regular situação, alguns setores necessitam de ampliação e outros de renovação.

- Gab. da 1 Vara precisa de 1(uma) cadeira digitador com rodízio e braço
- Sec. da 2ª Vara 1 (uma) mesa grande.
- Sec. da 3ª Vara precisa reposição de algumas cadeiras que estão quebradas.
- Sec. da 4ª Vara precisa de 2 (duas) mesas pequenas para apoio.
- Sec. do Juizado Especial precisa de 2 (duas) cadeiras digitador com rodízio e braço e 5 (cinco) cadeiras pé fixo sem braço.
- Gabinete Juizado Especial precisa de (02) duas cadeiras digitador com rodízio e braço
- UNAJ precisa de (01) armário alto c/02 portas com chave mad. aglom
- Distribuição precisa de 1 (uma) cortina persiana
- Sec. da Direção do Fórum precisa de 1 (uma) escada
- Copa Precisa de reposição 6 (seis) de cadeiras pé fixo sem braço.

10 – Considerações do Juízo:

O prédio foi reformado e ampliado recentemente, sendo sua reinauguração em 27 de maio de 2011. Hoje, podemos dizer que os magistrados e servidores trabalham em condições adequadas. Contudo, ainda faltam alguns ajustes, tais como: instalação do elevador para pessoas com dificuldade de locomoção e climatização do local de espera. Recentemente a Prefeitura de Parauapebas doou um prédio ao Tribunal de Justiça que fica ao lado do Fórum, onde poderá ser feita ampliação, já que, apesar do prédio ter sido ampliado recentemente, já não comporta a expansão pretendida pelo TJ, pois não tem espaço para a instalação de novas Varas.

11 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO:

Sobre a regularidade do imóvel, não foi disponibilizado documentos que atestasse a satisfação de requisitos imobiliários.

O imóvel onde se encontra instalado o Fórum é limpo e arejado, bem localizado e possui aparência condiz com a dignidade do Poder Judiciário. No entanto, embora tenha sido ampliado e reformado recentemente, já não comporta a expansão pretendida pelo TJ, pois não tem espaço para a instalação de novas Varas, portanto, logo estará pequeno para atender a demanda.

Tomou-se conhecimento que a Prefeitura de Parauapebas doou um prédio ao Tribunal de Justiça, o qual fica ao lado do Fórum, onde poderá ser feita uma futura ampliação.

Feitas as conclusões, passo a adotar as seguintes recomendações:

- 1. Oficie-se ao Juiz Diretor do Fórum para que encaminhe certidão da cadeia imobiliária do prédio do Fórum (item 5);**
- 2. Oficie-se à Secretaria de Administração do TJ/PA solicitando que informe, através do Departamento de Patrimônio e Serviços ou outro competente, sobre a situação documental do imóvel em questão perante o TJ/PA (item 5).**
- 3. Considerando os defeitos estruturais encontrados (item 7), oficiar à Secretaria de Administração do TJ/PA para que, através do serviço de engenharia, tome conhecimento dos fatos ora constatados e adote as providências necessárias para o saneamento do problemas encontrados.**
- 4. Diante dos problemas estruturais encontrados no Fórum, precisamente quanto as observações feitas no item 7 deste relatório, oficie-se à Secretaria de Administração do TJ/PA, para que tome conhecimento e adote as providências que entender necessárias.**

5. Tendo em vista as considerações do Magistrado Diretor do Fórum (item 10), no que tange à falta de elevador para pessoas com dificuldade de locomoção, bem como a necessidade de se climatizar local de espera, oficie-se Secretaria de Administração do TJ/PA solicitando a realização de estudo de viabilidade de implantação de elevador que facilite o acesso de cadeirantes, bem como pessoas com dificuldade de locomoção nas dependências do Fórum, além do que, providências quanto a climatização da área de espera.

TECNOLOGIA EMPREGADA NA ATIVIDADE JURISDICCIONAL

12 – Equipamentos de Informática: () Suficiente (X) Insuficiente () Outra observação:

13 – Pontos de rede: () Suficiente (X) Insuficiente () Outra
Observação: Considerando que o número de pontos de rede é insuficiente para a estrutura da Comarca de Parauapebas, verificou-se a necessidade de se fazer algumas instalações, a saber:
- Gabinete da 2ª vara e assessoria: 1 (um) ponto de rede em cada sala; Sala de audiência: 2 (dois) pontos de rede.
- Secretaria da 1ª Vara necessita de 2 (dois) pontos de rede
- Secretaria da 3ª Vara necessita de 2 (dois) pontos de rede
- Juizado Especial necessita de 2 (dois) pontos de rede
- Protocolo necessita de 1 (um) ponto de rede

14 – Internet:
(X) Sim () Não

15 – Sistema de Gestão de Processos:(X) LIBRA () SAPXXI () PROJUD () Outra Observação:

16 – Verificar se a Unidade Judiciária utiliza o serviço de comunicação eletrônica (e-mail oficial)

(X) Sim () Não

17 - Considerações do Juízo:

Considerando a demanda de trabalho nesta Comarca, necessita-se um apoio constante de um técnico em informática.

18 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO:

Observou-se que a Comarca possui um fluxo grande de processos, logo, a alta demanda de trabalho desenvolvido na Unidade Judiciária faz com que os problemas no que tange a informática ocorram com mais frequência, logo, há a necessidade de se ter constantemente pelo menos um técnico de informática. Ante a conclusão, faz-se necessário encaminhar ofício à Secretaria de Gestão de Pessoas para que tome conhecimento da carência da Comarca quanto a um Técnico de Informática e assim, tome as providências que entender cabíveis.

INFORMAÇÕES DA COMARCA

19 – Juiz Diretor do Fórum:

Dr. Everaldo Pantoja e Silva

20 – Servidor designado para a Secretaria do Fórum:

Patrícia Viana Costa.

21 – Quantidade de Unidades Judiciárias por competência:

Cível	Criminal	Agrária	JEspCiv	JEspCrim	Outras
03	01	00	01	00	--

22 – Quadro Geral de Servidores (discriminação por órgão de origem e lotação):

	Nome	Origem	Lotação
1	Andréa do Carmo Maciel Neves de Souza	TJE/PA	Equipe Interprofissional
2	Allison de Sousa Ximenes	TJE/PA	Gabinete da 4ª Vara Cível
3	Ana Gláucia de Souza Martins	TJE/PA	Gabinete da 4ª Vara Cível
4	Antonio Pereira de Sá Júnior	TJE/PA	Setor de Mandatos
5	Eliete Vitoriano Vasconcelos dos	TJE/PA	Secretaria da 2ª Vara Cível

	Santos		
6	Grisleine Cristina Renosto Rech	TJE/PA	Setor de mandatos
7	Gilmar Afonso Taborda	TJE/PA	Setor de mandatos
8	Hallman Cirelo de Araújo	TJE/PA	Sec. da 3ª Vara Criminal
9	Irisneide Santana	TJE/PA	Diretora Sec.2ª Vara Cível
10	Joselma Gomes Bastos	TJE/PA	Chefe da UNAJ
11	Juliana Lima Souto	TJE/PA	Gabinete da 4ª Vara Cível
12	Luciana Alves de Melo Nabiça	TJE/PA	Gabinete 2ª Vara Cível
13	Luís Carlos Coelho de Oliveira	TJE/PA	Setor de Distribuição
14	Luis Coelho da Silva	TJE/PA	Diretor Sec. da 3ª Vara
15	Marcos Vinícios Lobo	TJE/PA	Setor de Distribuição
16	Michela Dantas do Nascimento Steffen	TJE/PA	Setor de Mandatos
17	Nailor Afonso Taborda	TJE/PA	Setor de Mandatos
18	Patricia Alessandra Nava Abreu	TJE/PA	Gabinete da 1ª Vara Cível
19	Sandra Ribeiro Cunha	TJE/PA	Equipe Interprofissional
20	Talita Valeria Trindade de Souza	TJE/PA	Secretaria da 3ª Vara Crim.
21	Vera Lúcia Peres Lima	TJE/PA	Diretora Sec. da 4ª Vara Cível
22	Viviane de Alcântara Alves de Melo	TJE/PA	Diretora Sec. 1ª Vara Cível
SEGURANÇA PATRIMONIAL EMPRESA TERCERIZADA (VIDICON)			
01	Cledvan Romualdo	TJE/PA/VIDICON	Segurança Patrimonial
02	Edriano Pereira de Souza Pires	TJE/PA/VIDICON	Segurança Patrimonial
03	Luis Araújo Nunes Junior	TJE/PA/VIDICON	Segurança Patrimonial
04	José Marcio Souza	TJE/PA/VIDICON	Segurança Patrimonial
SERVIDORES CEDIDOS PREFEITURA			
01	Adão Pereira da Silva	Prefeitura Municipal	Gabinete da 3ª Vara Cível
02	Ana Carolina de Oliveira Melo	Prefeitura Municipal	Equipe Interprofissional
03	Cléia de Abreu Nascimento	Prefeitura Municipal	Equipe Interprofissional
04	Celia Maria da Silva Castro	Prefeitura Municipal	Sec. da 2ª Vara Cível
05	Cid Cleiton Sousa Milhomem	Prefeitura Municipal	Vigilante
06	Daline Mendes da Silva	Prefeitura Municipal	Sec. da 2ª Vara Cível
07	Debora da Silva Oliveira	Prefeitura Municipal	Gab. da 2ª Vara Cível
08	Denir Viturino da Silva	Prefeitura Municipal	Gab. Juizado Especial
09	Divino Ferreira Santos	Prefeitura Municipal	Protocolo
10	Edilene Campos de Melo	Prefeitura Municipal	SEC. DA 1ª VARA
11	Evaldina de Sá	Prefeitura Municipal	Protocolo
12	Eliane Alves M. Camargo	Prefeitura Municipal	Distribuição
13	Elisângela Bezerra de Oliveira	Prefeitura Municipal	Secretaria 1.ª V. Civil
14	Elizângela da Silva Luz	Prefeitura Municipal	Secretaria da 4ª Vara
15	Elton Marques Maia	Prefeitura Municipal	Secretaria 2ª Vara
16	Eunice Paes de Lima	Prefeitura Municipal	Serviços Gerais
17	Gabriel Magalhães Castro	Prefeitura Municipal	Secretaria da 3ª Vara Cível
18	Gislene Francisca Santos	Prefeitura Municipal	Secretaria da 3ª Vara Cível
19	Irismar Sousa Castro	Prefeitura Municipal	Secretaria da 1ª Vara Cível
20	Ivanilde Carlos Silva e Silva	Prefeitura Municipal	Secretaria da 4ª Vara Cível
21	Jairon Cardoso Leite	Prefeitura Municipal	Fórum
22	Jeanny Cristina Figueira Silva	Prefeitura Municipal	Sec. da 3ª Vara Criminal
23	Joaneth Caetano de Sousa	Prefeitura Municipal	Sec. da 3ª Vara Criminal
24	João Ribeiro da Cunha Neto	Prefeitura Municipal	Sec. da 3ª Vara Criminal
25	Joaquim Rodrigues Santos	Prefeitura Municipal	Vigia do Fórum
26	Kaciani Gomes Barbosa	Prefeitura Municipal	Sec. da 3ª Vara Criminal
27	Lucia de Nazaré Souza Silva	Prefeitura Municipal	Sec. da Vara Criminal
28	Luciane Linhares dos Santos	Prefeitura Municipal	Sec. da 2ª Vara Cível
29	Luana Thamiris Sousa da Conceição	Prefeitura Municipal	Sec. da 2ª Vara Cível
30	Lucyléia Delbem Cazarini	Prefeitura Municipal	Gab. da 2ª Vara Cível
31	Marta Ribeiro da Silva	Prefeitura Municipal	Sec. da 4ª Vara Cível
32	Maria Augusta de S. Silva	Prefeitura Municipal	Copa
33	Maria Angélica Miranda dos Santos	Prefeitura Municipal	Sec. da Direção
34	Marcia Raquel Rabelo de Sousa	Prefeitura Municipal	Equipe Interprofissional
35	Maria Augusta de S. Silva	Prefeitura Municipal	Copa
36	Maria Celia e Silva Moraes Lemos	Prefeitura Municipal	Gab. da 1ª Vara Cível
37	Maria de Fátima M. Santos	Prefeitura Municipal	Copa
38	Maria Rubenita de S. Mota	Prefeitura Municipal	Copa
39	Maria do Socorro Souza Silva	Prefeitura Municipal	Copa

40	Meirelande P. S. Conceição	Prefeitura Municipal	Protocolo
41	Maria de Fátima M. Santos	Prefeitura Municipal	Copa
42	Monalisa Odonay Rego da Silva	Prefeitura Municipal	Distribuição
43	Mônica Monelly R. Gomes	Prefeitura Municipal	Sec. da 4ª Vara Cível
44	Patrícia da Silva Oliveira	Prefeitura Municipal	Sec. da 1ª Vara Cível
45	Poliane da Silva Guimarães	Prefeitura Municipal	Sec. da 4ª Vara Cível
46	Samara Araújo Soares	Prefeitura Municipal	Sec. da 3ª Vara Cível
47	Rayane Eliara de S. Alves	Prefeitura Municipal	Sec. da 4ª Vara Cível
48	Raimundo Nonato Rocha Santos	Prefeitura Municipal	UNAJ
49	Raimundo Lopes dos Santos	Prefeitura Municipal	Jardinagem
50	Valdirene Ramos dos Santos	Prefeitura Municipal	Distribuição
51	51-Vanete da Veiga Assunção	Prefeitura Municipal	Sec. da Direção
SERVIDORES CEDIDOS CÂMARA			
01	1-Alberoniza de Sá Cruz	Câmara	Gab. da 2ª Vara Cível
02	2-Maria Benvenida Pereira Neta	Câmara	Sec. da 2ª Vara Cível
03	3-Mariza Carla Couto	Câmara	Sec. da 2ª Vara Cível
04	4-Patrícia Viana Costa	Câmara	Sec. do Fórum
05	5-Silvana Góis Silva	Câmara	Gab. da 2ª Vara Cível
VEÍCULOS			
23 – Relacionar os veículos disponíveis da Comarca com a respectiva destinação: - Um carro marca/modelo FIAT/PALIO ELX FLEX – destinado para atender a Equipe Interprofissional, realizando diligências diárias para atender as necessidades da Secretaria do Fórum. 1 (uma) – Uma moto HONDA/CG 125 FAN – destinada para atender os Oficiais de Justiça e para atender as necessidades do Fórum em geral. Obs.: Moto paralisada em virtude da necessidade de manutenção.			
24 – Conservação: Na Comarca não existe manutenção para os veículos, quando surgem problemas, é solicitado para o Setor de Manutenção de Veículos em Belém. É válido ressaltarmos, que apesar das solicitações feitas através de email e inúmeros contatos telefônicos com o respectivo setor e não obtivermos retorno, permanecendo a manutenção dos veículos pendentes. Tais como: Carro – Troca de óleo do motor com filtro, alinhamento e balanceamento dos pneus, troca do filtro do ar condicionado, troca das borrachas do limpador de para brisas, reparos do vidro dianteiro do passageiro que não abre concerto do para choque dianteiro que está quebrado, ou seja, revisão geral. Reposição de quatro pneus 185/60 R.14 – Preme ou anfireston. Moto – Revisão geral e reposição dos dois pneus.			
25 – Considerações do Juízo: Necessita-se de um maior apoio do setor de manutenção de veículos do TJ.			
26 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO: A Comarca possui uma estrutura considerada grande para os padrões do interior do nosso Estado, logo, o uso dos veículos oficiais usados para o cumprimento de diligências bem como outros serviços relacionados ao Fórum é deveras intenso, o que requer uma maior atenção quanto a manutenção de tais veículos. Desse modo, considerando que ficou consignado nesse relatório de correição que o serviço de manutenção nos veículos oficiais da Comarca é deficitário, sobretudo quanto as tentativas infrutíferas de solicitação frente ao Setor de Manutenção de Veículos localizados em Belém, que não estaria respondendo os e-mails tampouco os contatos telefônicos realizados, permanecendo os veículos sem a devida manutenção, que seja encaminhado ofício ao referido setor, para que o mesmo possa se dignificar a esclarecer as reclamações feitas pelo Juízo, bem como se há a possibilidade de se ter naquele município, uma oficina conveniada para atender a Comarca.			

ROTEIRO PARA CORREIÇÃO

1ª VARA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	
01 – Competência da Unidade Judiciária: Infância e Juventude	
02 – Nome do Juiz de Direito atual e Portaria: Dr. EVERALDO PANTOJA E SILVA – Portaria 002/2010 – SJ de 20/01/2010	
03 – Natureza da designação: (X) Titular () Substituto () Respondendo cumulativamente	04 – Data da entrada em exercício: 25/01/2010
05 – Período de ausência do Juiz (férias, licença ou afastamentos autorizados): Férias – 01 a 30/03/2010	

Curso de Especialização em Direito Agrário – 05 a 07, 12, 14, 19 a 21/05/2010 Licença – 15 a 28/06/2010 Férias – 03/11/2010 a 02/12/2010 Férias – 07/01/2011 a 05/02/2011 Férias – 01 a 30/03/2011 Férias – 01 a 30/06/2011 Afastamento – 12 a 18/09/2011 Férias e Compensação de plantões – 22/03/2012 a 04/05/2012				
06 – Há magistrado auxiliar designado para a Unidade Judiciária: (X) Sim () Não Em caso positivo, colocar o nome e a Portaria: Dr. LAURO FONTES JUNIOR – Portaria 1708/2010-GP				
07 – Sequência dos magistrados designados nos últimos 24 meses:				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI	0428/2010-GP	01/03/2010	30/03/2010
2	ELINE SALGADO VIEIRA	0937/2010-GP	5 a 7, 12, 14, 19/05/2010	21/05/2010
3	LAURO FONTES JUNIOR	1149/2010-GP	26/05/2010	30/05/2010
4	ROGÉRIO TIBÚRCIO CAVALCANTI	1366/2010-GP	15/06/2010	21/06/2010
5	ELINE SALGADO VIEIRA	1417/2010-GP	22/06/2010	28/06/2010
6	LAURO FONTES JUNIOR (AUXILIAR)	1708/2010-GP	19/07/2010	
7	LAURO FONTES JUNIOR	2526/2010-GP	03/11/2010	02/12/2010
8	LAURO FONTES JUNIOR	3081/2010-GP	07/01/2011	05/02/2011
9	LAURO FONTES JUNIOR	0635/2011-GP	01/03/2011	30/03/2011
10	LAURO FONTES JUNIOR	1430/2011-GP	01/06/2011	30/06/2011
11	LIBIO ARAUJO MOURA	2518/2011-GP	12/09/2011	18/09/2011
12	LAURO FONTES JUNIOR	0943/2012-GP	22/03/2012	17/04/2012
13	LIBIO ARAUJO MOURA	1333/2012-GP	18/04/2012	19/04/2012
14	ELINE SALGADO VIEIRA	1360/2012-GP	20/04/2012	06/05/2012
08 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Observa-se que além de desenvolver suas atividades judicantes na Unidade Judiciária, o Magistrado cumula a Direção do Fórum, bem como a Fórum Eleitoral, e, portanto, não tem conseguido dar vazão aos processos. Logo, recomenda-se ao Magistrado que imprima maior celeridade quanto ao cumprimento dos prazos de atos processuais, objetivando ao final o deslinde da demanda processual.				
09 – Nome do Promotor de Justiça atual: Dra. BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES Dr. HÉLIO RUBENS PINHO PEREIRA Dr. JOÃO BATISTA DE ARAÚJO CAVALEIRO DE MACEDO				

Dra. RENATA VALÉRIA PINTO CARDOSO LISBOA				
10 – Natureza da designação: () Titular (X) Substituto (X) Respondendo cumulativamente			11 – Data da entrada em exercício ABAIXO	
12 – Sequência dos Promotores de Justiça designados nos últimos 24 meses:				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	JOÃO BATISTA DE ARAUJO CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR - SUBSTITUTO	5228/2011 – 1ª PJ	16/11/2011	30/11/2011 1
2	JOÃO BATISTA DE ARAUJO CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR - SUBSTITUTO	5535/2011 – 4ª PJ2	01/12/2011	31/01/2012 2
3	DANYLLO POMPEU COLARES – TITULAR DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	5191/2010 – 1ª PJ	01/01/2011	31/03/2011 1
4	DANYLLO POMPEU COLARES – TITULAR DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	2899/2011 – 1ª PJ	21/06/2011	28/08/2011 1
5	DANYLLO POMPEU COLARES – TITULAR DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	2893/2011 – 1ª PJ	01/04/2011	20/06/2011 1
6	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR - SUBSTITUTO	5191/2010 -1ª PJ	01/11/2011	31/03/2012 1
7	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR – SUBSTITUTO	2894/2011 – 1ª PJ	01/04/2011	09/05/2011 1
8	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR – SUBSTITUTO	3097/2010 – 1ª PJ	01/08/2010	31/12/2010 0
9	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR - SUBSTITUTO	3176/2010 – 2ª PJ	01/08/2010	31/12/2010 0
10	RENATA VALÉRIA PINTO CARDOSO LISBOA – TITULAR DE CANAÃ DOS CARAJÁS	5542/2011 – 3ª PJ	01/12/2011	31/01/2012 2
11	RENATA VALÉRIA PINTO CARDOSO LISBOA – TITULAR DE CANAÃ DOS CARAJÁS	5230/2011 – 3ª PJ	16/11/2011	30/11/2011 1
12	ANDREA MOURA SANTOS SAMPAIO – TITULAR 1º CARGO	1ª PJ	01/12/2011	31/12/2011 1
13	BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES - SUBSTITUTA	4184/2011	01/09/2011	31/10/2011 1
14	BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES – SUBSTITUTA	5528/2011	01/12/2011	31/01/2012 2
15	LUCIANO AUGUSTO ARAUJO DA COSTA - SUBSTITUTO	1ª PJ	11/2011	-
16	JANUÁRIO CONSTANCIO DIAS NETO - SUBSTITUTO	3993/2010 – 2ª PJ	30/09/2010	31/12/2010 0
17	JANUÁRIO CONSTANCIO DIAS NETO – SUBSTITUTO	4427/2010 - Revogada	A partir de 25/10/2010	
18	JANUÁRIO CONSTANCIO DIAS NETO - SUBSTITUTO	3176/2011 – 2ª PJ	01/08/2010	31/12/2010 0
19	MANOEL ADILTON PERES DE	2ª PJ	03/11/2010	31/12/2010

	OLIVEIRA - SUBSTITUTO			0
20	MANOEL ADILTON PERES DE OLIVEIRA - SUBSTITUTO	1ª PJ	25/10/2010	31/12/2010
				0
21	HELIO RUBENS PINHO PEREIRA	4ª PJ	A partir de 01/02/2012	-
13 – Considerações do Juízo: Não é frequente a participação dos Promotores durante as audiências. A alegação dos promotores é que existe muito atendimento, o que dificulta sua presença nas audiências. A relação com os Promotores é excelente, existindo respeito mútuo.				
14 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Ao consultar a pasta de Termo de Audiências, verificou-se que os Promotores raramente participaram das audiências designadas. Perguntado à Diretora de Secretaria se as intimações estavam sendo procedidas regularmente, aquela respondeu que sim. Portanto, conclui-se que os fatos narrados e confirmados por meio dos Termos de Audiências arquivados na Secretaria são graves, e por essa razão, a ausência de um Membro do <i>Parquet</i> durante a audiência pode trazer prejuízos à efetiva prestação jurisdicional, logo, sugere-se que seja expedido ofício à Procuradoria de Justiça, noticiando o fato para as providências cabíveis.				
15 – Nome do Defensor Público atual: Dra. KELLY APARECIDA SOARES Dra. CAMILLA FACIOLA PESSOA LOBO Dr. ALEXANDRE EVANGELISTA BOTELHO Dr. RAFAEL OLIVA CARAVELLOS BARRA Dr. DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA				
16 – Natureza da designação: () Titular () Substituto (X) Respondendo cumulativamente			17 – Data da entrada em exercício: ABAIXO	
18 – Sequência dos Defensores Públicos designados nos últimos 24 meses:				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	KELLY APARECIDA SOARES – Titular em Paragominas, designada para Parauapebas	194/2010	19/04/2010	-
2	CAMILLA FACIOLA PESSOA LOBO – Titular em Canaã dos Carajás, designada para Parauapebas com itinerância em Canaã dos Carajás	445/2010	03/08/2010	-
3	ALEXANDRE EVANGELISTA BOTELHO – Titular em Curionópolis, designado para Parauapebas	441/2010	03/08/2010	-
4	RAFAEL OLIVA CARAVELLOS BARRA – Titular em Canaã dos Carajás, designado para Parauapebas com itinerância em Canaã dos Carajás	100/2012	23/01/2012	-
5	DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA – Titular em Curionópolis designado para Parauapebas com itinerância em Curionópolis	100/2012	23/01/2012	-
19 – Considerações do Juízo: Os Defensores Públicos sempre participam das audiências, sendo bastante diligentes. Existe uma boa relação e respeito mútuo.				
20 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Considerando que a Defensoria Pública possui regular participação às audiências que são designadas, e, considerando a boa relação existente entre o Magistrado e os respectivos causídicos, recomenda-se ao Magistrado que continue cumprindo seus				

deveres estabelecidos na LOMAN, principalmente no que se refere ao tratamento urbano que o mesmo deve dispor para com todos aqueles que atuam na justiça.

DOS SERVIDORES

21 – Servidores efetivos do TJ-PA:

	Nome	Portaria	Função
1	VIVIANE DE ALCANTARA ALVES DE MELO	0301/98 - GP	Superior Completo/Pós-Graduação
2	PATRÍCIA ALESSANDRA NAVA ABREU	0346/11 - GP	Superior Completo

22 – Servidores cedidos por outros órgãos:

	Nome	Função	Portaria
1	EDLENE CAMPOS DE MELO	Técnico Administrativo	178/2011
2	LÚCIA DE NAZARÉ SOUZA DA SILVA	Telefonista	-
3	ELIZANGELA BEZERRA DE OLIVEIRA	Telefonista	-
4	IRISMAR SOUSA CASTRO	Auxiliar Administrativo	179/2010
5	PATRÍCIA DA SILVA OLIVEIRA	Técnico Administrativo	369/2011
6	MARIA RUBENITA DE S. MOTA	Auxiliar Administrativo	032/2006
7	MARIA CELIA E SILVA MORAIS LEMOS	Auxiliar Administrativo	-
8	MARIA ANGELICA MIRANDA DOS SANTOS	Auxiliar Administrativo	364/2011
9	DEBORA DA SILVA OLIVEIRA CARDOSOS	Auxiliar Administrativo	364/2011

23 – Considerações do Juízo:

Existe na Secretaria divisão de trabalho. Há necessidade de treinamento para que todos os Servidores tenham um maior domínio nos trabalhos de Secretaria. Tentou-se realizar na Vara um treinamento com os servidores, porém ainda não é suficiente.

24- CONCUSÕES/RECOMENDAÇÕES:

Embora a 1ª Vara tenha um bom número de funcionários, verifica-se que a maioria é cedida da Prefeitura local, portanto, sem qualificação técnica. Tal situação pressupõe uma insegurança jurídica, tendo em vista que tais funcionários não dispõem de conhecimento específico para desempenhar suas respectivas funções. Além do mais, considerando que a Diretora de Secretaria é a única servidora do quadro do Tribunal, na secretaria, a mesma informou que por diversas vezes já precisou interromper seu trabalho para orientar os demais funcionários.

Da situação exposta, observa-se que a quantidade de servidores não se reflete em qualidade de trabalho desenvolvido na Vara, portanto, a Unidade Judiciária necessita de mais servidores do quadro do Tribunal.

Desse modo, passo a determinar a seguinte recomendação:

- Seja oficiado à Secretaria de Gestão de Pessoas solicitando a substituição dos funcionários cedidos por servidores efetivos e qualificados, conforme a conveniência e disponibilidade de recursos humanos existente.

DO ACERVO PROCESSUAL		
25 – Número de processos em tramitação no Sistema (LIBRA, SAPXXI ou outro): 299	26 – Contagem Física: 181	
27 – Os autos dos processos são cadastrados no sistema: (X) Sim () Não () Observação:	28 - Os atos judiciais são cadastrados no sistema: (X) Sim () Não () Observação:	
29 – Discriminação do Acervo:		
Natureza	Quantidade	Total
Ato Infracional	98	98
Guarda	86	86
Adoção	101	101
Estado de Risco	14	14
Infância e Juventude (TOTAL)	299	299
OBS: Dados extraídos do sistema processual.		
30 – Verificar se a Unidade Judiciária tem cumprido em parte o Manual de Rotinas - Processo Civil - Volume I, disponível na página da CJCI na internet: Sim, de acordo com as declarações da Diretora de Secretaria, a mesma participou de um treinamento em Belém, chamado de “Gestão de Processos e Gerenciamento de Rotina”, o qual tinha como finalidade apresentar o referido Manual de Rotinas aos Diretores de Secretaria das diversas Comarcas do Estado. Por fim, aduziu que repassou os conhecimentos adquiridos naquele curso aos demais servidores da Unidade Judiciária, os quais tem tentado colocar em prática o referido manual.		
31 – Verificar o cumprimento da Meta 1 - CNJ : Considerando as informações de Produtividade do Magistrado, referente ao Relatório do CNJ, pode-se observar que embora a Unidade Judiciária não tenha obtido êxito no cumprimento da Meta 1 no ano de 2011, os anos de 2010 e 2012 revelam um significativo empenho no cumprimento da referida Meta.		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2010	80	114
2011	126	91
2012 (Janeiro a abril)	64	62
32 – Quantidade de menor infrator internado provisoriamente: Não se localizou nenhum auto de processo envolvendo menor infrator internado provisoriamente.		
33 – Quantidade de menor infrator internado definitivamente: Foram localizados 04 autos envolvendo menores infratores internados definitivamente. São eles: - 2011.1.000165-3 (O menor encontra-se no CIAM/Marabá – Aplicação da Medida em 22/03/2011). - 2011.1.002489-5 (O menor encontra-se no CESEF/Ananindeua – Aplicação da Medida em 11/06/2011). - 0005297-18.2011.814.0040 e 0000063-19.2011.814.0040 (O menor encontra-se no		

CIAM/Marabá – Aplicação da Medida em 02/12/2011).

- 0003818-62.2011.814.0040 (O menor encontra-se no CIAM/Marabá – Aplicação da Medida em 24/04/2012).

34 – Quantidade de menor infrator cumprindo outro tipo de medida socioeducativa:

Foram localizados 29 autos de processo envolvendo menor infrator nessa situação. São eles:

1. 0003266-09.2011.814.0040 (Liberdade Assistida)
2. 0005958-94.2011.814.0040 (Prestação de Serviços à Comunidade)
3. 2010.1.003043-9 (Liberdade Assistida)
4. 0003226-09.2011.814.0040 (Liberdade Assistida)
5. 0003106-46.2007.814.0040 (Liberdade Assistida)
6. 2009.1.001257-1 (Medida Protetiva)
7. 0005959-79.2011.814.0040 (Prestação de Serviços à Comunidade)
8. 2010.1.001505-1 (Prestação de Serviços à Comunidade)
9. 0003266.09.2011.814.0040 (Liberdade Assistida)
10. 0003108.36.2007.814.0040 (Liberdade Assistida)
11. 0000108-25.2012.814.0040 (Liberdade Assistida)
12. 0003266-09.2011.814.0040 (Liberdade Assistida)
13. 0003266-09.2011.814.0040 (Liberdade Assistida)
14. 0003266-09.2011.814.0040 (Liberdade Assistida)
15. 0003914-46.2010.814.0040 (Liberdade Assistida)
16. 0004623-40.2011.814.0040 (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade)
17. 0005969-26.2011.814.0040 (Liberdade Assistida)
18. 0009797-66.2011.814.0040 (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade)
19. 0002439-07.2008.814.0040 (Liberdade Assistida)
20. 0003266-09.2011.814.0040 (Liberdade Assistida)
21. 0000920-67.2012.814.0040 (Prestação de Serviço à Comunidade)
22. 0003665-51.2011.814.0040 (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade)
23. 0005083-21. 2010.814.0040 (Liberdade Assistida)
24. 0004976-62.2009.814.0040 (Liberdade Assistida)
25. 2010.1.003959-8 (Prestação de Serviço à Comunidade)
26. 0010132-85.2011.814.0040 (Liberdade Assistida)
27. 0003710-20.2011.814.0040 (Liberdade Assistida)
28. 0003266-09.2011.814.0040 (Liberdade Assistida)
29. 0001790-93.2010.814.0040 (Prestação de Serviço à Comunidade)

35 – Quantidade de processos com menor infrator internado provisoriamente com o prazo de 45 dias extrapolado:

Não se localizou nenhum auto de processo nessa situação.		
36 – Verificar se as medidas socioeducativas aplicadas são executadas e fiscalizadas pela própria Unidade Judiciária: (em caso positivo, indicar se existe recurso humano adequado - equipe interdisciplinar - e se os processos estão atualizados).		
As Medidas Socioeducativas são fiscalizadas pela Unidade Judiciária, porém, a execução de tais medidas é realizada pelo CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social, sendo de responsabilidade da Prefeitura local.		
Ademais, verificou-se que os processos estão todos atualizados.		
37 – Verificar as pendências em relação a pedidos de decretação ou revogação de medidas provisórias:		
Durante o período da Correição, não se localizou nenhuma pendência em relação a pedidos de decretação ou revogação de medidas provisórias.		
38 – Verificar se o Juízo identifica os feitos através de etiquetas indicativas ou por outro meio:		
Os feitos relativos a Infância e Juventude são identificados com uma fita laranja.		
39 - Análise, por amostragem, dos processos existentes na Unidade Judiciária:		
PROCESSOS MAIS ANTIGOS		
	NÚMERO	TRAMITAÇÃO
1	0000598- 5.2002.814.0040 (Ação de Tutela).	Distribuído em 17/07/2002. Despacho determinando realização de estudo social em 08/04/2003. O processo encontra-se com a Equipe interdisciplinar para realização do estudo social.
2	0000474- 9.1998.814.0040 (Ação de Adoção).	Distribuído em 11/12/1998. Despacho designando audiência em 01/12/1998. Audiência realizada em 11/02/1999. O processo encontra-se com a Equipe interdisciplinar para realização do estudo social.
3	0000053- 1.1999.814.0040 (Ação de Adoção)	Distribuído em 12/02/1999. Decisão interlocutória em 26/09/1999 deferindo a guarda provisória. O processo encontra-se com a Equipe interdisciplinar para realização do estudo social.
4	0000926- 9.2004.814.0040 (Ação Adoção)	Distribuído em 15/10/2004. Decisão interlocutória em 27/10/2004 deferindo a guarda provisória. Audiência realizada em 22/09/2009. O processo encontra-se com a Equipe interdisciplinar para realização do estudo social.
5	0000644- 1.2004.814.0040 (Ação de Busca e Apreensão de Menor)	Distribuído em 06/07/2004. Despacho determinando intimação da parte autora para manifestar interesse no feito em 22/09/2009. Procuradora retirou os autos em carga devolvendo em maio de 2012. Autos conclusos para manifestação em 11/05/2012.
6	0001816- 2.2005.814.0040 (Guarda)	Distribuído em 14/04/2003. Devidamente citada, a Requerida apresentou contestação em 18/08/2005. Despacho determinando intimação da parte autora para manifestar interesse no feito em 19/07/2011. Certificada a não manifestação, os autos seguiram conclusos em 09/12/2011. Obs.: Embora a numeração do Sistema LIBRA apresente o ano de 2005, os autos foram distribuídos no ano de 2003.
7	0000158- 6.2004.814.0040 (Regulamentação de	Distribuído em 04/03/2004. Despacho determinando citação em 04/03/2004. Estudo social juntado aos autos em 01/06/2004. Apresentada contestação em

	Visitas)	26/03/2004. Autos estão conclusos na Secretaria conforme determinação do Magistrado.
8	0002006- 2.2005.814.0040 (Adoção)	Distribuído em 18/02/2003. Decisão interlocutória em 20/02/2003 deferindo a guarda provisória. Estudo social juntado aos autos em 04/06/2003. Requerida citada por Edital em 03/10/2006 . Não apresentada contestação foi nomeado curador em 02/02/2010, que apresentou contestação em 18/02/2010. Autos estão conclusos na Secretaria conforme determinação do Magistrado. Obs.: Embora a numeração do Sistema LIBRA apresente o ano de 2005, os autos foram distribuídos no ano de 2003.
9	0000635- 1.2006.814.0040 (Ação de Guarda)	Distribuído em 25/09/2000. Decisão interlocutória em 17/11/2000, deferindo guarda provisória. Audiência realizada em 20/02/2001. Autos retirados em carga pelo procurador dos autores em 04/05/2010, devolvendo sem manifestação. Os autos encontram-se conclusos na Secretaria, conforme determinação do Magistrado. Obs.: Embora a numeração do Sistema LIBRA apresente o ano de 2006, os autos foram distribuídos no ano de 2000.
PROCESSOS REFERENTES A META 2/2009		
	NÚMERO	TRAMITAÇÃO
1	0001461- 1.2005.814.0040 (Ação de Guarda)	Distribuído em 18/11/2005. Decisão interlocutória em 25/01/2006, deferindo a guarda provisória. Devidamente citados os Requeridos não apresentaram contestação. O processo encontra-se com a Equipe Interdisciplinar para realização do estudo social.
2	0000833- 0.2005.814.0040 (Ação de Guarda)	Distribuído em 16/09/2005. Decisão interlocutória em 17/10/2005, deferindo a guarda provisória. O processo encontra-se com a Equipe Interdisciplinar para realização do estudo social.
3	0001239- 7.2005.814.0040 (Ação de Guarda)	Distribuído em 10/11/2005. Decisão interlocutória em 23/11/2005 deferindo a guarda provisória. O processo encontra-se com a Equipe interdisciplinar para realização do estudo social.
4	0000713- 9.2006.814.0040 (Ação de Representação)	Distribuído em 09/08/2005. Representação recebida em 16/08/2005. Expedida carta precatória para realização de audiência de apresentação do representado, retornou sem cumprimento. Autos seguiram conclusos em 09/05/2012. Obs.: Embora a numeração do Sistema LIBRA apresente o ano de 2006, os autos foram distribuídos no ano de 2005.
5	0002093- 5.2005.814.0040 (Ação de Adoção)	Distribuído em 12/12/2005. Audiência realizada em 11/10/2007. Autos seguiram conclusos em 02/05/2011.
6	0000820- 9.2006.814.0040 (Ação de Guarda)	Distribuído em 21/02/2005. Despacho determinando citação da parte Requerida em 10/02/2006. Contestação apresentada em 08/09/2006. Estudo social juntado aos autos em 01/08/2006. Impugnação à contestação em 11/08/2006. Audiência realizada em 13/03/2007. Autos seguiram conclusos em 11/05/2012. Obs.: Embora a numeração do Sistema LIBRA apresente o ano de 2006, os autos foram distribuídos

		no ano de 2005.
PROCESSOS REFERENTES A META 2/2010		
	NÚMERO	TRAMITAÇÃO
1	0000846- 3.2006.814.0040 (Ação de Adoção).	Distribuído em 17/02/2006. Despacho designando audiência em 18/04/2006. Realizada audiência em 14/11/2006. Estudo social juntado aos autos em 13/08/2009. Autos seguiram conclusos em 19/12/2011.
2	0004860- 2.2006.814.0040 (Ação de Adoção).	Distribuído em 11/12/2006. Decisão interlocutória em 11/01/2007 deferindo a guarda provisória. Audiência realizada em 02/09/2010. Estudo social juntado aos autos em 04/05/2012. Parecer favorável do Ministério Público em 11/05/2012. Autos seguiram conclusos em 15/05/2012.
3	0000262- 3.2006.814.0040 (Ação de Representação)	Distribuído em 19/01/2006. Representação recebida em 13/01/2006. Expedida carta precatória com a finalidade de designação de audiência para apresentação do menor, a qual retornou sem cumprimento. Autos seguiram conclusos em 09/05/2012.
4	0004238- 8.2006.814.0040 (Ação de Representação)	Distribuído em 29/09/2006. Representação recebida em 22/11/2006. Audiência não realizada em 27/02/2007. Autos seguiram conclusos em 09/05/2012.
5	0001295- 9.2006.814.0040 (Ação de Representação)	Distribuído em 31/03/2006. Representação recebida em 15/05/2006. Audiência não realizada em 23/08/2006 ante a ausência do Representado. Autos seguiram conclusos em 09/05/2012.
6	0000151- 6.2006.814.0040 (Ação de Guarda)	Distribuído em 12/01/2006. Autor intimado para emendar a inicial em 15/05/2006. Certificado não apresentação de manifestação, os autos encontram-se conclusos na Secretaria conforme determinação do Magistrado.
7	0000328- 4.2006.814.0040 (Regulamentação de Guarda)	Distribuído em 25/01/2006. Decisão interlocutória em 20/02/2006 deferindo guarda provisória em favor do pai. Devidamente citada a parte requerida não apresentou contestação. Os autos encontram-se conclusos na Secretaria conforme determinação do Magistrado.
8	0003467- 3.2006.814.0040 (Ação de Guarda)	Distribuído em 26/07/2006. Despacho designando audiência em 08/08/2006. Audiência realizada em 14/08/2007. Em 28/09/2007 o autor requereu desistência. Proferido despacho em 13/12/2007 determinando que a parte requerida se manifestasse a respeito do pedido de desistência. Certificado a não manifestação, os autos encontram-se conclusos em Secretaria, conforme determinação do Magistrado.
9	0000483- 5.2006.814.0040 (Ação de Guarda)	Distribuído em 31/01/2006. Despacho determinando citação da parte Requerida e designando audiência em 17/05/2006. Audiência não realizada em 14/09/2006. Os autos encontram-se conclusos em Secretaria, conforme determinação do Magistrado.
10	0002231- 5.2006.814.0040	Distribuído em 22/05/2006. Decisão interlocutória indeferindo pedido de tutela antecipada e designando

(Ação de Regulamentação de Guarda)	audiência em 29/06/2006. Audiência realizada em 15/02/2007. Certificado a não apresentação de contestação e a não manifestação da parte autora, os autos encontram-se conclusos em Secretaria, conforme determinação do Magistrado.	
40 – Alimentação dos Sistemas Informatizados de Informações relacionados no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html .		
	SIM	NÃO
Cadastro de Adolescentes em Conflito com a Lei – CNAACL	NI	NI
Cadastro Nacional de Adoção - CNA	NI	NI
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas - CNACA	NI	NI
Inspeção - Estabelecimento de Aplicação de Medida Socioeducativa	X	
Sistema de Informações da Corregedoria	X	
Sistema Nacional de Bens Apreendidos		X
41 – Adequação do cumprimento de Cartas Precatórias recebidas de outro Juízo:		
N. C. Prec. Recebidas. 566 (nos últimos 24 meses) OBS: Segundo declarações da Diretora de Secretaria, o LIBRA não fornece tal informação separando os feitos cíveis das demais Ações referentes a Infância e Juventude, portanto, o presente número cinge-se às duas classes processuais.	N. C. Prec. Devolvidas 87 (nos últimos 24 meses)	N. C. Prec. em Tramitação O LIBRA apresentou uma relação de 37 Cartas Precatórias em tramitação, contudo, fisicamente só foi possível localizar 05 processos nessa situação, demonstrando mais uma vez que o referido sistema não possui informações fidedignas.
42 – Adequação da fiscalização do cumprimento das Cartas Precatórias expedidas para outro Juízo:		
Verificar se a Secretaria realiza algum tipo de controle: Observou-se que a Secretaria realiza seus controles por meio de pastas.	Se as reiterações para devolução têm sido feitas: A Diretora de Secretaria informou que realiza as reiterações sempre que necessário.	
43 – Petições iniciais pendentes (Representação, Pedidos de Busca, de Internação Provisória, etc.):		
Pendentes de Registro e Autuação: 00	Pendentes de Conclusão: 00	Pendentes de Despacho: 19
44 – Petições interlocutórias pendentes		
Não Juntadas:	Não remetidas a conclusão:	Não despachadas:

08	A Diretora de Secretaria informou que diariamente são juntadas cerca de 50 petições interlocutórias na Unidade Judiciária, não tendo o controle do destino dos autos.	Segundo a funcionária do Gabinete, não se tem o controle da quantidade petições interlocutórias pendentes de despacho.
45 – Processos Conclusos:		
<p>Há menos de 100 dias: 444</p> <p>OBS: Segundo declarações da Diretora de Secretaria, o LIBRA não fornece tal informação separando os feitos cíveis das demais Ações referentes a Infância e Juventude, portanto, o presente número cinge-se às duas classes processuais.</p>	<p>Mais de 100 dias: 351</p> <p>OBS: Segundo declarações da Diretora de Secretaria, o LIBRA não fornece tal informação separando os feitos cíveis das demais Ações referentes a Infância e Juventude, portanto, o presente número cinge-se às duas classes processuais.</p>	<p>Pré-conclusão: 89</p>
46 – Considerações do Juízo:		
<p>O Magistrado consignou que conforme os números dos relatórios de distribuições dos últimos anos, a demanda da 1ª Vara Cível é bastante grande, logo, não está sendo possível cumprir os prazos e dar evasão aos processos de forma mais célere.</p>		
47 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO:		
<p>1. Os procedimentos da Infância e Adolescência estão merecendo razoável tramitação.</p> <p>2. Após a análise de alguns processos relacionados a Infância e Juventude, observou-se que diversos procedimentos encontravam-se com a equipe interdisciplinar para realização do estudo social, com tempo em demasia, portanto, recomenda-se ao Magistrado que exerça rigorosa fiscalização quanto aos feitos, para que a prestação jurisdicional possa ser prestada de forma eficaz.</p> <p>3. Ademais, verificou-se também que alguns processos apresentavam uma inconsistência quanto seus respectivos números de cadastro no Sistema LIBRA e a data em que esses autos foram distribuídos. Nesse diapasão, dos processos analisados, os seguintes apresentaram tal inconsistência, são eles:</p> <p>a- Processo nº. 0001816-2.2005.814.0040 (Guarda): a numeração do Sistema LIBRA apresenta o ano de 2005, mas os autos foram distribuídos no ano de 2003;</p> <p>b- Processo nº. 0002006-2.2005.814.0040 (Adoção): a numeração do Sistema LIBRA apresenta o ano de 2005, mas os autos foram distribuídos no ano de 2003;</p> <p>c- Processo nº. 0000635-1.2006.814.0040 (Ação de Guarda): a numeração do Sistema LIBRA apresenta o ano de 2006, mas os autos foram distribuídos no ano de 2000;</p> <p>d- Processo nº. 0000713-9.2006.814.0040 (Ação de Representação): a numeração do Sistema LIBRA apresenta o ano de 2006, mas os autos foram distribuídos no ano de 2005;</p> <p>e- Processo nº. 0000820-9.2006.814.0040 (Ação de Guarda): a numeração do Sistema LIBRA apresenta o ano de 2006, mas os autos foram distribuídos no ano de 2005.</p> <p>Por conseguinte, determino a expedição de ofício ao Grupo Gestor do Sistema LIBRA, a fim de que tome conhecimento quanto ao fato narrado e possa adotar as</p>		

medidas que entender necessárias.

4- No que tange as medidas socioeducativas, verificou-se que a Unidade Judiciária exerce fiscalização, porém, a execução de tais medidas é realizada pelo CREAS - Centro Especializado da Assistência Social, sob a responsabilidade da Prefeitura local. Com efeito, a regulamentação sobre a execução de medidas socioeducativas, no âmbito das comarcas do interior, tornou-se obsoleta. As regras existentes estão nas Resoluções n. 014/95 e 043/96 e Provimento 005/2009-CJCI. Obsoletas em razão de que, quando editadas, apenas uma Unidade Judiciária, na Comarca de Belém, executava medidas socioeducativas aplicadas em todas as demais Comarcas, circunstância que foi alterada pela inauguração de estabelecimentos adequados nas Comarcas de Marabá e Santarém.

Assim sendo, determino que o Juiz Auxiliar Cristiano Arantes e Silva produza estudo e projeto de Provimento para minha análise e aprovação, em conjunto com a CRMB, para a regulamentação do procedimento para execução de medidas socioeducativas nas Comarcas do Estado do Pará.

5- Quanto aos Sistemas Informatizados de Informações, determino a notificação do Magistrado para regularizar imediatamente os sistemas não alimentados.

6- Verificou-se também que a Diretora de Secretaria não soube responder alguns itens do questionário correicional (a saber, itens 41, 44 e 45), alegando que o Sistema de Gestão LIBRA não fornecia os dados separando as ações cíveis das ações relacionadas a infância e juventude, por essa razão, recomendo que a Diretora de Secretaria passe a dispor de tais informações através de controle feito por meio de pastas, as quais poderão ser abertas tanto para os feitos referentes a infância e juventude, bem como para as ações cíveis.

7- Outro problema detectado durante a Correição, cinge-se no fato de que o LIBRA não dispõe de informações fidedignas, nesse sentido, temos como exemplo os dados contidos no item 41, que informa que o número de Cartas Precatórias em tramitação durante o período da correição seria 37, porém, fisicamente só foi possível conferir 05, portanto recomendo que seja expedido ofício ao Grupo Gestor do Sistema LIBRA, para que tome conhecimento dos fatos narrados e adotes as medidas que entender cabíveis.

8- Verificou-se a existência de 89 autos em situação de pré-conclusão, portanto, deve a Diretora de Secretaria fazer conclusão efetiva de todos os processos que se encontrem nessa situação, ao gabinete do Juiz, eliminando o que o CNJ chama e condena como procedimento irregular, de pré-conclusão ou conclusão na Secretaria.

7- Por fim, considerando as dificuldades encontrada pelo Magistrado, bem como os dados conferidos durante a Correição, recomenda-se que o mesmo não deixe de praticar esforços no sentido de conferir uma prestação jurisdicional a contento.

48 - Números nos últimos 24 meses

Audiências realizadas	361	Sentenças sem mérito	140
Conciliações realizadas	-	Sentenças de mérito	64
Decisões interlocutórias	150	Autos arquivados	79

49 - Participação em mutirões e outras iniciativas (relacionar e descrever):

Ainda não ocorreu mutirão ou mesmo outra iniciativa.

50 - Inovações procedimentais e tecnológicas para o incremento da prestação jurisdicional (relacionar e descrever):

A única inovação aplicada na Unidade Judiciária que se pode observar foi a adequação a Gestão de Processos e Gerenciamento de Rotina, disposto no Manual de Rotinas – Processo Civil, desenvolvido pelo CNJ.

51 – Considerações do Juízo:

O que se observa é que nos últimos dois anos foi muito grande o aumento da demanda na Comarca de Parauapebas, incluindo aí todas as Varas. Em 2009

foram distribuídos em torno de 2.100 processos (nas quatro varas). Em 2010 foram aproximadamente 5000 processos. Em 2011 foram mais de 8.000 processos. Vê-se um aumento muito grande na demanda processual. Relativamente à 1ª Vara, considerando seu histórico, temos ainda um acervo muito grande. Uma das dificuldades encontradas, além da demanda alta, é que os autos relativos a Infância e Juventude geram diversas obrigações, sem deixar de mencionar os casos complexos e delicados. Hoje existem cadastros a serem alimentados no CNJ, entre outros trabalhos.

Trabalhar com a matéria da infância cumulativamente com outras matérias cíveis em uma Comarca onde a demanda é alta, torna-se difícil. Talvez fosse o caso de reavaliar a competência, podendo mudar para apenas infância e família. Teríamos uma demanda maior do que a atual, porém teríamos mais especialidade. Claro que teríamos de avaliar melhor.

52 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES:

1- Com relação às custas processuais, no que se refere às iniciais, essas são pagas anteriormente a distribuição, de forma que os processos já chegam à secretaria com os comprovantes de recolhimento devidamente pagos. No que concerne às intermediárias, segundo informações da Diretora de Secretaria, em razão de estarem priorizando os feitos da Meta 2 do CNJ, não estão sendo recolhidas nos processos mais recentes. Com relação às finais, adotam a prática de só enviarem os processos à UNAJ depois de proferida a sentença, e após, procedem a intimação das partes para pagamento, sob pena de inscrição em Dívida Ativa. A Vara já inscreveu aproximadamente 46 processos em dívida ativa.

2- Observou-se também que, constam na Secretaria da Vara, 89 processos em situação de pré-conclusão, o que é terminantemente vedado pelo CNJ, logo, considerando tal situação, recomendo ao Magistrado que elimine tal prática, enquadrando-se nas normas estabelecidas pelo Órgão fiscalizador nacional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO PRELIMINAR DA CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE PARAUPEBAS -1ª VARA

Período: 14 a 18 de maio de 2012.

Competência: Infância e Juventude (privativa), Cível, Família e Comércio, por distribuição.

Juiz: Dr. Everaldo Pantoja e Silva

Considerações e recomendações:

Senhor Juiz

A Correição procedida por esta Corregedoria visa, além das atribuições previstas no Código de Organização Judiciária do Estado, orientar Juizes e servidores para o uso de procedimentos que levem aos jurisdicionados uma prestação jurisdicional célere e eficaz.

É importante ressaltar o interesse do magistrado e dos servidores da respectiva Vara.

Conforme o relatório da Secretaria, quanto ao acervo, em contagem física, constam 3.116 (três mil e cento e dezesseis) processos, no Sistema LIBRA aparecem 3.726 (três mil e setecentos e vinte e seis) processos, havendo, portanto, uma diferença de 610 (seiscentos e dez) de feitos.

Relativo a produtividade do juízo, conforme levantamento procedido pela Corregedoria, por meio de números e gráficos, observa-se que a partir de junho de 2009, de forma geral a quantidade de saídas de processos, tem se mantido estável a quantidade de entrada, demonstrando que o juízo tem conseguido oferecer uma prestação jurisdicional relativa, com algumas oscilações negativas, dezembro/2009 a janeiro de 2010 e novembro de 2010 a janeiro de 2011, março de 2011 a agosto do mesmo ano.

Outro aspecto vislumbrado é referente a taxa de congestionamento. Procedendo-se uma avaliação, verifica-se que a referida taxa tem se mantido na média de avaliação dos últimos dois anos, ou seja, vem conseguindo manter-se dentro do patamar médio verificado, todavia, apresentando picos positivos nos meses de agosto e setembro de 2009, maio e julho de 2010, março e outubro de 2011 e fevereiro de 2012.

No gráfico sobre a evolução do acervo, constata-se que desde outubro de 2009, o acervo vem se mantendo equilibrado, sendo que o ideal, é que houvesse um certo declínio.

Quanto aos processos de Meta, restam pendentes na Unidade Judiciária um total de 165 feitos referentes a Meta 2/2009 e 288 feitos referentes a Meta 2/2010. Constam também, 351 processos paralisados há mais de 100 (cem) dias.

Há pendência de lançamento no Sistema do Conselho Nacional de Justiça, Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, e Cadastro Nacional de Adoção.

As recomendações desta Corregedoria para a referida Unidade Judiciária, refere-se:

1) Observância do Manual de Procedimentos para Arrecadação de Custas Judiciais, referente as custas não pagas (item 5.5, letra K), constante no link da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, dentro do Manual de Padronização de Rotinas, da necessidade de notificação prévia para o seu pagamento, para só então, remeter para a inscrição em Dívida Ativa, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei Estadual nº 5.738/93, atentando-se para o prazo constante no seu § 3º.

2) Analisar a disparidade entre o número de acervo físico e o constante no Sistema LIBRA.

3) Analisar a relação encaminhada à Corregedoria pelo Chefe do Banco de Dados e identificar as inconsistências existentes.

4) Alimentar os sistemas do CNJ

4) Observou-se também que, constam na Secretaria da Vara, 565 processos em situação de pré-conclusão, o que é terminantemente vedado pelo CNJ, logo, considerando tal situação, recomendo ao Magistrado que elimine tal prática, enquadrando-se nas normas estabelecidas pelo Órgão fiscalizador nacional.

Belém, 16 de maio de 2012.

Desa. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS.

Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

2ª VARA CÍVEL E/OU OUTRAS COMPETÊNCIAS	
01 – Competências: (X) Cível (X) Família (X) Comércio () Fazenda Pública (X) Outras: Carta Precatória e Registros públicos (Privativo)	
02 – Nome do Juiz de Direito atual e Portaria: ELINE SALGADO VIEIRA – Portaria	
03 – Natureza da designação: (X) Titular () Substituto () Respondendo cumulativamente	04 – Data da entrada em exercício: 02.06.2008
05 - Período de ausência do Juiz (férias, licença ou afastamentos autorizados): De 12.12.2011 a 16.12.2011 De 04.07.2011 a 08.07.2011	

De 30.05.2011 a 03.07.2011				
De 02.05.2011 a 29.05.2011				
De 28.04.2011 a 01.05.2011				
De 07.01.2011 a 14.01.2011				
De 08.09.2010 a 10.09.2010				
De 28.06.2010 a 30.07.2010				
06 – Há magistrado auxiliar designado para a Unidade Judiciária: () Sim (X) Não Em caso positivo, colocar o nome e a Portaria:				
07 – Sequência dos magistrados designados nos últimos 24 meses				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI	3539	12.12.2011	16.12.2011
2	RAMIRO ALMEIDA GOMES	1858	04.07.2011	08.07.2011
3	RAMIRO ALMEIDA GOMES	1351	30.05.2011	03.07.2011
4	RAMIRO ALMEIDA GOMES	1050	02.05.2011	29.05.2011
5	RAMIRO ALMEIDA GOMES	1078	28.04.2011	01.05.2011
6	ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI	Não Consta	07.01.2011	14.01.2011
7	ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI	2133	08.09.2010	10.09.2010
8	RAMIRO ALMEIDA GOMES	1527	28.06.2010	30.07.2010
08 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: A Magistrada estava respondendo pela 1ª e 2ª Vara da Comarca de Parauapebas. Atualmente encontra-se respondendo pela Comarca de Curionópolis. No entanto, embora o acúmulo de serviço, a Magistrada conseguiu dar uma boa vazão no acervo de processos, conforme demonstrado pelos gráficos quanto a entrada e saída de processos e taxas de congestionamento.				
09 – Nome do Promotor de Justiça atual: BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES – Substitutos. LIGIA VALENTE DO COUTO DE ANDRADE FERREIRA – Substitutos. HÉLIO RUBENS PINHO PEREIRA – Titular de Curionópolis. JOÃO BATISTA DE ARAÚJO CAVALEIRO DE MACEDO – Substituto RENATA VALÉRIA PINTO CARDOSO LISBOA – Titular de Canaã dos Carajás.				
10 – Natureza da designação: () Titular (X) Substituto (X) Respondendo cumulativamente			11 – Data da entrada em exercício Segue informação abaixo.	
12 – Sequência dos Promotores de Justiça designados nos últimos 24 meses:				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	JOÃO BATISTA DE ARAUJO CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR - SUBSTITUTO	5228/2011 – 1ª PJ	16/11/2011	30/11/2011
2	JOÃO BATISTA DE ARAUJO CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR - SUBSTITUTO	5535/2011 – 4ª PJ2	01/12/2011	31/01/2012
3	DANYLLO POMPEU COLARES – TITULAR DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	5191/2010 – 1ª PJ	01/01/2011	31/03/2011
4	DANYLLO POMPEU COLARES – TITULAR DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	2899/2011 – 1ª PJ	21/06/2011	28/08/2011
5	DANYLLO POMPEU COLARES – TITULAR DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	2893/2011 – 1ª PJ	01/04/2011	20/06/2011
6	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR - SUBSTITUTO	5191/2010 -1ª PJ	01/11/2011	31/03/2011
7	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR – SUBSTITUTO	2894/2011 – 1ª PJ	01/04/2011	09/05/2011
8	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR – SUBSTITUTO	3097/2010 – 1ª PJ	01/08/2010	31/12/2010
9	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR - SUBSTITUTO	3176/2010 – 2ª PJ	01/08/2010	31/12/2010
10	RENATA VALÉRIA PINTO CARDOSO LISBOA – TITULAR DE CANAÁ DOS CARAJÁS	5542/2011 – 3ª PJ	01/12/2011	31/01/2012
11	RENATA VALÉRIA PINTO CARDOSO LISBOA – TITULAR DE CANAÁ DOS CARAJÁS	5230/2011 – 3ª PJ	16/11/2011	30/11/2011
12	ANDREA MOURA SANTOS SAMPAIO – TITULAR 1º CARGO	1ª PJ	01/12/2011	31/12/2011
13	BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES - SUBSTITUTA	4184/2011	01/09/2011	31/10/2011
14	BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES – SUBSTITUTA	5528/2011	01/12/2011	31/01/2012

15	LIGIA VALENTE DO COUTO DE ANDRADE FERREIRA - SUBSTITUTA	4534/2011 – 2ª PJ	01/10/2011	30/11/2011
16	LIGIA VALENTE DO COUTO DE ANDRADE FERREIRA – SUBSTITUTA	3993/2011 – 2ª PJ	30/09/2010	31/12/2010
17	LIGIA VALENTE DO COUTO DE ANDRADE FERREIRA – SUBSTITUTA	379/2012 – 2ª PJ	01/02/2012	29/02/2012
18	LIGIA VALENTE DO COUTO DE ANDRADE FERREIRA - SUBSTITUTA	5537/2011 – 2ª PJ	01/12/2011	31/01/2012
19	LUCIANO AUGUSTO ARAUJO DA COSTA - SUBSTITUTO	1ª PJ	11/2011	
20	JANUÁRIO CONSTÂNCIO DIAS NETO - SUBSTITUTO	3993/2010 – 2ª PJ	30/09/2010	31/12/2010
21	JANUÁRIO CONSTÂNCIO DIAS NETO – SUBSTITUTO	4427/2010 - REVOGADA	A PARTIR DE 25/10/2010	
22	JANUÁRIO CONSTÂNCIO DIAS NETO - SUBSTITUTO	3176/2011 – 2ª PJ	01/08/2010	31/12/2010
23	MANOEL ADILTON PERES DE OLIVEIRA - SUBSTITUTO	2ª PJ	03/11/2010	31/12/2010
24	MANOEL ADILTON PERES DE OLIVEIRA - SUBSTITUTO	1ª PJ	25/10/2010	31/12/2010
25	HELIO RUBENS PINHO PEREIRA	4ª PJ	A PARTIR DE 01/02/2012	

13 – Considerações do Juízo:

A Magistrada titular informou que embora constem promotores titulares na Comarca, atuam também membros do MP de outras Comarcas, o que denota uma considerável rotatividade.

14 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES:

Recomenda-se apenas que a Magistrada continue desempenhando suas atividades judicantes, cumprindo sempre as normas estabelecidas na LOMAN, sobretudo o que disciplina o art. 35, IV, devendo tratar com urbanidade os membros do MP, bem como outros.

15 – Nome do Defensor Público atual:

KELLY APARECIDA SOARES – Titular de Breves
 CAMILLA FACIOLA PESSOA LOBO – Titular de Canã dos Carajás
 ALEXANDRE EVANGELISTA BOTELHO – Titular de Curionópolis
 RAFAEL OLIVA CARAVELLOS BARRA – Substituto, respondendo por Canã
 DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA – Substituto, respondendo por Curionópolis

16 – Natureza da designação:

() Titular () Substituto (X) Respondendo cumulativamente

17 – Data da entrada em exercício:

Segue informação abaixo.

18 – Sequência dos Defensores Públicos designados nos últimos 24 meses:

	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	KELLY APARECIDA SOARES – Titular em Paragominas, designada para Parauapebas	194/2010	19/04/2010	Não informado
2	CAMILLA FACIOLA PESSOA LOBO – Titular em Canã dos Carajás, designada para Parauapebas com itinerância em Canã dos Carajás	445/2010	03/08/2010	Não informado
3	ALEXANDRE EVANGELISTA BOTELHO – Titular em Curionópolis, designado para Parauapebas	441/2010	03/08/2010	Não informado
4	RAFAEL OLIVA CARAVELLOS BARRA – Titular em Canã dos Carajás, designado para Parauapebas com itinerância em Canã dos Carajás	100/2012	23/01/2012	Não informado
5	DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA – Titular em Curionópolis designado para Parauapebas com itinerância em Curionópolis	100/2012	23/01/2012	Não informado

19 – Considerações do Juízo:

A Magistrada titular informou que apesar da Comarca ser de grande porte, não há Defensores Públicos titulares.

20 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES:

Ante a consideração da Magistrada, que seja oficiado ao Defensor Público Geral quanto à inexistência de um Defensor Público Titular na Comarca de Parauapebas.

DOS SERVIDORES

21 – Servidores efetivos do TJ-PA:

Nome	Portaria	Função	Escolaridade
------	----------	--------	--------------

1	IRISNEIDE SANTANA	352/2001	AUX. DE SECRETARIA (DIRETORA DE SECRETÁRIA - Encontrava-se de férias por ocasião da Correição)	SUPERIOR INCOMPLETO (Administração)
2	ELIETE VITORIANO VASCONCELOS DOS SANTOS	353/2001	AUXILIAR JUDICIÁRIA LOTADA NA SECRETARIA – respondendo pela Secretária durante as férias da Diretora.	SUPERIOR COMPLETO (Contabilidade)
	LUCIANA ALVES DE MELO NABIÇA	2565/2009	ANALISTA LOTADA NO GABINETE	SUPERIOR COMPLETO (Direito)
22 – Servidores cedidos por outros órgãos:				
	Nome	Função	Matrícula	Escolaridade
1	LUCIANE LINHARES DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2787	ENSINO MÉDIO
2	ELTON MARQUES MAIA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2112	ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO
3	CELIA MARIA DA SILVA CASTRO	ADMINISTRADORA	Contrato 23685	SUPERIOR COMPLETO
4	DALINE MENDES DA SILVA	AGENTE DE SANEAMENTO	Contrato 26005	ENSINO MÉDIO
5	LUANA THAMIREZ SOUSA DA CONCEIÇÃO	TÉC. ADMINISTRATIVO	2291	ENSINO MÉDIO
6	MARISA CARLA COUTO	ASSESSORA PARLAMENTAR	6682	ENSINO MÉDIO
7	SILVANA GOIS SILVA	AGENTE PARLAMENTAR	10018	SUPERIOR INCOMPLETO
8	ALBERONIZA DE SÁ CRUZ	TÉCNICA EM INFORMÁTICA	12098	SUPERIOR INCOMPLETO
9	LUCILEYA DELBEM CAZARINI	PROFESSORA EM DESVIO DE FUNÇÃO PARA AUXILIAR DE GABINETE	22876	SUPERIOR COMPLETO (Direito)
23 – Considerações do Juízo: A Magistrada aduziu que apesar do quadro de funcionários ser relativamente bom, o número de funcionários cedidos pela Prefeitura é maior do que o número de funcionários efetivos do Tribunal, portanto, é extremamente necessário que seja realizado um curso de capacitação àqueles funcionários, para que eles possam desempenhar as funções necessários com maior segurança.				
24 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO: A falta de servidores efetivos do tribunal não é um problema exclusivo da Comarca de Parauapebas, podendo-se constatar tal carência em quase todas as Comarcas do Interior de nosso Estado. Todavia, essa escassez de material humano qualificado está sendo sanada, embora está equipe correicional reconheça a mora nessa transição. Dessa maneira, faz-se necessário encaminhar ofício à Secretaria de Gestão de Pessoas, para que, dependendo da conveniência e oportunidade, possa lotar na Comarca pelo menos um Analista e um Técnico Judiciário.				
DO ACERVO PROCESSUAL				
25 – Número de processos em tramitação no Sistema (LIBRA, SAPXXI ou outro): 1.458		26 – Contagem Física: 1.398 OBS: Observa-se que entre os processos em tramitação no sistema e os que foram contabilizados fisicamente, existe uma diferença de 60 feitos.		
27 – Os autos dos processos são cadastrados no sistema: (X) Sim () Não () Observação:		28 – Os atos judiciais são cadastrados no sistema: (X) Sim () Não () Observação:		
29 – Discriminação do Acervo:				
Natureza		Quantidade	Total	
Cíveis (Excluindo os da Meta 2)		1458	1458	
Cíveis – Meta 2/2009		0	0	
Cíveis – Meta 2/2010		0	0	
Execução Fiscal				
Ação Civil Pública (excluindo as de Improbidade)				

Ação Civil Pública (Improbidade)		Não é competência da Vara	
Ação Popular			
Reclamação Cível (Lei 9.099/95)			
30 – Verificar se a Unidade Judiciária tem cumprido em parte o Manual de Rotinas - Processo Civil - Volume I, disponível na página da CJCI na internet:			
A Unidade Judiciária tem se empenhado em dar cumprimento ao referido manual.			
31 – Verificar o cumprimento da Meta 1 - CNJ:			
Considerando o fluxo de entrada e saída de processos, é possível observar que a Meta 1 do CNJ está sendo cumprida.			
32 – Verificar as pendências em relação a pedidos de liminares ou antecipação da tutela:			
Observou-se que 33 (trinta e três) processos estavam aguardando o despacho inicial, todavia, foi informado que tais processos encontravam-se em tal situação em razão da correição, posto que a Magistrada necessitou deprender atenção ao formulário de correição da Corregedoria.			
33 – Verificar se o Juízo observa as prioridades legais, inclusive, identifica os feitos através de etiquetas indicativas:			
A unidade judiciária identifica os processos de Meta 2 do CNJ, bem como os processos envolvendo idoso.			
34 – Conclusões extraídas da análise dos processos mais antigos existentes na Unidade, os quais foram relacionados nesta inspeção? (Análise, por amostragem, dos processos mais antigos paralisados, ações criminais com réu preso, etc.):			
NÚMERO		SITUAÇÃO ATUAL	
1	000188-15.1999.814.0040 (22.04.1999)	Processo julgado, interposta apelação, improvimento do referido recurso, transitando em julgado a referida decisão. Despacho em 07.02.2012, intimar o devedor, no prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pto. Proceeu-se a intimação. Ag. Devolução de mandado expedido em abril de 2012	
2	000272-80.1999.8140040 (10.06.1999)	Ag. Certificar (TJE indeferiu efeito suspensivo)	
3	0000315-93.1996.814.0040	Juntada de petição para adjudicação. Fazer conclusão.	
4	0000016-57.1997.814.0040	Falta publicar ato ordinatório para manifestação da autora acerca de documentos juntados.	
5	0000033-82.1993.814.0040	Ag. Retorno de CP. Ofício expedido em 26.03.2012 cobrando devolução	
6	0000035-72.1993.814.0040	Ag. Publicação de ato ordinatório para parte requerer o que de interesse em virtude de pedido de desarquivamento	
7	0000124-57.1995.814.0040	Certificar para dívida ativa	
8	040.1997.1.000066-4	Aguardando fazer ato ordinatório para parte se manifestar como desejar, visto que requereu desarquivamento	
9	0000536-76.1997.814.0040	Juntado petição em 23.03.2012. irá concluso na próxima remessa	
10	0000544-36.1997.814.0040	Processos concluso.	
35 – Alimentação dos Sistemas Informatizados de Informações relacionados no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html .			
		SIM	NAO
Sistema de Informações da Corregedoria		X	
Sistema Nacional de Bens Apreendidos		NI	NI
BACENJUD		X	
Cadastro Nacional de Condenações Críveis por Ato de Improbidade Administrativa		NI	NI
INFOJUD		NI	NI
36 – Adequação do cumprimento de Cartas Precatórias recebidas de outro Juízo:			
N. C. Prec. Recebidas	N. C. Prec. Devolvidas	N. C. Prec. em Tramitação	
551	531	38	
Relacionar as cartas precatórias recebidas e ainda não cumpridas: obs. estão sendo cumpridas, estão em andamento, inclusive várias já estão com ofício prontos a serem postados para devolução.			
Número	Data Receb.	Finalidade	Fase

0000416-612011.8140040	08.02.2012	Citação	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0000522-232012.8140040	14.02.2012	Intimação para aud.	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0001504-372012.8140040	28.03.2012	Intimação	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0001413-442012.8140040	27.03.2012	Intimar	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0000881-702012.8140040	02.03.2012	citação	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0001500-972012.8140040	08.03.2012	citação	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0002223-192012.8140040	03.05.2012	citação	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0000592-40.20128140040	10.02.2012	Intimação	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0001351-042012.8140040	26.03.2012	Citação do devedor	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0002155-692012.8140040	26.04.2012	Citação e penhora	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0001922-722012.8140040	18.04.2012	Para cartório averbar	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0001905-362012.8140040	18.04.2012	Citação do executado	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0001416-962012.8140040	27.03.2012	Citação	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0001801-442012.8140040	13.04.2012	Intimação p/ audiência.	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0000463-362012.8140040	10.02.2012	citação	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0001623-952012.8140040	03.04.2012	Oitiva de testemunha	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0006035-062011.8140040	15.12.2011	Oitiva do requerido	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0005718-082011.8140040	29.11.2011	intimação	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0002161-762012.8140040	26.04.2012	Intimação do requerido	Já com ofício para postagem devolvendo-a
0000813-232012.8140040	29.02.2012	Citação	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0002188-592012.8140040	27.04.2012	citação	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0002171-232012.8140040	27.04.2012	Para cartório averbar	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0000811-532012.8140040	29.02.2012	Intimação	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0001141-502012.8140040	13.03.2012	Prisão do executado	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0001897-592012.8140040	18.04.2012	Citação/intimação	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0002217-122012.8140040	03.05.2012	Intimação	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0001987-672012.8140040	20.04.2012	Citação	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0000135-082012.8140040	18.01.2012	Intimar requerido	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0005604-692012.8140040	24.11.2011	intimação	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0002092-442012.8140040	24.04.2012	Citação	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0002109-802012.8140040	25.04.2012	Citação	Aguardando fazer ofício devolvendo-a
0000452-062012.8140040	09.02.2012	Citação	Ag. Resp. ofício postado em 15.05.2012
0000543-962012.8140040	15.02.2012	Citação	Ag. Resp. ofício postado em 15.05.2012
0000776-932012.8140040	29.02.2012	Citação/intimação	Ag. Resposta de ofício
0002260-62012.8140040	04.05.2012	Inquirição de suposta inventariante	Aguardando cobrar pagto de custas
0000126-462012.8140040	17.01.2012	Intimação	Devolver pelo silêncio do juízo
0002281-222012.8140040	07.05.2012	Citação	Aguard. Oficiar encaminhando ao JEC
37 – Adequação da fiscalização do cumprimento das Cartas Precatórias expedidas para outro Juízo:			
Verificar se a Secretaria realiza algum tipo de controle:		Se as reiterações para devolução têm sido feitas: As reiterações são feitas sempre que há necessidade.	

Há registro em livro com número das cartas precatórias e destino.		
38 – Petições iniciais pendentes:		
Pendentes de Registro e Autuação: Nenhuma	Pendentes de Conclusão: Nenhuma	Pendentes de Despacho: 44 (no gabinete)
39 – Petições interlocutórias pendentes:		
Não Juntadas: No libra consta 426, porém, fisicamente só há 84. Isto ocorre porque as Cartas Precatórias e agravos que retornam entram como petição e nem sempre quem os recebe dá baixa no Libra.	Não remetidas a conclusão: A Vara não possui esses controle, logo, seria necessário verificar todos os processos, o que não foi possível em razão do tempo.	Não despachadas: Só os pendentes que estão no gabinete.
40 – Pendências da Serventia:		
Autos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial (mais de 100 dias)		0
Autos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial (menos de 100 dias)		180
Autos aguardando conclusão (pré-conclusão)		0
Não há no gabinete processos paralisados por mais de 100 (cem) dias. No entanto em Secretária constam 20 processos, sendo que destes 14 já foram julgados.		
41 – Mandados com carga em aberto para Oficial de Justiça		
Nome	Quantidade	Data mais antiga
ANTONIO PEREIRA DE SA JUNIOR	22	19.09.2011
GILMAR AFONSO TABORDA	36	05.08.2011
GRISLEINE CRISTINA RENOSTO RECH	24	25.08.2011
MICHELA DANTAS NASCIMENTO STEFFEN	10	13.04.2012
NAILOR AFONSO TABORDA	14	19.03.2012
42 – Processos Conclusos:		
Há menos de 100 dias: 358	Mais de 100 dias: 00	Pré-conclusão: 00
43 – Autos de processos retirados com carga, com a data .		
MINISTERIO PUBLICO	DEFENSORIA PUBLICA	ADVOGADOS
Qtde: 87	Qtde: 36	Qtde: 14
A carga mais antiga: 16.03.2012	A carga mais antiga: 25.01.2012	A carga mais antiga: 16.03.2012
44 – Considerações do Juízo:		
Não há considerações a serem feitas.		
45 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES:		
Verifica-se que no geral a Unidade Judiciária vem desempenhando um bom trabalho no que tange a prestação jurisdicional, entretanto, alguns pontos precisam ser observados:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quanto aos Sistemas Informatizados de Informação, item 35 deste relatório de correição, nota-se que não há a informação de que todos os sistemas estão sendo devidamente preenchidos, logo, recomenda-se à Magistrada que se digne a manter todos os referidos sistemas alimentados. 2. Quanto ao item 66 desde relatório de correição, que trata das petições interlocutórias não juntadas, o libra apresenta um total de 426, porém, fisicamente só se contabilizou 84. Durante a correição pode-se apurar que esta diferença ocorre porque as Cartas Precatórias e agravos que retornam entram como petição e nem sempre quem os recebe dá baixa no Libra. Logo, recomenda-se que a Unidade Judiciária passe a ter um controle mais rigoroso, evitando situações análogas, o que pode trazer insegurança jurídica. 3. Outro ponto que merece destaque é com relação aos mandados com carga em aberto para os Oficiais de Justiça, os quais alguns estavam com tempo em demasia nas mãos dos oficiais, portanto, recomenda-se aos Oficiais de Justiça que se dignem a cumprir com a máxima urgência os mandados que estão com carga em aberto com tempo extrapolado, para que então a prestação jurisdicional possa ser conferida de forma eficaz. 		

46 – Números nos últimos 24 meses			
Audiências realizadas	1280	Sentenças sem mérito	671
Conciliações realizadas	315	Sentenças de mérito	804
Decisões interlocutórias	1090	Autos arquivados	4126
47 – Participação em mutirões e outras iniciativas (relacionar e descrever): Semana da conciliação, ação cidadania e mutirões organizados pela própria vara.			
48 – Inovações procedimentais e tecnológicas para o incremento da prestação jurisdicional (relacionar e descrever): Não.			
49 – Considerações do Juízo: Não houve considerações por parte do juízo.			
50 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Todas as conclusões e considerações foram feitas nos itens anteriores.			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO PRELIMINAR DA CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE PARAUPEBAS -2ª VARA

Período: 14 a 18 de maio de 2012.

Competência: Registro Público (privativa) ecível, comércio, família e Carta Precatória, por distribuição.

Juíza: Dra. Eline Salgado Vieira

Considerações e recomendações:

Senhora Juíza

A Correição procedida por esta Corregedoria visa, além das atribuições previstas no Código de Organização Judiciária do Estado, orientar Juízes e servidores para o uso de procedimentos que levem aos jurisdicionados uma prestação jurisdicional célere e eficaz.

É importante ressaltar o interesse da magistrada e dos servidores.

Conforme o relatório da Secretaria, quanto ao acervo, em contagem física, constam 1.839 (um mil e oitocentos e trinta e nove) processos, no Sistema LIBRA aparecem 1.514 (um mil e quinhentos e quatorze) processos, havendo, portanto, uma diferença de 314 (trezentos e quatorze) de feitos.

Relativo a produtividade do juízo, conforme levantamento procedido pela Corregedoria, por meio de números e gráficos, observa-se que a partir de agosto de 2009, a quantidade de saídas de processos, tem superado a quantidade de entradas, demonstrando que o juízo tem conseguido oferecer uma prestação jurisdicional positiva, diminuindo-se de forma considerável o seu acervo de processos.

Outro aspecto positivo vislumbrado é referente a taxa de congestionamento, procedendo-se uma avaliação dos últimos dois anos verifica-se que o Juízo, a partir de março de 2011, vem conseguindo manter-se dentro do patamar médio verificado, apresentando, inclusive picos positivos de declínio da referida taxa.

Quanto aos processos de Meta 2, não há na referida unidade processos pendentes, tendo sido todos cumprido. Não há, também, processo paralisado há mais de 100 (cem) dias no gabinete. No entanto, em Secretaria constam 20 (vinte) processos paralisados, sendo que destes 14 (quatorze) já foram julgados.

Não há pendência de lançamento de produtividade no Sistema "Justiça Aberta", do Conselho Nacional de Justiça.

As recomendações desta Corregedoria para a referida Unidade Judiciária, refere-se:

1) Observância do Manual de Procedimentos para Arrecadação de Custas Judiciais, referente as custas não pagas (item 5.5, letra K), constante no link da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, dentro do Manual de Padronização de Rotinas, da necessidade de notificação prévia para o seu pagamento, para só então, remeter para a inscrição em Dívida Ativa, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei Estadual nº 5.738/93, atentando-se para o prazo constante no seu § 3º.

2) Analisar a disparidade do número de acervo físico e o constante no LIBRA.

3) Analisar a relação encaminhada à Corregedoria pelo Chefe do Banco de Dados e identificar as inconsistências existentes.

Belém, de de 2012.

Desa. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS.
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

3ª VARA CRIMINAL				
01 – Competência da Unidade Judiciária: (X) Juízo Singular (X) Tribunal do Júri () Execução Penal () Outra:				
02 – Nome do Juiz de Direito atual e Portaria: Dr. LIBIO ARAUJO MOURA				
03 – Natureza da designação: (X) Titular () Substituto () Respondendo cumulativamente			04 – Data da entrada em exercício: 05 de ABRIL de 2010	
05 - Período de ausência do Juiz (férias, licença ou afastamentos autorizados): MAIO/JUNHO/2010 - férias, SETEMBRO/2010 - férias, JANEIRO/2011 e DEZEMBRO/2011 - férias				
06 – Há magistrado auxiliar designado para a Unidade Judiciária: () Sim (X) Não Em caso positivo, colocar o nome e a Portaria:				
07 – Sequência dos magistrados designados nos últimos 24 meses				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	LIBIO ARAUJO MOURA	-	05/04/2010	30/04/2010
2	ELINE SALGADO VIEIRA	875	03/05/2010	10/05/2010
3	ROGÉRIO TIBURCIO DE MORAES	1002	11/05/2010	30/06/2010
4	RAMIRO ALMEIDA GOMES	1528	01/07/2010	01/07/2010
5	RAMIRO ALMEIDA GOMES	1806	02/08/2010	01/05/2011
6	EVERALDO PANTOJA E SILVA	1186	11/05/2011	12/05/2011
7	RAMIRO ALMEIDA GOMES	1351	31/05/2011	03/06/2011

8	RAMIRO ALMEIDA GOMES	1351	04/06/2011	20/07/2011
9	RAMIRO ALMEIDA GOMES	1890	21/07/2011	26/07/2011
10	RAMIRO ALMEIDA GOMES	1351	27/07/2011	31/10/2011
11	ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI	3372	05/12/2011	03/01/2012
12	LIBIO ARAUJO MOURA	-	04/01/2012	Até a presente data
08 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Não há conclusões/recomendações a serem feitas.				
09 – Nome do Promotor de Justiça atual: - JOÃO BATISTA DE ARÚJO CAVALEIRO DE MACEDO JÚNIOR – Substituto, entrou em exercício em 01/12/2011 - RENATA VALÉRIA PINTO CARDOSO LISBOA – Substituta, entrou em exercício em 01/12/2011 - BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES – Substituta, entrou em exercício em 01/12/2011 - LÍGIA VALENTE DO COUTO DE ANDRADE FERREIRA – Substituta, entrou em exercício em 01/12/2011				
10 – Natureza da designação: () Titular (X) Substituto () Respondendo cumulativamente		11 – Data da entrada em exercício VIDE ITEM 09		
12 – Sequência dos Promotores de Justiça designados nos últimos 24 meses:				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	LUCIANO AUGUSTO ARAÚJO DA COSTA	Não fornecida	Outubro/2011	Outubro/2011
2	JANUÁRIO CONSTÂNCIO DIAS NETO	3993/2010	30/09/2010	31/12/2012
3	JANUÁRIO CONSTÂNCIO DIAS NETO	4427/2010	25/10/2010	Não informado
4	JANUÁRIO CONSTÂNCIO DIAS NETO	3176/2011	01/08/2010	31/12/2010
5	MANOEL ADILTON PERES DE OLIVEIRA	5421/2010	03/11/2010	31/12/2010
6	MANOEL ADILTON PERES DE OLIVEIRA	4421/2010	25/10/2010	31/12/2010
7	DANILO POMPEU COLARES	5191/2010	01/01/2011	31/03/2011
8	DANILO POMPEU COLARES	2899/2011	21/06/2011	28/08/2011
9	DANILO POMPEU COLARES	2893/2011	01/04/2011	20/06/2011
10	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JÚNIOR	5191/2010	01/11/2011	31/03/2011
11	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JÚNIOR	2894/2011	01/04/2011	09/05/2011
12	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JÚNIOR	3097/2010	01/08/2010	31/12/2010
13	PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JÚNIOR	3176/2010	01/08/2010	31/12/2010
14	MÔNICA CRISTINA GONÇALVES MELO DA ROCHA	466/2010	10/02/2010	11/03/2010
15	ANDREA MOURA SANTOS SAMPAIO	Não informada	01/12/2011	31/12/2011
13 - Considerações do Juízo: Há evidente carência do quadro de promotores na Comarca, a qual, desde a chegada do subscritor, não conta com Promotor de Justiça titular, sendo que os que respondem pela sede sempre estão em cumulação com Promotorias da área cível e com comarcas contíguas.				
14 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Considerando que embora haja na Comarca um número razoável de promotores, estes acumulam suas funções com outras Varas, bem como com outras Comarcas, o que de certa forma prejudica a prestação jurisdicional da Unidade Judiciária. Portanto, faz-se necessário encaminhar ofício ao Ministério Público do Estado do Pará, comunicando a necessidade de se lotar um promotor fixo na 3ª Vara Criminal de Parauapebas.				
15 – Nome do Defensor Público atual: Como não há um único Defensor Público designado para responder pela Vara, atuam na Unidade Judiciária os Advogados Públicos abaixo relacionados.				
16 – Natureza da designação: (X) Titular () Substituto () Respondendo cumulativamente		17 – Data da entrada em exercício Informação abaixo		
152 – Sequência dos Defensores Públicos designados nos últimos 24 meses:				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	KELLY APARECIDA SOARES	194/10	19/04/2010	-
2	ALEXANDRE EVANGELISTA BOTELHO	441/10	03/08/2010	-
3	CAMILA FACIOLA PESSOA LOBO	445/10	03/08/2010	-
4	DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	100/2012	23/01/2012	-
5	RAFAEL OLIVA CARAVELLOS BARRA	100/2012	23/01/2012	-
Obs <i>Todos os Defensores acima citados ainda se encontram no exercício de suas funções nesta Comarca, sendo os mesmos</i>				

dos últimos 24 meses .																			
18 - Considerações do Juízo: Diferentemente do que ocorre com o Ministério Público, o quadro de Defensores Públicos melhorou substancialmente no período em que o subscritor passou a trabalhar na Comarca, com a chegada de três novos defensores, Drs. Alexandre Botelho, Camila Faciola e Kelly Aparecida, sendo que a última exerce suas funções exclusivamente na vara penal.																			
19 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Considerando que o Juízo está amparado por um número satisfatório de Defensores Públicos, recomenda-se ao Magistrado que continue desempenhando suas funções judicantes de acordo com as normas estabelecidas na LOMAN.																			
DOS SERVIDORES																			
20 – Servidores efetivos do TJ-PA:																			
	Nome	Portaria	Função	Escolaridade															
1	LUÍS COELHO DA SILVA	788/1999 – GP	Diretor de Secretaria	Formando em Bacharel em Direito															
2	HALLMAN CIRILO DE ARAÚJO	1031/2012 - GP	Auxiliar de Secretaria	Bacharel em Direito															
3	TALITA VALÉRIA TRINDADE DE SOUZA	0431/2012 - GP	Auxiliar de Secretaria	Bacharela em Direito															
21 – Servidores cedidos por outros órgãos:																			
	Nome	Portaria	Função	Escolaridade															
1	ADÃO PEREIRA DA SILVA		Técnico Administrador	Ensino Médio															
2	GABRIEL MAGALHÃES CASTRO		Técnico Administrativo	Ensino Médio															
3	GISLENE FRANCISCA SANTOS	190/98 - PMP	Professora/Aux. de Sec.	Superior Completo															
4	JEANNY CRISTINA FIGUEIRA SILVA		Professora/Aux. de Sec.	Superior Completo															
5	JOÃO RIBEIRO DA CUNHA NETO	20/2010-PMP	TÉC. ADM.	Superior Completo															
6	JOANETH CAETANO DE SOUSA		Auxiliar Administrativo	Ensino Médio															
7	KACIANE GOMES BARBOSA	179/2010	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio															
8	SÂMARA ARAÚJO SOARES	Contrato temporário	Auxiliar Administrativo	Ensino médio															
22 - Considerações do Juízo: Como se verifica de maneira geral no quadro de servidores do Tribunal de Justiça do Estado, há carência de pessoal qualificado na secretaria. Para se ter noção, o único bacharel em Direito da Vara é o magistrado, sendo que os servidores Talita e Hallman chegaram há aproximadamente dois meses. De igual forma, há carência de aparelhos de computador e impressora. O subscritor utilizar duas impressoras próprias para evitar dividir o parco material. Ainda que os servidores careçam de qualificação, exercem as atividades a contento com as deficiências que possuem, sendo há divisão interna sobre termos circunstanciados de ocorrência, cartas precatórias, inquéritos policiais (diligências e arquivamento) e recebimentos de ações penais.																			
23 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Considerando que a Vara é carente de funcionários com qualificação técnica, faz-se necessário encaminhar ofício à Secretaria de Gestão de Pessoas para que de acordo com a conveniência e oportunidade, possa lotar pelo menos um Analista Judiciário e um Técnico Judiciário na Vara.																			
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="4" style="text-align: center;">Números nos últimos 24 meses</td> </tr> <tr> <td style="width: 30%;">Audiências realizadas</td> <td style="width: 10%; text-align: center;">1280</td> <td style="width: 30%;">Sentenças sem mérito</td> <td style="width: 10%; text-align: center;">671</td> </tr> <tr> <td>Conciliações realizadas</td> <td style="text-align: center;">315</td> <td>Sentenças de mérito</td> <td style="text-align: center;">804</td> </tr> <tr> <td>Decisões interlocutórias</td> <td style="text-align: center;">1090</td> <td>Autos arquivados</td> <td style="text-align: center;">4126</td> </tr> </table>				Números nos últimos 24 meses				Audiências realizadas	1280	Sentenças sem mérito	671	Conciliações realizadas	315	Sentenças de mérito	804	Decisões interlocutórias	1090	Autos arquivados	4126
Números nos últimos 24 meses																			
Audiências realizadas	1280	Sentenças sem mérito	671																
Conciliações realizadas	315	Sentenças de mérito	804																
Decisões interlocutórias	1090	Autos arquivados	4126																
DO ACERVO PROCESSUAL																			
24 – População carcerária:																			
		Masculino	Feminino																
Preso Provisório		159	09																
Apenado		34	04																
Total		193	13																
Preso vinculado à Unidade Judiciária correicionada (provisório e apenado)		193	13																
Preso vinculado a outra Unid. Judiciária (provisório ou apenado)		01	0																
25 – Número de processos em tramitação no Sistema (LIBRA, SAPXXI ou outro): 4.015	26 – Contagem Física: 3.070																		
27 – Os autos dos processos são cadastrados no sistema: (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não () Observação:	28 – Os atos judiciais são cadastrados no sistema: (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não () Observação:																		
29 – Discriminação do Acervo:																			
	Natureza	Quantidade	Total																
	Ação Penal (c/ Réu Preso)	-	204																
	Ação Penal (c/ Réu Solto)	-	1.102																
	Ação Penal (Meta 2 – 2009)	-	414																

Ação Penal (Meta 2 – 2010)	-	158
Ação Penal (Júri)	-	231
Inquérito Policial (c/ Réu Preso)	-	07
Inquérito Policial (c/ Réu Solto)	-	696
Termo Circunstanciado de Ocorrência	-	174
Outros procedimentos	-	84

30 – Verificar se a Unidade Judiciária tem cumprido o Plano de Gestão para o funcionamento das Varas Criminais editado pelo Conselho Nacional de Justiça:

Considerando que o Diretor de secretaria assumiu a função a mais ou menos 06 meses, o mesmo desconhece o referido plano de gestão.

31 – Verificar o cumprimento da Meta 1 - CNJ :

ANO	AÇÕES PENAIS	SENTENÇAS C/ MÉRITO	SENTENÇAS S/ MÉRITO
2010	146	54	173
2011	289	71	271
2012	29	53	40

32 – Verificar o cumprimento das Metas 3 e 4 – 2011 – CNJ (identificar e julgar em 2011 as ações penais relativas a delitos do Júri distribuídas até 31 de dezembro de 2007 e ultrapassar a fase da pronúncia nos feitos do júri distribuídos até 31 de dezembro de 2008):

Conforme informações do Diretor de Secretaria, embora a unidade judiciária tenha desempenhado esforços para o cumprimento das referidas metas, não estar sendo possível cumpri-las.

33 – Verificar as pendências na apreciação das comunicações de prisão em flagrante:

Não há

34 – Verificar as pendência em relação a pedidos de decretação ou revogação de medidas cautelares:

Não há

35 – Verificar as pendências em relação a pedido de benefício em favor de réu preso:

Não há

36 – Verificar se o Juízo identifica os feitos através de etiquetas indicativas ou por outro meio:

Sim

**VERMELHA – Réus Presos
VERDE - Processos Suspensos**

37 – Caso não haja competência para a Execução Penal, verificar qual o Estabelecimento Penitenciário vinculado à Unidade Judiciária:

A Vara de Execuções Penais que executa as sentenças prolatadas por este Juízo é a 7ª Vara de Marabá, sendo os presos, após condenados, encaminhados ao CRAMA – Centro de Recuperação Agrícola “Mariano Antunes” de Marabá.

38 – Verificar se há processo de execução de pena restritiva de liberdade no regime aberto, combinado com o benefício do regime domiciliar (Caso haja, verificar a regularidade da tramitação do feito):

Sim, estando todas com a tramitação regular.

39 - Conclusões extraídas da análise dos processos mais antigos existentes na Unidade (Análise, por amostragem, dos processos mais antigos paralisados, ações criminais com réu preso, etc., com exclusão dos processos suspensos regularmente):

	NÚMERO	TRAMITAÇÃO
1	040.1989.2.000003-4	Despachado em 08/04/2011 – sentença de pronuncia, réu foragido: pesquisar na web, dados pessoais; pesquisar junto ao sítio da Justiça Eleitoral; publicar a sentença de pronuncia; juntar certidão de antecedentes; oficiar ao distribuidores criminais dos Estados de Tocantins, Goiás e Maranhão por via eletrônica para envio de certidão de antecedentes criminais. Em secretaria aguardando resposta de Ofício. Obs: Não há nos autos a publicação da sentença de pronuncia. O Sr. Diretor certifica se a sentença de pronuncia foi publicada.
2	040.1989.2.000002-6	Despachado em 18/04/2011- sentença de pronuncia, réu foragido: pesquisar na web, dados pessoais; pesquisar junto ao sítio da Justiça Eleitoral; publicar a sentença de pronuncia; juntar certidão de antecedentes; oficiar ao distribuidores criminais dos Estados do Ceará e Maranhão por via eletrônica para envio de certidão de antecedentes criminais. Em secretaria aguardando resposta de Ofício. Obs: Não há nos autos a publicação da sentença de pronuncia. O Sr. Diretor certifica se a sentença de pronuncia foi publicada.
3	040.1990.2.000007-3	Despachado em 27/02/1997- sentença de pronuncia – réu Foragido; pesquisar na web para obter nome dos pais e irmãos dos acusados, auxiliando-se da carteira de Associação Religiosa do irmão do réu; pesquisar junto ao sítio da Justiça Eleitoral, publicar Pronuncia; juntar certidão de antecedentes. Oficiar aos distribuidores dos estados de Goiás, Maranhão e Mato Grosso. Renumerar, carimbar e rubricar as fls. Subsequentes dos

		autos. Em secretaria aguardando resposta de ofício.
4	040.1991.2.000006-4	Despachado Adequando-se aos nove termos do artigo 422 do CPP. Intimar o MP e a defesa para arrolarem testemunhas para depor em plenário.. Juiz renova o despacho para que seja novamente intimado os advogados, com advertência que em caso de inércia será observado o art. 265 do CPP em 27/03/2012 Em secretaria. Obs: ao Diretor de secretária para cumprir o despacho em sua integralidade.
5	040.1991.2.000002-2	Despacho em 18/04/2011 - Na possibilidade de incorrer o nome do réu grafado com "Souza" e não "Sousa", constatada a ocorrência, retificar a autuação, na capa e no sistema de dados com nova juntada de certidões de antecedentes criminais. Oficiar ao Comando de Marabá/Pa, enviando cópia dos doc. Pessoais do acusado, visando identifica-lo mais concretamente. Pesquisar na web (autos de nº 040.1991.2.000009-8), para eventual paradeiro. Pesquisar no sítio da Justiça Eleitoral. Juntar certidão de antecedentes do réu, bem como, oficiar as distribuidores criminais da Capital, do Estado do Maranhão e Tocantins, solicitando a certidão. Verificando-se se haver apuração simultânea do mesmo fato em dois autos, dê-se baixa aos autos 040.1991.2.000009-8, mantendo-se o seu volume apenso a estes autos, lançando-se esta informação na capa dos autos.. Em secretaria. Obs: Sem cumprimento. Cumpra-se a determinação judicial.
6	040.1992.2.000015-4	Processo julgado em 25/06/2001. Réu em cumprimento de pena definitiva. Em secretaria com certidão, certificando que os presentes autos foram com carga/conclusos ao Magistrado designado pela Presidência do TJE, para atuarem no mutirão das metas 2/3, porém sido devolvido sem qualquer despacho.
7	040.1993.2.000028-6	Despachado em 08/12/2009 – Intimar o réu por edital da sentença de pronuncia, e encaminhar à depol o mandado de prisão. Em secretaria aguardando prazo de edital – Intimação do réu sobre a Pronúncia. Obs: Ao Sr. Diretor de secretaria encaminhar ao DEPOL o mandado de prisão de fls. 71 dos autos.
8	040.1993.2.000004-6	Despacho datado de 28/03/2012 – Intimar o MP para informar o endereço das testemunhas de acusação não ouvidas. Em secretaria. Obs: Fazer Conclusão.
9	040.1994.2.000025-1	Despachado em 19/09/11 - Para que o MP e Defensoria pública para apresentarem no prazo de 05 dias o rol de testemunhas que pretendem deponham em plenário. Após conclusos. Em secretaria. Fazer conclusão para designação de julgamento pelo Júri Popular.
10	040.1994.2.000039-2	Despachado em 17/04/2005 - Declarando extinta a punibilidade de JOSÉ EUSTÁQUIO PEREIRA BONFIM. Após, considerando que o processo segue para os demais acusados, dê-se vista a defesa para a fase de últimas diligências. Em secretaria. Obs: Fazer conclusão.
11	040.1995.2.000020-0	Despachado em 28/09/2011 - O MP desistiu da oitava das testemunhas recalcitrantes; Tendo em conta o grande lapso temporal, intime-se os advogados do acusado para que ratifique o rol de testemunhas apresentadas, caso de entenderem pelo cabimento de sua oitava, informem a este juízo o endereço atualizado das mesmas no prazo de 30 dias. Vindo o rol referido, conclua-se para designação de audiência, caso contrário, vistas às partes, pelo prazo consecutivo de 05 dias a começar pelo MP, para apresentação dos memoriais finais. Intime-se o acusado primeiramente no endereço fornecido e após, se for o caso, via edital, com o prazo de 15 dias, para constituir advogado, no prazo com atuação nesta Comarca, findos os quais ser-lhe-á nomeado um dos membros da DPE. Em secretaria. OBS: cumpra-se.
12	040.1995.2.000032-5	Despachado em 08/12/2009- Cite-se para apresentar defesa prévia em 10 dias. Em secretaria aguardando prazo de Edital. Obs: Após o prazo retornar concluso.
13	040.1996.2.000016-8	Despachado em 08/01/2010 – Citar o acusado por edital sem defesa, nomeio defensor público para apresentar defesa no prazo legal. Informar as partes se desejam produzir provas antecipadas. Nos termos do art. 366 do CPP, suspendo o andamento do processo e prazo prescricional. Em secretaria. OBS: O Sr. Diretor de Secretaria cumprir o despacho urgente.
14	040.1997.2.000049-8	Despachado em 25/07/96 — Autos vindos de outra Comarca para fiscalização de pena imposta. Em secretaria. OBS: Verificar se a pena já foi cumprida, caso positivo, extingui-la, dar baixa nos autos, comunicando ao juízo deprecante.
ANALISE DOS PROCESSO DA META 2/2009		
	NÚMERO	TRAMITAÇÃO
1	0001980-29.2006.814.0040	Sentenciado de prescrição da pretensão em 27/03/2012
2	0001450-39.2005.814.0040	Termo de audiência datado de 29/08/2007 – Deliberação em audiência – Diante do teor da certidão de fls. 82 (test. de acusação), dê-se vista ao MP

		para que no prazo de 03 dias, se manifeste sobre a referida certidão. Parado em secretaria desde 12/02/2008 com a manifestação do MP. Obs: Ao Sr. Diretor de secretaria fazer conclusão ao juízo.
3	0000369-12.2005.814.0040	Termo de audiência datado de 11/05/2005 – Foi deferido a suspensão condicional do processo pelo prazo de 02 anos. Parado em secretaria desde 11/05/2005. Obs: Ao Sr. Diretor de secretaria fazer conclusão ao juízo.
4	0002155-27.2006.814.0040	Despachado em 01/10/2008 – citar s réus pessoalmente por mandado, para no prazo de 10 dias responder por escrito à acusação. Deverá o Oficial de Justiça indagar os réus se já possuem advogados, acaso afirmativa a resposta deverá proceder à coleta do nome, endereço e telefone do causídico. A advertência aos réus de que, não apresentada a defesa no prazo legal, ser-lhes-à nomeado defensor público. Parado em secretaria com a defesa previa desde 21/05/2009. Obs: Fazer conclusão.
5	0001242-12.2005.814.0040	Despachado em 05/10/2010 – Intimar a defesa e o assistente de acusação para apresentar as alegações finais por meio do Diário de Justiça Eletrônico. Em secretaria desde 05/10/2010. Obs: Ao Diretor de secretaria cumprir despacho do juízo.
6	0002044-97.2006.814.0040	Despachado em 13/08/07 – Ao MP –Em secretaria com certidão informando que os presentes autos foram com carga/conclusos aos Magistrados designados pela presidência do Egrégio TJE, para atuarem no mutirão das metas 2/3-processo do tribunal do júri, porém, sido devolvido sem qualquer despacho em 03/03/2012. Ao Diretor de secretaria fazer conclusão.
7	0002060-17.2006.814.0040	Despachado em 07/12/2009 – considerando que o réu não foi localizado, suspendo o andamento do processo e do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP. Intimar as partes para que informem se pretendem produzir provas antecipadas, consideradas urgentes. Parado em secretaria desde 07/12/2009. Obs: ao Sr. Diretor de Secretaria cumprir o despacho do juízo.
8	0001969-63.2005.814.0040	Despachado em 07/04/2011 – manter em secretaria aguardando a resposta à solicitação referencial no item 2 (Ofício ao Cartório Eleitoral) acerca do endereço do acusado. Verificar a Secretaria acerca da existência, nos autos do Laudo de exame da arma apreendida requisitando-o, se for o caso. Após conclusos. Em secretaria. Ao Sr. Diretor de secretaria cumprir o despacho do juízo e fazer conclusão.
9	0001875-48.2005.814.0040	Ato ordinatório datado de 14/02/2012 – Para que no prazo de 05 dias a contar da publicação as partes apresente suas alegações finais. Em secretaria. Obs: Fazer conclusão.
10	0001015-80.2005.814.0040	Processo com sentença de pronúncia em 15/04/2008- Pronunciados JOÃO PAULO ALVES DE SOUSA FILHO, JOSIMAR GOMES ALVES, JOB CARDOSO DO MONT. Processo suspenso em relação a JOSÉ NIDERVAL DO NASCIMENTO, fls. 390, Recurso em Sentido Estrito em favor do acusado JOÃO PAULO ALVES DE SOUSA FILHO, contendo razões e contra razões. Juízo de retratação, manteve a decisão. As fls. 586 determinou a remessa dos autos apertado a Instancia Superior. Todos os pronunciados já foram intimados. Obs: cumprir o despacho de fls.586, encaminhado o Recurso em Sentido Estrito ao Egrégio Tribunal de Justiça. Ao Juízo para organizar e sanear o processo para cumprimento e melhor manuseio, considerando que dois dos pronunciados se encontram em liberdade e não recorreram estado estes autos inseridos nas metas 3 e 4 do CNJ.
ANALISE DOS PROCESSO DA META 2/2010		
	NÚMERO	TRAMITAÇÃO
1	0004361-55.2006.814.0040	Despachado em 05/10/2010 – citar o acusado para apresentar defesa preliminar. Dê-se vista ao MP. Juntar certidão de antecedente e de primariedade do acusado. Após, conclusos para apreciação. Em secretaria aguardando certidão de primariedade.
2	0003004-50.2006.814.0040	Termo de audiência de qualificação e interrogatório datada de 12/07/2006. Parado em secretaria desde 26/07/2006. Fazer conclusão
3	0004216-04.2006.814.0040	Despachado em 05/10/2010- Citar o acusado para apresentar defesa preliminar.. após Dê-se vista ao MP. Após conclusos. Em secretaria. Obs: Fazer conclusão.
4	0003003-55.2006.814.0040	Termo de audiência de qualificação e interrogatório datado de 02/08/2006 Deliberação em audiência: deferimento ao pedido de liberdade. Parado em secretaria desde 26/06/2006. Obs: Ao Diretor de secretaria fazer conclusão.
5	0001713-06.2006.814.00400	Despachado em 27/03/2012 - Dê-se vista ao MP para que informe o endereço atualizado das testemunhas em que insiste na oitiva. Em secretaria. Obs: Ao Diretor de secretaria cumprir o despacho.
6	0003633-09.2006.814.0040	Despachado em 29/08/2008 - Aguarde em secretaria o prazo de suspensão dos autos. Em secretaria.

7	000010-82.2006.814.0040	Despachado em 16/08/2010 - Intimar o defensor para manifestar-se quanto as testemunhas de defesa
8	0000858-13.2006.814.0040	Termo de Suspensão Condicional do Processo datado de 25/04/2006 Deliberação em audiência: considerando a manifestação expressa do denunciado e de sua advogada, ratifico o recebimento da denuncia e suspendo o processo por dois anos. Em secretaria. Ao Diretor de secretaria fazer conclusão.
9	0004828-48.2006.814.0040	Despachado em 16/03/2011 – Citar o acusado para apresentar resposta escrita no prazo de 10 dias. Fazer constar de forma sucinta, que se o acusado não possui condições de constituir advogado, poderá ser representado por um dos defensores Públicos. Juntar certidão de antecedentes. Após conclusos. Em secretaria. Obs: Fazer conclusão.
10	0000007-21.2007.814.0040	Despachado em 05/08/2008 – A apelação ajuizada é tempestiva. Intimar a defesa para, querendo, apresentar contra razões ao recurso, no prazo de 08 dias. Retornar os autos conclusos após o decurso do prazo. Após encaminhe-se com urgência os autos ao Egrégio Tribunal. Intimar o MP. Obs: Ao Diretor de Secretaria fazer conclusão ao juízo e após encaminhar os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.
ANALISE DOS PROCESSO DE RÉUS PRESOS		
NÚMERO		TRAMITAÇÃO
1	0001346-79.2012.814.0040	Despachado em 14/05/2012 – Notificar os denunciados para defesa preliminar. Em secretaria. OBS: para cumprimento.
2	0004177-37.2011.814.0040	Despachado em 11/04/2012 – Deliberação em audiência: Junte-se o Laudo definitivo. Após às partes para as alegações finais. Finalmente concluso para sentença. Em Secretaria aguardando o laudo.
3	0001094-05.2011.814.0040	Despachado em 30/06/2011- Deliberação em audiência: Fixo o prazo de 20 dias para cumprimento das diligências ministeriais. Oficiar com urgência. Faculto as partes o prazo de 05 dias para alegações finais. Após conclusos. Em secretaria aguardando resposta do ofício. Obs: Cumprir o que foi deliberado em audiência.
4	0001620-70.2010.814.0040	Despachado em 15/03/2010 – Manteve o flagrante. Em secretaria aguardando o inquérito. OBS: Ao Sr. Diretor de secretaria para certificar se o inquérito já foi encaminhado à juízo, caso em que deverá fazer conclusos ao magistrado.
5	0002228-41.2012.814.0040	Despachado em 04/05/2012 – Flagrante relaxado e imediatamente decretada a prisão preventiva. Em secretaria aguardando o inquérito.
6	0001208-15.2012.814.0040	Despachado em 14/05/2012 – Notificar o denunciado para no prazo de 10 dias, apresentar resposta escrita à denúncia. Na diligência, certifique-se o Sr. Oficial de Justiça se o agente tem defensor constituído ou condições de constituir um, caso contrário encaminhe-se os autos à Defensoria Pública. Em secretaria para cumprimento das diligências.
7	0001930-93.2011.814.0040	Termo de audiência datado de 03/04/2012 – Deliberação em audiência- Fixo o prazo de 30 dias para retorno da Carta Precatória. Solicite-se o laudo pericial de lesão corporal da vítima ALLAIN LUIS MONTEIRO a autoridade policial. Junte-se copia do termo de fls. 209/220 dos autos. Após, faculto o prazo de 05 dias para alegações finais. Em secretaria aguardando o laudo
8	0001023-27.2009.814.0040	Despachado em 31/03/2009 – Manteve o flagrante. Em secretaria aguardando o inquérito. OBS: Ao Sr. Diretor de secretaria para certificar se o inquérito já foi encaminhado à juízo, caso em que deverá fazer conclusos ao magistrado.
9	0002151-55.2011.814.0040	Termo de audiência datado de 31/01/2012 – Deliberação em audiência: Juntar o Laudo Pericial definitivo. Após faculto o prazo de 05 dias para alegações finais. Após concluso para sentença. Indeferiu a Liberdade provisória. Em secretaria aguardando o laudo definitivo.
10	0000025-09.2012.814.0040	Termo de audiência datado de 04/04/2012 – Deliberação em audiência: Juntar o laudo definitivo da droga apreendida, no prazo de 30 dias. Após faculto as partes o prazo de 05 dias para alegações finais. Após concluso para sentença. Em secretaria aguardando o laudo definitivo.
ANALISE DO PROCESSO DE MEDIDA DE SEGURANÇA		
NUMERO		TRAMITAÇÃO
1	0003101-58.2011.814.0040	Despachado em 20/06/2010 – Instaurou o incidente, suspendendo o feito até solução o incidente. Formulou quesitos e intimou o MP e Defensoria para formular outros quesito. Determinou que fosse oficiado ao CPC Renato Chaves para a realização da pericia, Determinou a transferência do agente ao Hospital de Custódia. Foi encaminhado Carta precatória a Comarca de Belém com a finalidade de instauração de incidente. Juízo da Comarca de Belém, solicitou cópia dos autos. Ofício do Juiz requerendo a Carta

		Precatória. Carta deprecada indevidamente. Despacho de fls. 24 não determinará expedição de Carta precatória. Obs: Ao juízo para diligenciar junto ao juízo privativo de carta precatória, se foi cumprida a referida carta. Ao juízo para tomar as providências cabíveis.	
40 – Alimentação dos Sistemas Informatizados de Informações relacionados no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html .			
		SIM	NÃO
Sistema de Informações da Corregedoria		X	
Sistema Nacional de Controle de Interceptações			X
Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais			X
INFOSEG			X
41 – Os processos de réus presos estão com tramitação regular? Dos processos analisados por amostragem, todos estavam com tramitação regular.			
42 – Inquéritos Policiais:			
Relacionar os pendentes de encaminhamento ao Ministério Público:			
N. Inquérito	Data da Remessa	N. Inquérito	Data da Remessa
Não há	Prejudicado	Não há	Prejudicado
Relacionar, com data, os remetidos à Delegacia de Polícia Civil para cumprimento de diligências:			
N. Inquérito	Data da Remessa	N. Inquérito	Data da Remessa
20012000077-0	29/04/2008	20112001080-0	01/12/2011
20062000701-0	12/09/2008	20112001119-7	01/12/2011
20082001305-7	16/12/2008	20112001183-2	01/12/2011
20082001271-0	16/12/2008	20082000506-2	01/12/2011
20082000417-1	21/07/2009	20092000573-0	01/12/2011
20072000739-0	21/07/2009	20082001849-5	11/01/2012
20082000231-5	21/07/2009	20082001659-8	11/01/2012
20062000774-7	21/07/2009	20092000632-4	11/01/2012
20042000224-4	21/07/2009	20092000500-3	11/01/2012
20042000103-0	21/07/2009	20082000295-1	11/01/2012
20082001062-3	21/07/2009	20092000577-2	11/01/2012
20082001574-8	21/01/2010	20082001266-1	11/01/2012
20092001821-2	10/02/2010	20082001472-4	11/01/2012
20092000257-0	02/03/2010	0004868-51.2011.814.0040	11/01/2012
20102000345-0	13/06/2011	20092000226-5	11/01/2012
20062000437-1	13/06/2011	20052000985-1	11/01/2012
20102001237-8	27/06/2011	20092001145-6	11/01/2012
20072000212-6	14/10/2011	20092001437-7	11/01/2012
20082001672-0	14/10/2011	20092001528-4	11/01/2012
20062000225-0	14/10/2011	20092000268-7	11/01/2012
20062000755-7	14/10/2011	20092000269-5	11/01/2012
20062000700-2	14/10/2011	20092001332-9	11/01/2012
20062000252-3	14/10/2011	20092001239-7	11/01/2012
20042000231-9	14/10/2011	20092001185-2	11/01/2012
20072000484-1	14/10/2011	20092001240-4	11/01/2012
20052000055-2	14/10/2011	20102001417-6	11/01/2012
20072000189-7	14/10/2011	20112000181-7	11/01/2012
20082000103-6	14/10/2011	20112000167-7	11/01/2012
20092000333-8	14/10/2011	20092000995-6	13/01/2012
20082001671-2	14/10/2011	20062000614-5	13/01/2012
20052000035-4	14/10/2011	20062000244-0	13/01/2012
20052000448-9	14/10/2011	20092001667-0	13/01/2012
20082001250-4	14/10/2011	20112001184-0	13/01/2012

20112000515-8	14/10/2011	20112000654-4	13/01/2012
20102000118-1	14/10/2011	0004830-39.2011.814.0040	13/01/2012
20082000165-6	14/10/2011	20112000838-4	13/01/2012
20042000339-1	14/10/2011	20092000256-2	13/01/2012
20112000511-6	14/10/2011	20092000717-4	13/01/2012
20112000518-2	14/10/2011	0004272-87.2011.814.0040	13/01/2012
20072000967-7	14/10/2011	20112000842-5	13/01/2012
20102000435-9	14/10/2011	0004278-74.2011.814.0040	13/01/2012
20082000166-4	14/10/2011	0004642-46.2011.814.0040	13/01/2012
20082000669-8	14/10/2011	20112001327-6	13/01/2012
20082000062-4	14/10/2011	0004116-79.2011.814.0040	13/01/2012
20072000722-5	14/10/2011	0004268-30.2011.814.0040	13/01/2012
20082000972-5	14/10/2011	20092000893-2	13/01/2012
20072000848-9	14/10/2011	20102000510-9	13/01/2012
20092000019-4	14/10/2011	20102000352-5	13/01/2012
20082000139-1	14/10/2011	20112000178-4	13/01/2012
19992000071-9	14/10/2011	20112001140-2	25/01/2012
20072000959-4	14/10/2011	0004874-58.2011.814.0040	25/01/2012
20112000717-0	14/10/2011	20112001078-5	25/01/2012
20102001493-6	14/10/2011	20082001278-6	25/01/2012
20102000772-5	14/10/2011	0004903-11.2011.814.0040	25/01/2012
20092000494-8	14/10/2011	0004976-80.2011.0040	25/01/2012
20092000137-4	14/10/2011	20112000913-4	25/01/2012
20102001119-8	14/10/2011	0004472-74.2011.814.0040	25/01/2012
20082001858-6	14/10/2011	20082000143-2	25/01/2012
20052000525-5	14/10/2011	20102000378-1	25/01/2012
20042000550-3	14/10/2011	20052000382-9	25/01/2012
20082001490-6	14/10/2011	20072000990-8	25/01/2012
20072000609-5	14/10/2011	20072000643-3	25/01/2012
20022000084-4	14/10/2011	0005350-96.2011.814.0040	25/01/2012
19992000081-8	14/10/2011	20112001083-4	25/01/2012
20072000772-0	14/10/2011	20082000092-1	25/01/2012
20092000651-4	14/10/2011	20062000241-6	25/01/2012
20112000655-2	14/10/2011	20112000953-0	02/02/2012
20102001465-5	14/10/2011	20082001653-0	02/02/2012
20102000490-3	14/10/2011	0000056-29.2012.814.0040	02/02/2012
20092000133-2	14/10/2011	0000244-22.2012.814.0040	02/02/2012
20082001345-3	14/10/2011	0000246-89.2012.814.0040	02/02/2012
20102001010-8	14/10/2011	0005954-57.2011.814.0040	28/02/2012
20082001568-1	14/10/2011	0005590-85.2011.814.0040	02/03/2012
20082000587-2	14/10/2011	0005949-35.2011.814.0040	02/03/2012
20082000533-5	14/10/2011	20092000793-4	02/03/2012
20072000764-7	14/10/2011	20112001273-1	02/03/2012
20082000597-1	14/10/2011	20082001279-4	02/03/2012
20102001418-4	14/10/2011	0006018-67.2011.814.0040	02/03/2012
20072000924-7	14/10/2011	0005952-7.2011.814.0040	02/03/2012

2007200963-5	14/10/2011	0005974-48.2011.814.0040	02/03/2012
20072000770-4	14/10/2011	20112000201-3	02/03/2012
20092001763-6	14/10/2011	0005939-88.2011.814.0040	02/03/2012
20082000592-1	14/10/2011	20062000219-3	02/03/2012
20082001114-2	14/10/2011	0005970-11.2011.814.0040	02/03/2012
20082000993-1	14/10/2011	0005390-78.2011.814.0040	02/03/2012
20092000447-7	14/10/2011	0005846-28.2011.814.0040	02/03/2012
20102000863-2	14/10/2011	0006019-52.2011.814.0040	08/03/2012
20072001002-0	14/10/2011	0005944-13.2011.814.0040	08/03/2012
20082001859-4	14/10/2011	0005845-43.2011.814.0040	08/03/2012
20072000858-8	14/10/2011	0006012-60.2011.814.0040	08/03/2012
2009200331-2	14/10/2011	0005838-51.2011.814.0040	08/03/2012
20082001253-8	14/10/2011	0005842-88.2011.814.0040	08/03/2012
20082000087-2	14/10/2011	0004641-61.2011.814.0040	08/03/2012
20082001471-6	14/10/2011	0005840-21.2011.814.0040	08/03/2012
20082001578-0	14/10/2011	0000403-62.2012.814.0040	08/03/2012
20082001562-3	14/10/2011	0005351-81.2011.814.0040	08/03/2012
20082000794-3	14/10/2011	0004920-47.2011.814.0040	08/03/2012
20092000017-8	14/10/2011	2006-2.000507-2	08/03/2012
20092000864-3	14/10/2011	20102000655-3	08/03/2012
20092000166-3	14/10/2011	0000348-14.2012.814.0040	13/03/2012
20082001469-1	14/10/2011	20112000384-7	13/03/2012
20082000202-6	14/10/2011	20082000128-4	14/03/2012
20082001468-3	14/10/2011	0000366-35.2012.814.0040	16/03/2012
20082001714-0	14/10/2011	0005971-93.2011.814.0040	21/03/2012
20002000057-3	14/10/2011	000551-05.2011.814.0040	21/03/2012
20082001254-6	14/10/2011	20102001177-6	21/03/2012
20002000058-1	14/10/2011	0000247-74.2012.814.0040	21/03/2012
20082001263-7	14/10/2011	20102000411-9	21/03/2012
20082001063-1	14/10/2011	0005174-20.2011.14.0040	21/03/2012
20082000120-0	14/10/2011	20112000789-9	13/04/2012
20082000195-3	14/10/2011	20042000494-3	13/04/2012
20082001103-5	14/10/2011	0000346-44.2012.814.0040	13/04/2012
20082001713-2	14/10/2011	0000399-25.2012.814.0040	13/04/2012
20082000164-8	14/10/2011	0006132-06.2011.814.0040	13/04/2012
20082000393-3	14/10/2011	0005834-14.2011.814.0040	13/04/2012
20082001725-7	14/10/2011	20062000944-6	13/04/2012
20082000829-8	14/10/2011	20082001259-6	13/04/2012
20082000177-1	14/10/2011	0000578-56.2012.814.0040	13/04/2012
20082001353-6	14/10/2011	0001040-13.2012.814.0040	13/04/2012
20082001102-7	14/10/2011	0001163-11.2012.814.0040	13/04/2012
20082000142-4	14/10/2011	20092001235-5	13/04/2012
20082001895-8	14/10/2011	20112000758-4	13/04/2012
20092000165-5	14/10/2011	0000580-26.2012.814.0040	13/04/2012
20072000053-4	14/10/2011	0004113-27.2011.814.0040	13/04/2012
20082000764-6	14/10/2011	006134-73.2011.814.0040	13/04/2012
20082000196-1	14/10/2011	20082000518-7	17/04/2012
20062000719-3	14/10/2011	0001008-08.2012.814.0040	17/04/2012
20102001121-3	14/10/2011	0005973-63.2011.814.0040	17/04/2012

20082000167-2	14/10/2011	0005938-06.2011.814.0040	17/04/2012
2008200423-8	14/10/2011	0006128-66.2011.814.0040	17/04/2012
20092000453-4	14/10/2011	0005156-96.2011.814.0040	17/04/2012
20102000954-9	14/10/2011	0005167-28.2011.814.0040	17/04/2012
20092000438-6	14/10/2011	0001411-74.2012.814.0040	17/04/2012
20102001528-1	01/12/2011	0000530-97.2012.814.0040	17/04/2012
20092000789-3	01/12/2011	0000505-84.2012.814.0040	17/04/2012
20102000344-2	01/12/2011	0000347-29.2012.814.0040	25/04/2012
20092000863-5	01/12/2011	0000159-36.2012.814.0040	25/04/2012
20112001231-9	01/12/2011	0000397-55.2012.814.0040	25/04/2012
20112001250-9	01/12/2011	0001430-80.2012.814.0040	25/04/2012
20092000485-7	01/12/2011	0000275-42.2012.814.0040	25/04/2012
20092000459-2	01/12/2011	0006135-58.2011.814.0040	25/04/2012
20082001549-6	01/12/2011	0000579-41.2012.814.0040	25/04/2012
20082000502-0	01/12/2011	20072000734-0	25/04/2012
20092000730-6	01/12/2011	0001738-19.2012.814.0040	25/04/2012
2009200016-0	01/12/2011	0005640-14.2011.14.0040	25/04/2012
20112000512-4	01/12/2011	0001424-73.2012.14.0040	25/04/2012
20092000444-3	01/12/2011	0006024-74.2011.814.0040	25/04/2012
20092000419-6	01/12/2011	0000297-03.2012.814.0040	25/04/2012
20092001765-2	01/12/2011	0005812-53.2011.814.0040	25/04/2012
20092000184-5	01/12/2011	0001847-33.2012.814.0040	04/05/2012
20092000870-0	01/12/2011	0000733-59.2012.814.0040	04/05/2012
20112001122-0	01/12/2011	0001884-60.2012.814.0040	04/05/2012
0001916-03.2008.814.0040	09/05/2012	0000009-55.2012.814.0040	09/05/2012
0000652-13.2012.814.0040	09/05/2012	00018473320128140040	07/05/2012
00018846020128140040	07/05/2012	00018846020128140040	07/05/2012

Relacionar, com data, os remetidos ao Ministério Público:

N. Inquérito	Data da Remessa	N. Inquérito	Data da Remessa
20112000911	28/02/2012	0001695-82.2012.814.0040	26/04/2012
0004473-64.2010.814.0040	09/01/2012	0001823-05.2012.814.0040	23/04/2012
0001762-47.2012.814.0040	18/04/2012	2009.2.000935-2	27/02/2012
0001574-54.2012.814.0040	18/04/2012	0000248-59.2012.814.0040	27/02/2012
0001770-24.2012.814.0040	18/04/2012	0000242-52.2012.814.0040	27/02/2012
0003701-02.2008.814.0040	20/04/2012	0000054-59.2012.814.0040	27/02/2012
0001697-52.2012.814.0040	20/04/2012	0000151-59.2012.814.0040	27/02/2012
0001544-19.2012.814.0040	09/04/2012	0006032-51.2011.814.0040	27/02/2012
0001931-34.2012.814.0040	24/04/2012	000203-32.2008.814.0040	25/01/2012
0001980-75.2012.814.0040	24/04/2012	0001740-86.2012.814.0040	23/04/2012
2011.2.000576-0	29/04/2012	0000319-76.2010.814.0040	23/04/2012
0005841-06.2011.814.0040	09/01/2012	0001178-62.2006.814.0040	21/03/2012
0000203-32.2008.814.0040	25/01/2012	0001761-62.2012.814.0040	18/04/2012
0001239-35.2012.814.0040	03/05/2012	0001253-19.2012.814.0040	18/04/2012
0000951-87.2012.814.0040	03/05/2012	0000658-20.2012.814.0040	18/04/2012
0000406-43.2012.814.0040	03/05/2012	0004519-28.2010.814.0040	20/04/2012
0002051-77.2012.814.0040	03/05/2012	0003200-82.2008.814.0040	12/04/2012
0001595-30.2012.814.0040	20/04/2012	0003073-5.2009.814.0040	11/04/2012
0001512-14.2012.814.0040	18/04/2012	0001677-55.2009.814.0040	11/04/2012
0001588-38.2012.814.0040	09/04/2012	0001719-13.2012.814.0040	24/04/2012

0001569-32.2012.814.0040	09/04/2012	0001933-04.2012.814.0040	24/04/2012
0000967-41.2012.814.0040	18/04/2012	0001742-56.2012.814.0040	18/04/2012
0001845-63.2012.14.0040	18/04/2012	0001810-06.2012.814.0040	18/04/2012
0002047-40.2012.814.0040	09/05/2012	0000643-68.1999.814.0040	09/05/2012
040.2007.2.000716-8	09/05/2012	0002253-54.2012.814.0040	09/05/2012
0002284-74.2012.814.0040	09/05/2012	0002239-70.2012.814.0040	09/05/2012
0002259-61.2012.814.0040	09/05/2012	0002280-37.2012.814.0040	09/05/2012
0002278-67.2012.814.0040	09/05/2012	0002283-89.2012.814.0040	09/05/2012
0002282-07.2012.814.0040	09/05/2012	0002236-18.2012.814.0040	09/05/2012
0002234-48.2012.814.0040	09/05/2012	0002235-33.2012.814.0040	09/05/2012
040.2007.2.000366-1	09/05/2012	0002181-67.2012.814.0040	09/05/2012
0003581-92.2007.814.0040	14/05/2012	0002238-85.2012.814.0040	14/05/2012
0002030-04.2012.814.0040	14/05/2012	0002033-56.2012.814.0040	14/05/2012
0002305-50.2012.814.0040	14/05/2012	0002289-96.2012.814.0040	14/05/2012

43 – Verificar a quantidade de julgamentos pelo Tribunal do Júri realizados nos últimos 24 meses (frequência anual):

2010 – 06

2011- 09

44 – Adequação do cumprimento de Cartas Precatórias recebidas de outro Juízo:

N. C. Prec. Recebidas: 992 (no período de 04/05/2010 a 11/05/2012)	N. C. Prec. Devolvidas 1.074 (no período de 04/05/2010 a 11/05/2012)	N. C. Prec. em Tramitação 108 (até o dia 11/05/2012)
---	---	---

45 – Relacionar as cartas precatórias recebidas e ainda não cumpridas:

Número	Data Receb.	Finalidade	Fase
0000668-56.2009	03/03/2009	Audiência preliminar de transação penal. Fiscalização do cumprimento da condenação	Aguardando Cumprimento
0000398-40.2012	08/02/2012	Realizar audiência preliminar para transação penal	Aguardando cumprimento
0004275-22.2011	26/08/2011	Realizar audiência preliminar com o autor	Aguardando cumprimento
0002115-87.2012	26/04/2012	Cumprimento de mandado de prisão	Aguardando cumprimento
0002136-63.2012	26/04/2012	Citação de acusado	Aguardando cumprimento
0002127-04.2012	26/04/2012	Inquirição da vítima e localizar endereço	Aguardando cumprimento
0002131-41.2011	26/04/2012	Audiência de Inquirição de testemunha	Aguardando cumprimento
0002135-78.2012	26/04/2012	Intimação do acusado pelo teor da sentença	Aguardando cumprimento
0002123-64.2012	26/04/2012	Intimar réu sobre sentença	Aguardando cumprimento
0002122-79.2012	26/04/2012	Inquirição de testemunha	Aguardando cumprimento
0002121-94.2012	26/04/2012	Citar acusado	Aguardando cumprimento
0002124-49.2012	26/04/2012	Inquirição de testemunha	Aguardando cumprimento
0002117-57.2012	26/04/2012	Localizar endereço de testemunha	Aguardando cumprimento
0002077-75.2012	25/04/2012	Intimar apenado	Aguardando cumprimento
0001888-97.2012	19/04/2012	Interrogatório do acusado	Aguardando audiência
0001454-11.2012	29/03/2012	Interrogatório do acusado	Aguardando audiência
0001438-57.2012	29/03/2012	Inquirição de testemunha de acusação	Aguardando audiência
0001459-33.2012	29/03/2012	Audiência admonitória com o sentenciado	Aguardando Audiência
0001375-32.2012	27/03/2012	Intimação e oitiva da ré	Aguardando Audiência
0001439-42.2012	29/03/2012	Oitiva da vítima e da testemunha	Aguardando Audiência
0001280-02.2012	22/03/2012	Inquirição de duas testemunhas	Aguardando Audiência
0001380-54.2012	28/03/2012	Intimação para audiência preliminar da ré	Aguardando Audiência
0001443-79.2012	29/03/2012	Inquirir a testemunha de defesa	Aguardando Audiência
0001532-05.2012	22/03/2012	Oitiva de duas testemunhas e do réu	Aguardando Audiência
0001277-47.2012	22/03/2012	Inquirição de testemunha de acusação	Aguardando Audiência

0001263-63.2012	22/03/2012	Oitiva da vítima	Aguardando Audiência
0001382-24.2012	28/03/2012	Intimação do réu para audiência no juízo deprecante	Aguardando Audiência
0001259-26.2012	21/03/2012	Interrogatório do réu	Aguardando Audiência
0000181-94.2012	25/01/2012	Interrogatório o denunciado	Aguardando Audiência
0001410-89.2010	28/03/2012	Inquirição de testemunha	Aguardando Audiência
0002089-89.2012	25/04/2012	Intimar o denunciado para comparecer ao juízo deprecante	Aguardando cumprimento
0002125-34.2012	26/04/2012	Intimar a testemunha para comparecer ao juízo deprecante	Aguardando cumprimento
0002090-74.2012	25/04/2012	Citação da ré	Aguardando cumprimento
0001976-38.2012	20/04/2012	Citação do réu	Aguardando cumprimento
0001978-08.2012	20/04/2012	Oitiva da testemunha	Aguardando cumprimento
0001973-83.2012	20/04/2012	Inquirição de testemunha	Aguardando cumprimento
0001974-68.2012	20/04/2012	Oitiva de testemunha	Aguardando cumprimento
0001975-53.2012	20/04/2012	Inquirição de testemunhas	Aguardando cumprimento
0001972-98.2012	20/04/2012	Fiscalizar e acompanhar as condições de suspensão condicional	Aguardando cumprimento
0001968-61.2012	20/04/2012	Citação do réu	Aguardando cumprimento
0001994-59.2012	23/04/2012	Citação do réu	Aguardando cumprimento
0002027-49.2012	24/04/2012	Citação do réu	Aguardando cumprimento
0001986-82.2012	23/04/2012	Inquirição de testemunha	Aguardando cumprimento
0002032-71.2012	24/04/2012	Intimar o acusado da sentença	Aguardando cumprimento
0002057-84.2012	24/04/2012	Citar o acusado	Aguardando cumprimento
0002056-02.2012	24/04/2012	Citar o acusado	Aguardando cumprimento
0002294-21.2012.814.0040	11/05/2012	Fiscalizar cumprimento de pena	Aguardando cumprimento
0002307-20.2012.814.0040	11/05/2012	Fiscalizar cumprimento de pena	Aguardando cumprimento
0002308-05.2012.814.0040	11/05/2012	Intimação de sentença	Aguardando cumprimento
0002291-66.2012.814.0040	11/05/2012	Intimação de advogado para apresentar memoriais finais	Aguardando cumprimento
46 – Adequação da fiscalização do cumprimento das Cartas Precatórias expedidas para outro Juízo:			
Verificar se a Secretaria realiza algum tipo de controle: O Diretor de Secretaria informou que uma vez por semana verifica a pasta onde fica o controle de Carta Precatória expedida.		Se as reiterações para devolução têm sido feitas: Havendo a necessidade, o Diretor de Secretaria reitera as devoluções por meio de ofício.	
47 – Petições iniciais pendentes (Denúncia, Representação, etc.):			
Pendentes de Registro e Autuação: Não há	Pendentes de Conclusão: Não há	Pendentes de Despacho: Não há	
48 – Petições interlocutórias pendentes:			
Não Juntadas: 72	Não remetidas a conclusão: Geralmente a conclusão somente é feita após a respectiva juntada	Não despachadas: Somente são despachadas quando constantes nos autos	
49 – Pendência Serventia:			
Autos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial (mais de 100 dias)		97	
Autos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial (menos de 100 dias)		128	
Autos aguardando conclusão (pré-conclusão)		00	
50 – Mandados com carga em aberto para Oficial de Justiça			
Nome		Quantidade	Data mais antiga
ANTONIO PEREIRA DE SÁ JÚNIOR		63	08/02/2012
GILMAR AFONSO TABORDA		80	12/01/2012
GRISLEINE CRISTINA RENOSTO RECH		39	17/01/2012
MICHELA DANTAS NASCIMENTO STEFFEN		29	13/04/2012
NAILOR AFONSO TABORDA		43	17/01/2012
51 – Processos Conclusos:			
Há menos de 100 dias: 189 (até 14/04/2012)	Mais de 100 dias: 282	Pré-conclusão: Não há	
52 – Autos de processos retirados com carga, com a data			
MINISTÉRIO PÚBLICO	DEFENSORIA PÚBLICA	ADVOGADOS	
Qtde: 103	Qtde: 67	Qtde: não há	

A carga mais antiga: 20/03/2012	A carga mais antiga: 10/02/2012	A carga mais antiga: prejudicado
53 – Números nos últimos 24 meses		
Audiências realizadas	1423	Sentenças sem mérito
Conciliações realizadas	35	Sentenças de mérito
Decisões interlocutórias	1877	Autos arquivados
		647
		245
		1770
54 – Participação em mutirões e outras iniciativas (relacionar e descrever): O Magistrado participou da Semana da Conciliação, bem como realiza mutirões relacionados aos TCO's.		
55 – Inovações procedimentais e tecnológicas para o incremento da prestação jurisdicional (relacionar e descrever): O Magistrado tem o costume de gravar as audiências, tendo arcado com todos os custos relacionados ao armazenamento de tais dados.		
56 – Considerações do Juízo: Não houve considerações feitas pelo juízo.		
57 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Observa-se que o Magistrado tem se empenhado na condução dos trabalhos da Unidade Judiciária, entretanto, alguns pontos devem ser observados e com isso há a necessidade de se fazer algumas recomendações:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. O sistema de acompanhamento de processos apresenta um total de 4.015 feitos em tramitação na Vara, porém, fisicamente se contabilizou 3.070 processos, havendo uma diferença de 945 processos. Logo, recomenda-se que seja encaminhado ofício à Secretaria de Informática, informando tal situação. 2. Considerando que o Diretor de Secretaria desconhece o Plano de Gestão para o funcionamento das Varas Criminais editado pelo Conselho Nacional de Justiça, é imprescindível que o servidor procure imediatamente tomar conhecimento do aludido Plano de Gestão. 3. Com relação a Meta 1 do CNJ, verificou-se que a Unidade Judiciária não tem conseguido cumpri-la, logo, recomenda-se que o Juízo empregue mais esforços no sentido de cumprir a referida Meta, para que então a Vara consiga dar vazão ao acervo processual. 4. Por fim, ficou consignado no relatório de correição que nem todos Sistemas Informatizados de Informação estão sendo preenchidos (vide item 40), logo, recomenda-se que ao Juízo que passe preencher os sistemas de forma regular. 		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO PRELIMINAR DA CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE PARAUPEBAS -3ª VARA

Período: 14 a 18 de maio de 2012.
Competência: Juízo Singular e Tribunal do Júri
Juiz: LIBIO ARAÚJO MOURA

Considerações e recomendações:

Senhor Juiz

A Correição procedida por esta Corregedoria visa, além das atribuições previstas no Código de Organização Judiciária do Estado, orientar Juízes e servidores para o uso de procedimentos que levem aos jurisdicionados uma prestação jurisdicional célere e eficaz.

É importante ressaltar o interesse do magistrado e dos servidores lotado na respectiva Vara.

Conforme o relatório fornecido pelo diretor de secretaria, o acervo físico é de **3.070 (três mil e setenta) processos**, enquanto que no Sistema LIBRA é de **4.015 (quatro mil e quinze) processos**, havendo, portanto, uma diferença de **945 (novecentos e quarenta e cinco) de feitos**.

Relativo a produtividade do juízo, conforme levantamento procedido pela Corregedoria, por meio de números e gráficos, observa-se que **apenas a partir de julho de 2010, em geral, a quantidade de saídas de processos tem superado a quantidade de entradas**, demonstrando que o juízo tem conseguido oferecer uma prestação jurisdicional positiva, **exceto nos meses de dezembro/janeiro, março/abril de 2011 e fevereiro/março de 2012**.

Outro aspecto vislumbrado é referente a taxa de congestionamento, procedendo-se uma avaliação dos últimos dois anos verifica-se que o Juízo, **a partir de dezembro de 2009, vem conseguindo manter-se dentro do patamar médio verificado, apresentando a partir de abril de 2011, picos positivos de declínio da referida taxa**.

A evolução do acervo tem se mantido, o que demonstra que apesar do esforço empreendido pelo magistrado e sua equipe de trabalho, não tem conseguido reduzi-lo de forma satisfatória.

Quanto aos processos de Meta, restam pendente na unidade judiciária um total de **414 feitos referentes a Meta 2/2009 e 158 feitos referentes a Meta 2/2010. Segundo informações do Diretor de Secretaria, encontram-se na unidade judiciária, 231 processos da meta 3 e 4 (processos do Júri). Contudo, apesar do esforço desempenhado para o cumprimento das respectivas metas, não está sendo possível cumpri-las. Constam também, 282 processos paralisados há mais de 100 (cem) dias**.

Há pendência de lançamento no cadastro do Sistema do Conselho Nacional de Justiça- CNJ:

Desde agosto de 2011, não consta o acervo nas informações sobre a produtividade.

Não constam 2011 e 2012 o cadastramento das interceptações telefônicas. Assim também, não constam nos respectivos anos as inspeções carcerárias, estas de atribuição do juiz.

As recomendações desta Corregedoria para a referida Unidade Judiciária refere-se:

LIBRA;

1) Analisar a disparidade do número do acervo físico e o constante no Sistema

2) Analisar a relação encaminhada à Corregedoria pelo Chefe do Banco de Dados e identificar as inconsistências existentes;

3) Alimentar o sistema do CNJ, no que se refere a produtividade (acervo), interceptações telefônicas e inspeções carcerárias;

4) Concentrar esforços para o cumprimento das Metas do Conselho Nacional de Justiça;

5) Distribuir as denúncias por continuidade à comunicação do flagrante e inquérito, constituindo-se como apenso estes últimos;

6) Feitos penais sentenciados. Transitado em julgado, expedir cópias necessárias à formação do processo de execução (Sentença, denuncia, certidão de trânsito e Guia de cumprimento de pena), após arquivar os autos de conhecimento;

7) Feitos sentenciados com interposição de recurso. Providenciar a expedição de cópia dos documentos essenciais à formação dos autos de Execução Provisória, após encaminhar os autos a instância superior;

8) as condenações no regime aberto, com trânsito em julgado, formar de igual forma autos de execução penal;

9) Quando for delegado a fiscalização da prisão domiciliar ou livramento condicional em autos próprios, deverá entrar na distribuição. Sendo os beneficiados

sentenciados por essa unidade jurisdicional, não há necessidade de juntar os autos aos da ação penal;

Belém, 16 de maio de 2012.

Desa. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS.
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

4ª VARA CÍVEL E/OU OUTRAS COMPETÊNCIAS				
01 – Competências: () Cível () Família () Comércio (X) Privativa da Fazenda Pública (X) Outras: Por distribuição: Cível Comércio e Família.				
02 – Nome do Juiz de Direito atual e Portaria: Adelina Luiza Moreira Silva e Silva – Portaria nº 07/2011-GP, de 20.10.2011. Atualmente respondendo pela Vara em face da Licença Maternidade e férias da titular desde outubro de 2011, o Dr. Líbio Araújo de Moura por meio da Portaria nº 1359/2012, de 20.04.2012. A Dra. Adelina foi promovida para esta Vara, entretanto, nunca exerceu suas funções, sido substituída inicialmente pelo Dr. Alexandre Arakaki e atualmente pelo Dr. Líbio Moura.				
03 – Natureza da designação: () Titular () Substituto (X) Responde cumulativamente com a 3ª Vara da qual é Titular, o Dr. Líbio Moura. Cumula ainda com o Juizado Especial Cível desde o dia 20 de abril.			04 – Data da entrada em exercício: 20.10.2011	
05 – Períodos de ausência do Juiz (férias, licença ou afastamentos autorizados): A Dra. Adelina se encontra de licença desde outubro de 2011 até a data desta Correição (período de 14 a 18 maio de 2012). Com previsão de retornar em julho/junho/2012.				
06 – Há magistrado auxiliar designado para a Unidade Judiciária: () Sim (X) Não Em caso positivo, colocar o nome e a Portaria:				
07 – Sequência dos magistrados designados nos últimos 24 meses				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	Eline Salgado Vieira	937/2010	05.05.2010	11.05.2010
2	Lauro Pontes Junior	1003/2010	11.05.2010	02.06.2010
3	Alexandra Hiroshi Arakaki	1247/2010	02.06.2010	12.07.2010
4	Ramiro Almeida Gomes	1636/2010	12.07.2010	17.07.2010
5	Ramiro Almeida Gomes	2453/2010	18.10.2010	23.10.2010
6	Ramiro Almeida Gomes	2527/2010	01.12.2010	18.12.2010
7	Alexandre Hiroshi Arakaki	3083/2010	07.01.2011	26.04.2011
8	Ramiro Almeida Gomes	1050/2011	27.04.2011	31.05.2011
9	Alexandra Hiroshi Arakaki	2892/2011	21.10.2011	08.01.2012
10	Eline Salgado Vieira	3603/2011	09.01.2012	20.01.2012
11	Everaldo Pantoja e Silva	449/2012	01.02.2012	21.03.2012
12	Eline Salgado Vieira	0946/2012	22.03.2012	19.05.2012
13	Libio Araújo Moura	1359/2012	20.05.2012	Até data da correição (14 a 18.05.2012)
08 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Não há conclusos/recomendações a serem feitas.				
09 – Nome do Promotor de Justiça atual: Não existe Promotor vinculado à Vara. Os Promotores que atuam simultaneamente nesta Vara são: Dra. Ligia Valente do Couto Andrade Ferreira; Bruna Receba Paiva de Moraes; Helio				

Rubens Pinto Pereira; e João batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Junior e Renata Valéria Pinto Cardoso Lisboa.				
10 – Natureza da designação: () Titular () Substituto (X) Respondendo cumulativamente			11 – Data da entrada em exercício Não informado.	
12 – Sequência dos Promotores de Justiça designados nos últimos 24 meses:				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	Monica Cristina Gonçalves Melo da Rocha	466/2010	10.02.2010	11.03.2010
2	Paulo Sérgio Morgado Junior	3097/2010	01.08.2010	31.12.2010
3	JanuarioConstancio Dias Neto	3176/2011	01.08.2010	31.12.2010
4	Ligia Valente do Couto Andrade Ferreira	3993/2010	30.09.2010	31.12.2010
5	Manoel Adilton Peres de Oliveira	4421/20101	25.10.2010	31.12.2010
6	Danilo Pompeu Colares	5191/2010	01.01.2011	31.03.2011
7	Paulo Sérgio Morgado da Cunha Junior	5191/2010	01.11.2011	31.03.2011
8	Danilo Pompeu Colares	2893/2011	01.04.2011	20.06.2011
9	Paulo Dergio Morgado da Cunha Junior	2894/2011	01.04.2011	09.05.2011
10	Danilo Pompeu Colares	4184/2011	01.09.2011	31.10.2011
11	Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira	4534/2011	01.10.2011	31.11.2011
12	João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Junior	5228/2011	16.11.2011	30.11.2011
13	Renata Valéria Pinto Cardoso Lisboa	5230/2011	16.11.2011	31.11.2011
14	Bruna RebecaPaiva de Moraes	5528/2011	01.12.2011	31.01.2012
15	Andrea Moura Santos Sampaio	-	01.12.2011	31.12.2011
16	João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Junior	5535/2011	01.12.2011	31.01.2012
17	Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira	5537/2011	01.12.2011	31.01.2012
18	Renata Valéria Pinto Cardoso Lisboa	5542/2011	01.12.2011	31.01.2012
19	Ligia Valente do Couto de Andrade Ferreira	379/2012	01.12.2012	29.02.2012
20	Helio Rubens Pinho Pereira	-	01.12.2012	Até a data da correição permanece
13 – Considerações do Juízo: Não houve considerações por parte do juízo.				
14 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Considerando que não houve queixas por parte do juízo, quanto a participação dos promotores nas audiências realizadas, recomenda-se a Magistrada que continue cumprindo seus deveres estabelecidos na LOMAN, principalmente no que se refere ao tratamento urbano que a mesma deve dispor para com todos aqueles que atuam na justiça.				
15 – Nome do Defensor Público atual: Existem 5 (cinco) Defensores Públicos que atam nesta Vara: Camila Faciola Pessoa Lobo – Portaria 445/2010- 03.08.2010 ; Kelly Aparecida Soares – Portaria 194/2010 – 19.04.2010 ; Alexandre Evangelista Botelho – PORTARIA Nº 441/2010 – 03.08.2010 ; Rafael Oliva Caravelos Barra – Portaria nº 100/2012 – 23.01.2012 ; David Oliveira Pereira da Silva – Portaria nº 100/2012 – 23.01.2012 ;				
16 – Natureza da designação: () Titular () Substituto (X) Respondendo cumulativamente			17 – Data da entrada em exercício: Vide item 15.	
17 – Sequência dos Defensores Públicos designados nos últimos 24 meses:				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	Camila Faciola Pessoa Lobo	Portaria 445/2010-	03.08.2010	Permanece até a data a Correição
2	Kelly Aparecida Soares	Portaria 194/2010	19.04.2010	Permanece até a data a Correição
3	Alexandre Evangelista Botelho	PPORTARIAort aria Nº 441/2010	03.08.2010	Permanece até a data a Correição
4	Rafael Oliva CaravelosBarra;	Portaria nº 100/2012	23.01.2012	Permanece até a data a Correição

51			
18 – Considerações do Juízo: Não houve considerações por parte do Juízo.			
19 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES: Considerando que não houve queixas por parte do juízo, quanto a participação dos Defensores Públicos nas audiências realizadas, recomenda-se a Magistrada que continue cumprindo seus deveres estabelecidos na LOMAN, principalmente no que se refere ao tratamento urbano que a mesma deve dispor para com todos aqueles que atuam na justiça.			
DOS SERVIDORES			
20 – Servidores efetivos do TJ-PA:			
	Nome	Portaria	Função
1	Allison de Souza Ximenes	40/2008	ASS.GABINETE
2	Juliana Lima Souto	2427/2009	Ass.Gabinete
3	Vera Lúcia Peres Lima	357/2001	Diretora de secretaria
	Escolaridade		
			Superior (Direito)
			Superior (Direito)
			Superior (administração)
21 – Servidores cedidos por outros órgãos:			
	Nome	Função	Portaria
1	Elizangela da Silva Luz	Aux.Admi nist. (P.M.P)	179/2010
2	Raiany Eliara de Souza Alves	Aux.Admi nist.	75/2007
3	Marta Ribeiro da Silva	Aux.Administr ativo	
4	Poliane da Silva Guimarães	Aux. Administ.	Contratada – PMP
5	Ivanilde Carlos Silva e Silva	Aux.Admi nist.	Contratada – PMP
			Escolaridade
			Nível médio
			Superior(Contabilidade)
			Nível Médio
			Superior Incompleto (Administração)
			Nível médio
22 – Considerações do Juízo:			
23 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO:			
DO ACERVO PROCESSUAL			
24 – Número de processos em tramitação no Sistema (LIBRA, SAPXXI ou outro): 5.028		25 – Contagem Física: 3.581	
26 – Os autos dos processos são cadastrados no sistema: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Observação:		27 – Os atos judiciais são cadastrados no sistema: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Observação:	
56 – Discriminação do Acervo:			
	Natureza	Quantidade	Total
	Cíveis (Excluindo os da Meta 2)		1.363
	Cíveis – Meta 2/2009		91
	Cíveis – Meta 2/2010		20
	Execução Fiscal		2.055
	Ação Civil Pública (excluindo as de Improbidade)		30
	Ação Civil Pública (Improbidade)		00
	Ação Popular		05
	Reclamação Cível (Lei 9.099/95)		17
28 – Verificar se a Unidade Judiciária tem cumprido em parte o Manual de Rotinas - Processo Civil - Volume I, disponível na página da CJCI na internet: A Diretora de Secretaria consignou que o Manual de Rotinas não traz a determinação quando no caso de <u>Agravo</u> , para que os autos <u>fiquem arquivados no Tribunal e apenas para a comarca a decisão para ser juntada ao processo.</u> A Diretora não tem nenhuma dificuldade em compreender o Manual de Rotina. A Diretora relata que as pessoas que procedem as distribuições dos feitos não têm <u>conhecimento jurídico</u> , ocasionando alguns embaraços, por exemplo no momento de cadastrar a classe do processo, ocorrendo situações em que a ação foi distribuída <u>como se fosse ação de alimentos, quando na verdade seria ação de investigação de paternidade.</u> <u>Questiona sobre os processos em apensos. Relata que algumas exceções são processadas no mesmo processo</u>			

havendo divergência entre os juízes, sendo que uns entendem que devem ser protocolados dentro dos autos e outros entendem que devem ser em autos apartados.

29 – Verificar o cumprimento da Meta 1 – CNJ:

A Diretora informa que quando o Dr. Alexandre Arakaki encontrava-se na Vara, os processos tinham maior celeridade, mas a partir de janeiro do ano corrente, a produtividade não tem sido satisfatória, refletindo-se inclusive na arrecadação de custas. Por meio do relatório Sintético de Processos Distribuídos/Redistribuídos e cadastrados por Vara, observa-se que desde a instalação da Vara (setembro de 2009) até 16.5.2012, foram distribuídos 7.326 processos e, no mesmo período, foram sentenciados 1.730.

30 – Verificar as pendências em relação a pedidos de liminares ou antecipação da tutela:

Foi constatado que no Gabinete do Juiz existem 08 (oito) Pedidos de Liminares e 08 (oito) Pedidos de Tutela Antecipada para serem apreciadas e decididas.

31 – Verificar se o Juízo observa as prioridades legais, inclusive, identifica os feitos através de etiquetas indicativas:

A Diretora relata que identifica com etiqueta de papéis processo de idosos, bem como outras urgências. A Diretora relata que o Tribunal deveria disponibilizar fitas ou etiquetas para melhor identificação dos processos que exigem prioridade.

32 - Conclusões extraídas da análise dos processos mais antigos existentes na Unidade, os quais foram relacionados nesta inspeção? (Análise, por amostragem, dos processos mais antigos paralisados, ações criminais com réu preso, etc.):

	NUMERO	TRAMITAÇÃO
1	<u>0001561-11.2007.814.0040</u>	Processo de Execução Fiscal. Exequente: <u>Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul</u> . Executado: Julio Cezar Lucio. O Juiz <u>Federal de Marabá</u> arguiu incompetência. Processo paralisado desde 18.07.2007.
2	<u>0003423-13.2007.814.0040</u>	Execução fiscal. INSS x Marli dos Santos Barbosa. Paralisado desde 24 de abril de 2008
3	<u>0003425-03.2007.814.0040</u>	Execução Fiscal. INSS x Construtora Mineira de Engenharia Ltda e João Batista Silveiro Camilo. Expedido a Citação em 14.04.2008. Paralisado. <u>ado</u>
4	<u>0000272-59.1998.814.0040</u>	<u>Execução Fiscal. Conselho Regional de Farmácia x Farmácia São Miguel e outro. Último despacho: 15.02.11.</u>
5	<u>0000023-93.2005.814.0040 anexo</u> <u>0000022-98.2005.814.0040</u>	<u>Execução Fiscal Federal. Fazenda nacional x Transportadora Paraná Ltda. Os dois processos foram suspensos. Recebidos em Paraupapebas em 24.09.09. Sem conclusão.</u>
6	<u>0000820-64.2004.814.0040</u>	<u>Execução Fiscal Federal. Fazenda nacional x Elvio Fernando Mattec Junior – Petição do executado em 14.02.2011. Paralisado.</u>
7	<u>0003896-52.2006.814.0040</u>	<u>Execução Fiscal Federal. Fundo nacional de desenvolvimento da Educação – FNDE x União transporte Interestadual de luxo S.A – Petição do Procurador Federal em 20.05.2008.</u>
8	<u>0005055-77.2006.814.0040</u>	<u>Execução Fiscal. União de Transporte Interestadual de luxo S.A x Fundação Nacional de Desenvolvimento da educação – FNDE. Último despacho: 07.02.2007.</u>
9	<u>0000385-2-21.20000.814.0040</u>	<u>Mandado de Segurança. Reexame de Sentença. Recebido na vara em 02.05.2012.</u>
10	<u>0000740-</u>	<u>Mandado de Segurança. Rio Doce geologia e Mineração AS –</u>

55.2003.814.0040	DOCEGEO x Sec.Municipal Finanças e Prefeitura de Paruapebas. Expedido mandado de Intimação para pagamento em 23.05.2011.		
33 – Alimentação dos Sistemas Informatizados de Informações relacionados no seguinte endereço eletrônico: http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html .			
		SIM	NAO
Sistema de Informações da Corregedoria		X	
Sistema Nacional de Bens Apreendidos BACENJUD		X	X
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa			X
INFOJUD			X
Observação: A produtividade da Serventia e dos magistrados que responderam pela Vara, as quais se encontravam em atraso, referentes aos meses de fevereiro, março e abril de 2012 ,foram devidamente atualizadas em 03.05.2012.			
34 – Adequação do cumprimento de Cartas Precatórias recebidas de outro Juízo:			
N. C. Prec. Recebidas NI	N. C. Prec. Devolvidas NI	N. C. Prec. em Tramitação; 59	
35 – Relacionar as cartas precatórias recebidas e ainda não cumpridas: total: 59			
Número	Data Receb.	Finalidade	Fase
0001309-53.2012.814.0040	28.03.2012	Citação	Aguardando recolhimento de custas em 23.03.2012.
0001230-73.2012.814.0040	19.03.2012	Citação	Aguardando recolhimento de custas em 19.03.2012.
0002251-40.2011.814.0040	03.05.2011	Ação de Busca e Apreensão	Aguardando recolhimento de custas em 19.03.2012.
0001150-12.2012.814.0040	13.02.2012	Busca e Apreensão	Aguardando recolhimento de custas em 15.03.2012
0004350-61.2011.814.0040	03.08.2011	Intimação	Aguardando recolhimento de custas em 12.09.2011
040.2011.000520-9	14.02.2011	Proceder estudo Social	Certidão do Oficial de Justiça em 28.02.21 onde narra que foi a secretaria de Assistência Social ali cumpriu o determinado pelo Juiz.
0002463-47.2011.814.0040	13.05.2011	Realização de Perícia Médica	Aguardar indicação dada data da perícia
0005098-93.2011.814.0040	11.11.2011	Intimação	Aguardando recolhimento de custas. Em 22.11.2011.
0001484-46.2012.814.0040	28.03.2012	Citação	Aguardando recolhimento de custas em 25.04.2012
0001483-61.2012.814.0040	28.03.2012	Citação	Aguardando recolhimento de custas em 02.04.2012
0001481-91.2012.814.0040	28.03.2012	Citação	Aguardando recolhimento de custas em 25.04.2012
0001807-51.2012.814.0040	10.04.2012	Citação	Aguardando recolhimento de custas em 25.04.2012
0001632-57.2012.814.0040	04.04.2012	Citação	Aguardando recolhimento de custas em 25.04.2012
0001778-98.2012.814.0040	12.04.2012	Citação	Aguardando recolhimento de custas em 25.04.2012
0001547-71.2012.814.0040	30.03.2012	Citação	Aguardando recolhimento de custas em 25.04.2012
0001577-09.2012.814.0040	28.03.2012	Citação	Aguardando recolhimento de custas em 03.04.2012
0002284-69.2011.814.0040	03.05.2011	Penhora	Aguardando recolhimento de custas em 06.03.2012
0004023-07.2011.814.0040	03.08.2011	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência

0000411-39.2012.814.0040	08.02.2012	Citação	em07.12.2011. Aguardando nova data da realização de audiência em09.02.2012.
0005780-48.2011.814.0040	01.12.2011	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em08.02.2012.
0005605-54.2011.814.0040	24.11.2011	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em08.02.2012.
0000374-12.2012.814.0040	07.02.2012	Citação e Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em08.02.2012.
0000516-16.2012.814.0040	13.02.2012	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em14.02.2012.
0005562-20.2011.814.0040	22.11.2011	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em07.12.2011.
0001872-92.2011.814.0040	19.04.2011	Citação e Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em07.12.2011.
0005517-16.2011.814.0040	18.11.2011	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em07.12.2011.
0000663-42.2012.814.0040	23.02.2012	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em27.02.2012.
0005610-76.2011.814.0040	24.11.2011	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em14.12.2011.
0004802-71.2011.814.0040	20.09.2011	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em04.10.2011.
0005521-53.2011.814.0040	18.11.2011	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em22.11.2011.
0002259-97.2011.814.0040	05.05.2011	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em07.12.2011.
0003835-74.2011.814.0040	19.07.2011	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em25.08.2011.
0001881-47.2011.814.0040	19.04.2011	Citação	Aguardando nova data da realização de audiência em07.12.2011.
0004604-34.2011.814.0040	09.09.2011	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em07.12.2011.
0000431-30.2012.814.0040	09.02.2012	Intimação	Aguardando nova data da realização de audiência em 10.02.2012.
0003778-68.2011.814.0040	14.07.2011	Citação	Devolver ao juízo deprecante sem data.
0001149-27.2012.814.0040	14.03.2012	Citação	Devolver ao juízo deprecante sem data.
0001050-57.2012.814.0040	08.03.2012	Citação	Devolver ao juízo deprecante sem data.
0001479-24.2012.814.0040	28.03.2012	Citação	Devolver ao juízo deprecante sem data.
0004785-35.2011.814.0040	20.09.2011	Citação	Devolver ao juízo deprecante sem data.
000903-31.2012.814.0040	02.03.2012	Citação	Devolver ao juízo deprecante sem data.

040.2011.002426-7	14.06.2011	Citação	Devolver ao juízo deprecante sem data.
0000855-72.2012.814.0040	05.03.2012	Intimação	Devolver ao juízo deprecante sem data.
0001854-25.2012.814.0040	17.04.2012	Penhora	Devolver ao juízo deprecante sem data.
0000940-58.2012.814.0040	03.03.2012	Citação	Devolver ao juízo deprecante sem data.
0000927-59.2012.814.0040	03.03.2012	Intimação	Devolver ao juízo deprecante sem data.
36 – Adequação da fiscalização do cumprimento das Cartas Precatórias expedidas para outro Juízo: Verificar se a Secretaria realiza algum tipo de controle: Não há nenhum controle quanto as Cartas Precatórias recebidas.			
		Se as reiterações para devolução têm sido feitas: As Cartas Precatórias expedidas possui nº de controle. A Secretaria não costuma a fazer reiteração, somente quando provocado pelo interessado.	
37 – Petições iniciais pendentes:			
Pendentes de Registro e Autuação: Durante a Correição não havia nenhuma inicial pendente.		Pendentes de Conclusão: 11	Pendentes de Despacho: 211(INICIAIS)
38 – Petições interlocutórias pendentes:			
Não Juntadas: 134	Não remetidas à conclusão: 184	Não despachadas: 1014	
39– Pendências da Serventia:			
Autos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial (mais de 100 dias)		2.158	
Autos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial (menos de 100 dias)		26	
Autos aguardando conclusão (pré-conclusão)		353	
40 – Mandados com carga em aberto para Oficial de Justiça: 174			
Nome	Quantidade	Data mais antiga	
Antonio Pereira de Sá Junior	44	09.02.2012	
Gilmar Afonso Tabora	49	24.01.2012	
Crislene Cristina RenostRech	56	09.01.2012	
Michela Dantas Nascimento Steffens	11	17.04.2012	
Nailor Afonso Tabora	14	19.01.2012	
41 – Processos Concluídos:			
Há menos de 100 dias: 1.351	Mais de 100 dias: 481	Pré-conclusão: 364	
42 – Autos de processos retirados com carga, com a data			
MINISTÉRIO PÚBLICO	DEFENSORIA PÚBLICA	ADVOGADOS	
Qtde: 34	Qtde: 15	Qtde: 10	
A carga mais antiga: 10.04.2012	A carga mais antiga: 10.04.2012	A carga mais antiga: 13.06.2011	
43 – Considerações do Juízo: Não houve considerações por parte do juízo.			
44 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES:			
<p>1. Durante a correição, a Diretora de Secretaria levantou questionamento sobre processos em apensos. Relatou que algumas exceções são processadas no mesmo processo havendo divergência entre os juízes, sendo que uns entendem que devem ser protocolados dentro dos autos e outros entendem que devem ser em autos apartados.</p> <p>Sobrea dúvida formalizada pela servidora, o Manual de Rotinas estabelece que, em se tratando de petição inicial, por exemplo, os embargos a execução, as exceções de suspeição e impedimento, as impugnações ao valor da causa, ou de qualquer outro incidente que se enquadre nessas hipóteses, deverão esses procedimentos serem autuados em apartado dos autos principais.</p> <p>2. Verificou-se que durante a correição, o sistema LIBRA disponibilizava um total de 5.028 processos em tramitação, porém, fisicamente se contabilizou 3.581, havendo uma</p>			

diferença de 1.447. Portanto, face tal divergência de números, faz-se necessário encaminhar ofício à Secretaria de Informática.

3. A Diretora de Secretaria também ressaltou que a Vara possui problemas quanto a distribuição de processos, pois, considerando que não há funcionários qualificados para a função, alguns processos estavam sendo cadastrados com equívoco quanto a classe. Portanto, tendo em vista que a maioria das comarcas do interior passam por dificuldades quanto a falta de mão de obra qualificada, faz-se necessário encaminhar ofício à Secretaria de Gestão de Pessoas, para que conforme a conveniência e oportunidade, possa lotar pelo menos um Analista Judiciário e um Técnico Judiciário na Unidade Judiciária.
4. Ficou constatado durante a correição que haviam algumas pendências no gabinete do juiz quanto a pedidos de liminares e antecipação de tutela, situações essas que o Magistrado de evitar, logo, recomenda-se que o mesmo desempenhe esforços no sentido de dirimir tal pendência, e desse modo, a justiça possa ser prestada de forma eficaz.
5. Recomenda-se que a Secretaria da Vara passe a realizar controle sobre as Cartas Precatórias recebidas.
6. Continuando, recomenda-se que a Secretaria da Vara passe a fazer, sempre que necessário, as reiteraões concernentes a devolução das Cartas Precatória expedidas para outras comarcas.
7. Por fim, verificou-se que durante a correição haviam 364 autos em situação de pré-conclusão, o que vedado pelo CNJ. Logo, recomenda-se que a Secretaria faça imediatamente a conclusão de tais processos.

45 – Números nos últimos 24 meses

Audiências realizadas	1048	Sentenças sem mérito	331
Conciliações realizadas	432	Sentenças de mérito	956
Decisões interlocutórias	596	Autos arquivados	1579

46 – Participação em mutirões e outras iniciativas (relacionar e descrever):

Não informado.

47 – Inovações procedimentais e tecnológicas para o incremento da prestação jurisdicional (relacionar e descrever):

Não informado.

48 – Considerações do Juízo:

Considerando que o subscritor se encontra respondendo em cumulação com a Vara da qual é Titular, 3ª Vara Penal de Parauapebas e o Juizado Especial Cível, as considerações pormenorizadas da vara restam prejudicadas, pois está em exercício há menos de 30 (trinta) dias. No período, acumulou ainda a Direção do Fórum, no mês de abril a Justiça Eleitoral.

Nesse sentido, impende destacar que o bom funcionamento da vara depende da ausência de cumulação de serviços por parte do magistrado, tendo restando evidente que tal acúmulo prejudica o desempenho de atividades básicas no exercício da jurisdição.

49 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES:

A 4ª VARA foi instalada em 22.09.2009. Já nasceu com 1.509(mil quinhentos e nove) processos proveniente de outras varas.

1. A Diretora de Secretaria informou que há processos sentenciados da META 2 que se encontram em fase de recursos e depagamento de custas que continuam em tramitação;

2. Na migração dos processos do SAP para o LIBRA continua constando no Relatório Analítico de Mandados não devolvidos da Oficial de Justiça Edna Antonia Pereira, a qual não é mais servidora, tendo aquela devolvidos todos os Mandados (160 mandados), mas estes ainda aparecem no sistema.

3. Com relação às custas, a Diretora informou que antes não encaminhava nenhum ofício para cobrança na Dívida Ativa, mas que agora há o primeiro Processo nº 0004237-59.2009.814.0040 – Ação de Mandado de Segurança- Impetrante, Clóvis Deodato Ferreira e

Impetrado, Luciana Alves de Melo Nabica. Consta certidão da Diretora de Secretaria de que o processo foi sentenciado em 18.03.2010, transitou em julgado em 21.11.2011 e considerando que a, parte impetrante (condenada) não procedeu ao recolhimento de custas no valor de 213,60 (duzentos e treze reais e sessenta centavos), o referido processo será encaminhado ao Coordenador de Controle da Dívida Ativa (SEFA) para inscrição na Dívida Ativa Estadual.

4. A Vara necessita de mais atenção por parte do magistrado, pois o atual além de sua Vara ainda cumula com o Juizado, o que de certa forma prejudica na celeridade dos feitos.

5. Há muitas Cartas Precatórias aguardando devolução.

6. Há no Gabinete do Juiz 118 (cento e dezoito) Execuções Fiscais as quais são para sentenças, destacando-se que é dada prioridade às execuções Municipais. Nas Execuções Estaduais e Federais, o Dr. Alexandre Arakaki, proibiu de serem enviadas pelo correio para intimação do Procurador Estadual e Federal. Nos processos que estão atualmente sendo sentenciados, como é o caso dos processos nº 0000569-08.1997.814.0040, e 0000091-91.1998.814.0040, foram apenas encaminhada cópia da sentença para ciência, e em conformidade com a Diretora de Secretaria tem sido aceitas e inclusive em algumas, tem havido recurso.

RECOMENDAÇÕES:

1. O Tribunal deveria designar um magistrado para responder pela Vara mais efetivamente, até o retorno da Titular, a fim de que os processos possam alcançar maior celeridade, face o magistrado designado já ter além de sua Vara o Juizado para responder.

2. Deve ser feito um levantamento dos processos que devem ser encaminhados à UNAJ para a verificação de custas e posteriormente encaminhados à Procuradoria ou à SEFA para inscrição na Dívida Ativa ou à SEFA.

3. O magistrado deve determinar que os autos sejam encaminhados à UNAJ para pagamento antecipado das custas referentes aos atos intermediários para que seja providenciado o cálculo das custas finais antes de prolatar a sentença.

4. Devolver as Cartas Precatórias que se encontram aguardando devolução.

5. Recomenda-se ao magistrado que estiver respondendo pela Vara, que verifique os mandados que se encontram com os Oficiais de Justiça com prazo superior a 30 dias.

RELAÇÃO DAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS EM TRAMITAÇÃO NA VARA (TOTAL: 29)

<u>Nº PROCESSO</u>	<u>PARTES</u>	<u>ULTIMA TRAMITAÇÃO</u>
0005550-14.2010.814.0040	MP XD. Valk Junior End. e Com-ME	Citação feita por Carta Precatória à Comarca de Marabá., cumprida juntada aos autos em 15,12,2011.
0005545-39.2010.814.0040	MP X S. C. Madeiras Ind. e Com.Ltda	O MP apresentou replica à contestação em 05.03.2012.
0005540-64.2010.814.0040	MP x Comércio de Carvão Parauapebas	Aguardando resposta ao Ofício nº 054/12 5ª PJP expedido à JUCEPA. EM

		23.01.2012.
00005547-29.2010.814.0040	MP x Sergio Gilmar Barth	Aguardando devolução de mandado desde 28.10.2011
00005397-03.2010.814.0040	MP x Wilson Dias de Oliveira	Expedida Carta Precatória à comarca de marabá em 16.12.2011. Juntada do Ar em 13.02.2012
0003383-82.2010.814.0040	Município de Parauapebas x Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará- SINTEPP	Processo conclusos ao Dr.Leandro dias desde 04.11.2010. Paralisado.
0005541-59.2010.814.0040	MP xW.S.Nunes Madeiras	Juntada de Ar de Carta precatória em 12.03.2012.
0001966-23.2007.814.0040	Ass.Moradores do bairro da Paz de Parauapebas	Intimação da parte autora para se manifestar sobre a contestação em 30.05.2011.Paralisado.
00002302-55.2010.814.0040	MP x Francisco Roberto Fernandes	Aguardando devolução do mandado desde 09.05.2011. Inicialmente(22.04.2010) foi cadastrada na classe de Ação Popular, mas alterada durante a correição.
0001683-67.2011.814.0040	MP x Vanderson Bravim Moreira	Certidão as fls.53 do Oficial de Justiça que cumpriu a citação em 15.06.2011. Paralisado.
0001198-67.2011.814.0040	MP x Jorge Brito da Silva	Certidão às fls.25 do Oficial de Justiça que cumpriu a citação por hora certa em 08.06.2011.Paralisado.
00005548-24.2010.814.0040	MP x Madeireira Nossa terra – Ltda-ME	Defesa Prévia apresentada pelo acusado em 07.02.2011. Paralisado.
0005591-03.2010.814.0040	MP x Geraldo Magela Sales Campos	Certidão do Oficial de Justiça de citação do requerido em 28.01.2011. Paralisado.
0006111-22.2010.814.0040 FALTA ACRESCENTAR OS PROCESSOS DE ACP DO GABINETE	MP X Unimed Sul do Pará Cooperativa de Trabalho Médico	Processo conclusos desde 20.04.2012
0006160-68.2010.814.0040	MP x Wanderson Vieira Rocha	Processo conclusos desde 25.11.2011.
0005549-19.2010.814.0040	MP x IBAMA x JM Ribeiro Indústria e Com.Ltda	Manifestação do MP em 29.11.2011.
0005544-44.2010.814.0040	MP x IBAMA e Madeireira Vale do Rio Verde Ltda.	Conclusos em 13.02.2004
00005546-34.2010.814.0040	MP x IBAMA e F.Oliveira de Souza e Cia Ltda.	Conclusos em 17.10.2011
00005589-13.2010.814.0040	MP. IBAMA x Joacy Braz Neves	Conclusos em 13.12.2011
0004375-69.2010.814.0040	MP x Pedro Pereira Rocha	Conclusos em 13.12.2011
0003543-79.2011.814.0040	MP x Município de Parauapebas x Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde	Conclusos em 25.11.2011

0004610-37.2009.814.0040	PROCON –Grupo Executivo se proteção de Defesa do Consumidorx CELPA	Conclusos em 16.01.2012
0001672-38.2007.814.0040	Associação dos Moradores do Bairro da paz x Município de Parauapebas	Concluso em 23.01.2012
0001303-53.2003.814.0040	PROCON x CELPA	Certidão da Secretaria em 11.05.2012 de que não houve manifestação da parte requerida
00005543-49.2010.814.0040	IBAMA X Marcio Martins de Oliveira Com.de Madeiras	Conclusos em 08.11.2011
0000630-52.2009.814.0040	Defensoria Pública do estado do Pará x Tim Celular S/A	Manifestação da requerida em 23.03.2012.
0004002-15.2011.814.0040	MP x Estado do Pará x Francisco das Chagas Melo Filho	O Juiz prestou informações sobre o agravo em 02.02.2012.
0001822-20.2012.814.0040	MPE x Antonio Pedro Sirkoski	Conclusos ao Juiz em 30.04.2012
0002049-10.2012.814.0040	MPE x Antonio Pedro Sikoski – Sikoski Eng.Ltda	Conclusos ao juiz em 26.04.2012.
040.2007.1.001213-5	Associação dos Moradores do bairro da Paz e de Parauapebas x Bancos do Brasil S/A, Bradesco S.A. e Amazônia S/A	Juntada de documentos em 09.12.2010.
0001809-21.2012.814.0040	MP x Compra Premiada Kita Fácil Antonio Conceição Xavier	Despacho da Juíza em 12.04.2012

Formatado: Fonte: Não Negrito

RELAÇÃO DAS AÇÕES POPULARES (05)

RELAÇÃO DOS DEZ PROCESSOS MAIS ANTIGOS

0000024-80.2000.814.00400003423-13.2007.814.0040	Embranorte –Const. Ind.Com.Ltda x Welney Lopes de carvalho e outros	Conclusos em 25.11.2011
0000077-09.2000.814.0040	Altair Borba Soares x Marcus Luis Santos do Vale e outros	Conclusos em 07.11.2011
040.2006.1.000370-5	Helio Candido de Araújo e outros x BRS Construções BT dos Santos e Cia Ltda e outros	Conclusão 05.10.2010
0000696-94.1999.814.0040	Mardonio Pinheiro Moura e outro x AL.ConstruçõesLtda e outros.	Conclusão em 14.05.2012
040.2006.1.0000095-9	Fernando Souza Ferreira x Darci Jose Lermen	Ultimo despacho 23.08.2010. Certidão da Secretaria em 11.05.2012

PROCESSOS POR AMOSTRAGEM DA META 2

040.2005.1.000833-4	Ação Declaratória. Partes: Consorcio Sossegoe outro x Fazenda Pública do Estado do Pará	Ofício n. 564/2011/SC-MM de 07.10.11, à Delegacia do Conselho Regional de Contabilidade para indicar contador para proceder a perícia. Designada pelo juiz em 13.04.11 se ma
040.1998.1.000073-8	Cautelar. Partes: Banco Real S/A x Município de Parauapebas	Requerimento do Procurador Geral do Estado requerendo julgamento Antecipado do lide.
040.1999.1.000257-7	Ação de Responsabilidade Civil de Reparação de danos	
00003808-07.2006.814.0040	Execução Fiscal	Juntada da petição em 22.11.11.
0001778-48.2005.814.0040	Ação de Indenização por perdas e danos c/c lucros cessantes	Petição do advogado juntada em 09.05.2012
0001036-72.2005.814.0040	Mandado de Segurança	O procurador do município em 09.05.2012 requereu o arquivamento da ação.
0001619-67.2005.814.0040	Indenização	L.C.S.P e outro x Município de Parauapebas
0000832-46.2006.814.0040	Ação popular. Erismar Nunes da Silvax Odilon Rocha da Sanção e outros	Petição do Procurador do Município de Parauapebas em 18.02.2011
040.1997.1.000051-5	Execução Adalberto Guimarães Neto e outros X Método Educação e Ensino Sociedade Ltda.	Petição do requerido em 06.03.2012.
0000018-89.1999.814.0040	Ação de Responsabilidade Civil de Reparação de danos	Despacho do juiz em 29.08.2011.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

**RELATÓRIO PRELIMINAR DA CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE PARAUAPEBAS-
 4ª VARA cível**

Período: 14 a 18 de maio de 2012.

Competência: PRIVATIVA DE EXECUÇÕES FISCAIS E POR DISTRIBUIÇÃO OS FEITOS CÍVEIS FAMILIA E COMÉRCIO.

Juiz: Dr. Líbio Araújo Moura

Considerações e recomendações:

Senhor Juiz

A Correição procedida por esta Corregedoria visa, além das atribuições previstas no Código de Organização Judiciária do Estado, orientar Juizes e servidores para o uso de procedimentos que levem aos jurisdicionados uma prestação jurisdicional célere e eficaz.

Conforme o relatório da Secretaria, quanto ao acervo, em contagem física, constam 3.581 (três mil quinhentos e oitenta e um) processos e no Sistema LIBRA aparecem 5.028 (cinco mil e vinte e oito) processos, havendo, portanto, uma diferença de 1.447 (mil quatrocentos e quarenta e sete) feitos.

A priori, cabe destacar que a Vara dispõe de condições materiais satisfatórias para o desenvolvimento dos trabalhos, e relativo ao pessoal conta com dois analistas e uma Atendente Judiciário e, ainda, com a colaboração de cinco servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Parauapebas.

Impende destacar que esta Vara foi instalada em 22 de setembro de 2009 e já nasceu com um passivo de 1.509 (mil e quinhentos e nove) processos redistribuídos de outras Varas e desde então vem sendo penalizada, pois, em menos de três anos e, com a saída da sua Titular, Dra. Danielle Karen Araújo Leite, em 12 de abril de 2010, diversos magistrados ficaram apenas respondendo ou cumulando a Vara.

Analisando os dados quantitativos obtidos durante esta Correição, e os mapas e gráficos elaborados pelo Setor de Informático do Tribunal de Justiça, observa-se que esta Vara tem atravessado períodos críticos de produtividade.

Observando a Taxa de Congestionamento (TG) desta Vara, conforme levantamento procedido pela Corregedoria, por meio de dados e gráficos, constata-se que a partir de setembro de 2009, quando da instalação da Vara até junho de 2010, referida taxa manteve-se sempre acima da taxa média informada ao Conselho Nacional de Justiça, que em nosso Estado é de 65% (sessenta e cinco) por cento), chegando a aproximadamente a 98% (noventa e oito por cento), o que significa que as entradas de processos na Vara superaram as saídas, demonstrando que naquele período, o Juízo não conseguiu oferecer uma prestação jurisdicional satisfatória, elevando-se cada vez mais, e deforma bastante expressiva o seu acervo de processos, somente vindo a alcançar uma melhora nos meses de agosto, setembro de 2010, voltando em seguida, aos patamares anteriormente mencionado e oscilando sempre numa faixa muita alta ao desejável nos meses seguintes até o momento da correição.

Durante o ano de 2011, a produtividade do magistrado foi satisfatória, muito embora o volume de processos distribuídos a esta Vara continuaram superiores às sentenças prolatadas.

Quanto aos processos da META 2, há em tramitação 111 processos, dos quais, 91 são remanescentes ao ano de 2009 e 20, do ano de 2010. Deste total, 30 feitos já foram sentenciados e encontram-se em tramitação aguardando pagamento de custas e/ou arquivamento.

De acordo com o Relatório elaborado, há 2.158 processos paralisados há Mais de 100 (cem) dias na Secretaria.

Apesar de todas as dificuldades, a Vara, de acordo com os dados extraídos dos relatórios encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça, nos últimos dois anos teve como produtividade: 1.048 audiências realizadas, 432 conciliações, 596 decisões interlocutórias, 331 sentenças sem mérito, 956 sentenças com mérito e 1.579 autos arquivados.

Ressalta-se ainda, que nos três últimos anos de acordo com o Relatório Sintético de Processos Distribuídos, Redistribuídos e Cadastrados por Vara, esta Secretaria foi que mais recebeu processos no total de 7.326, seguida em ordem decrescente da 2ª Vara com 5.017, da 1ª Vara com 4.691 e por fim da 3ª Vara com 4.503 processos.

Não há pendência de lançamento de produtividade no Sistema "Justiça Aberta", do Conselho Nacional de Justiça.

As recomendações desta Corregedoria para a referida Unidade Judiciária, refere-se:

1) Observância do Manual de Procedimentos para Arrecadação de Custas Judiciais, referente as custas não pagas (item 5.5, letra K), constante no link da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, dentro do Manual de Padronização de Rotinas, da necessidade de notificação prévia para o seu pagamento, para só então, remeter para a inscrição em Dívida Ativa, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei Estadual nº 5.738/93, atentando-se para o prazo constante no seu § 3º.

2) Verificar se as custas iniciais forma pagas antes da distribuição, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Provimento nº 009/2008- CJRMB, ratificado pelo Provimento nº 01/2012 desta Corregedoria de Justiça.

3) Analisar a disparidade do número de acervo físico e o constante no LIBRA.

4) Analisar a relação encaminhada à Corregedoria pelo Chefe do Banco de Dados e identificar as inconsistências existentes.

5) Alimentar o Cadastro nacional de Condenações cíveis por improbidade administrativa.

6) Não deve existir na Secretaria processos em situação de pré-conclusão, o que é terminantemente vedado pelo Conselho Nacional de Justiça, logo tendo sido constatado que esta Serventia possui 353 processos nessa situação, recomenda-se ao magistrado que elimine tal prática, enquadrando-se nas normas estabelecidas pelo Órgão Fiscalizador Nacional.

Belém, de de 2012.

Desa. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS.
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Juizado:		Juizado Especial Cível de Parauapebas		
1. Competências Ações Cíveis da Lei 9.099/95.				
2. Dias e horário de Funcionamento do Juizado: De segunda s sexta-feira, das 14 às 18:00 horas				
3. Nome do juiz de direito atual e Portaria. Antes, era o Juiz LAURO FONTES JÚNIOR, Portaria 2.630/201. Atualmente quem responde pelo referido Juizado é o Juiz Titular da 3ª Vara, Dr. LIBIO ARAÚJO MOURA.				
4. Natureza da designação: () Titular () Substituto (X) Respondendo cumulativamente		5. Data da entrada em exercício: 26/09/2011		
6. Períodos de ausência do juiz (férias, licenças ou afastamentos autorizados) 18 de Abril a 31 de Maio de 2012 (Dr. Lauro Fontes Júnior). O Dr. Libio Araújo Moura, responderá pela referida Comarca até o retorno do Magistrado anterior.				
7. Há magistrado auxiliar designado para a unidade judiciária: () Sim (X) Não Em caso positivo, colocar o nome e a Portaria:				
8. Últimos cinco magistrados com atuação na Vara:				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
01	LÍBIO ARAÚJO MOURA	1.333	18/04/2012
02	ELINE SALGADO VIEIRA	786	08/03/2012	19/03/2012
03	LAURO FONTES JÚNIOR	2.630	18/02/2012	07/03/2012
04	EVERALDO PANTOJA E SILVA	605	17/02/2012	17/02/2012
05	LAURO FONTES JÚNIOR	2.630	26/09/2011	16/02/2011
9. Nome do Defensor Público atual:				
10. Natureza da designação: () Titular (X) Substituto () Respondendo cumulativamente		11. Data da entrada em exercício: Vide item 9 abaixo		
12. Sequência dos Defensores Públicos designados nos últimos 24 meses:				
	Nome	Portaria	Entrada	Saída
1	KELLY APARECIDA SOARES	194/10	19/04/2010	-
2	ALEXANDRE EVANGELISTA BOTELHO	441/10	03/08/2010	-
3	CAMILLA FACIOLA PESSOA LOBO	445/10	03/08/2010	-

4	DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	100/2012	23/01/2012	-
5	RAFAEL OLIVA CARAVELLOS BARRA	100/2012	23/01/2012	-
Obs	Todos os Defensores acima citados ainda se encontram no exercício de suas funções nesta Comarca, sendo os mesmos dos últimos 24 meses .			
13. Servidores do TJPA com atuação no Juizado				
	Nome	Cargo / Função /		Data de início
01	LUIS COELHO DA SILVA	Secretário do Juizado		26/09/2011
02	JOSELMA GOMES BASTOS	Auxiliar de Secretaria		26/09/2011
03	ELIETE VITORIANO VASCONCELOS DOS SANTOS	Auxiliar de Secretaria		26/09/2011
04	ALLISON DE SOUSA XIMENES	Auxiliar de Secretaria		26/09/2011
05	GRISLEINE CRISTINA RENOSTO RECH	Oficial de Justiça		26/09/2011
06	ANTONIO PEREIRA DE SA JÚNIOR	Oficial de Justiça		26/09/2011
07	HALLMAN CIRILO DE ARAÚJO	Auxiliar de Secretaria		16/04/2012
14. Servidores cedidos de outros órgãos				
	Nome	Cargo / Função /		Data de início
	DENIR VITURINO DA SILVA	Professor/Auxiliar de Audiências		22/02/2012
15. Conciliadores:				
	Nome	Portaria		
01	Não há conciliadores.	--		
16. Número de processos virtuais (PROJUDI):		17. Número de processos físicos em tramitação:		
834		Não há processos físicos.		
18. Acervo Total:				
834				
19. Discriminação do Acervo				
	Natureza	Quantidade		
	Reclamações Cíveis em geral (excluindo os da Meta 2 e seguintes)	834		
	Cíveis – Meta 2 / 2009	Não há		
	Cíveis – Meta 2 / 2010	Não há		
	TOTAL	834		
20. Informar se a unidade judiciária tem cumprido o Manual de Rotinas – Processo Civil – Volume I, disponível na página da CJCI, na internet. Considerando que o Juizado passou a funcionar a partir do dia 28/09/2011, foi informado que os servidores que compõe o Juizado desconhecem o referido Manual de Rotinas.				
21. Verificar o cumprimento da Meta 1 – CNJ Não há processos de metas.				
22. Informar os dias da Semana em que são realizadas as audiências: Audiências de Conciliação: NI Audiências de Instrução e Julgamento: As audiências são UNAS, sendo realizadas nas terças, quartas, e quintas-feiras.				
23. Identificação dos feitos submetidos às prioridades legais. São identificados automaticamente pelo PROJUDI, visto que os processos são 100% virtuais.				
24. Análise dos 10 processos mais antigos existentes na Unidade Judiciária.				
	Nº do processo	Último movimento. Observações		
01	0402011926105-1	Sentenciado em 12/04/2012, com extinção/indeferimento do processo, aguardando remessa à secretaria para ser arquivado.		
02	0402011926223-5	Conclusos para análise de Recurso Inominado		
03	0402011926225-7	Aguardando manifestação da autora sobre endereço do réu, não encontrado.		
04	0402011926453-5	Em fase de Recurso Inominado		
05	0402011926841-1	Aguardando intimação do autor para pagar as custas que foi condenado por contumácia.		
06	0402011926850-2	Aguardando execução da sentença condenatória.		
07	0402011927158-9	Conclusos para análise de Recurso Inominado.		
08	0402011927161-3	Conclusos para análise de Recurso Inominado.		
09	0402011927162-1	Conclusos para análise de Recurso Inominado.		

10	0402011927163-9	Conclusos para análise de Recurso Inominado.	
25. Alimentação dos sistemas de informações relacionados no endereço eletrônico HTTP://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interioor/sistemas.html			
Discriminação			Sim Não
Sistema de Informações da Corregedoria			X
Bacenjud			NI NI
Infojud			NI NI
26. Números da Serventia			
26.1 – Nº de Processos Iniciados Últimos 24 meses: 834		26.2 – Nº de Processos Sentenciados nos últimos 24 meses: 196	
26.3 – Nº de Audiências realizadas nos últimos 24 meses: 384		26.4 – Nº de Conciliações Realizadas nos últimos 24 meses: 33	
26.5 – Dias da Semana designados para audiência de conciliação: Até o momento somente são feitas audiências UNAS,		26.6 – Dias da Semana designados para audiência de Instrução e Julgamento: São realizadas nos dia de terças, quartas e quintas-feiras.	
26.7 – Há dia designado para realização das atermações: () Sim (X) Não		26.8 – Quais os dias designados pra atermação? As atermações são feitas sempre que surge alguém com essa necessidade.	
26.9 – Informar se o Juízo realiza audiência una: (X) Sim () Não	26.10 – Informar se o Juízo Sentencia em audiência: (X) Sim () Não	26.11 – Informar se há Computador disponível para acesso ao PROJUDI por Advogados ou Partes: () Sim (X) Não	
27. Adequação do cumprimento de Cartas Precatórias recebidas de outro Juízo			
N. C. Prec. Recebidas: 02(duas)		N. C. Prec. Devolvidas: 01(uma)	N. C. Prec. em Tramitação: 01(uma)
28. Relacionar as Cartas Precatórias recebidas e ainda não cumpridas:			
Número	Data Receb.	Finalidade	Fase
040.2012.911.675-8	04/05/2012	Oitiva de testemunhas	Concluso para despacho
29. Adequação da fiscalização do cumprimento de Cartas Precatórias de outro Juízo Durante o período da correição não havia nenhuma precatória remetida a outro Juízo.			
30. Se a Secretaria utiliza o Enunciado 33 do FONAJE (ENUNCIADO 33 - É dispensável a expedição de carta precatória nos Juizados Especiais Cíveis, cumprindo-se os atos nas demais comarcas, mediante via postal, por ofício do Juiz, fax, telefone ou qualquer outro meio idôneo de comunicação). (X) Sim () Não Observações: a serventia somente expede as precatórias quando se trata de processo de Execução de Títulos.			
31. Petições iniciais pendentes:			
Pendentes de Registro de Autuação: Não há		Pendentes de Conclusão: Não há	Pendentes de Despacho: Não há
32. Petições Interlocutórias pendentes:			
Não juntadas: Não há.		Não remetidas a conclusão: Não há	Não despachadas: NI
33. Pendências da serventia			
Autos paralisados em Secretaria há mais de 100 (cem) dias			Qte. = 00
Autos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial há menos de 100 (cem) dias			Qte. = 00
34. Mandados com carga em aberto para Oficiais de Justiça			
Oficial de Justiça		Quantidade	Carga mais antiga
Antonio Pereira de Sá Júnior		03	06/04/2012
Grisleine Cristina RenostoRech		23	01/03/2012
35. Autos de processos retirados com carga.			
Parte	Quantidade	Carga mais antiga	
Defensoria Pública: Não há	00	--	
Advogados: Não há	00	--	
36. Considerações do juízo: Não há considerações por parte do Juízo.			
37. CONCLUSOES / RECOMENDAÇÕES: Ficou consignado neste relatório de correição que os servidores que atuam no Juizado Especial Cível da Comarca de Parauapebas não possuem conhecimento acerca do Manual de Rotinas – Processo Civil – Volume I, o qual se encontra disponível na página da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.O aludido manual tem como escopo orientar o trabalho realizado nas Secretarias de Vara, as quais passam por um processo de implementação de novas rotinas informatizadas que			

estimulam o autoatendimento e que se mostram fortes aliadas à celeridade processual. Logo, recomenda-se aos servidores da referida Unidade Judiciária que se dignem observar as disposições constantes no Manual de Rotinas.